

===== **ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, REALIZADA EM VINTE E OITO DE DEZEMBRO DO ANO DOIS MIL E DOZE:** =====

===== *Aos vinte e oito dias do mês de Dezembro do ano dois mil e doze, pelas quinze horas e trinta minutos no Salão do Grupo Musical Macinhatense, freguesia de Macinhata da Seixa, reuniu, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, sobre a Presidência do Senhor **Dr. Jorge Manuel Freitas de Oliveira e Silva**, Secretariado pelos Senhores **António Luís da Fonseca e Grifo** – Segundo Secretário e **José Alves da Silva** - Presidente da Junta de Freguesia de Ossela e cuja Ordem de Trabalhos era a seguinte:*=====

===== **Ponto um:** *Votação das atas n.º 21;* =====

===== **Ponto dois:** *Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município;*=====

===== **Ponto três:** *3.1. Orçamento e Grandes Opções do Plano/2013 – Aprovação; 3.2 Aprovação dos compromissos plurianuais constantes das Grandes Opções do Plano 2013;*=====

===== **Ponto quatro:** *Mapa do Pessoal para 2013 – Aprovação;*=====

===== **Ponto cinco:** *Empréstimo de curto prazo para o ano económico 2013 - Autorização;*=====

===== **Ponto seis:** *Plano de liquidação dos pagamentos em atraso – Aprovação/ ratificação e convalidação de todos os atos entretanto praticados;*=====

===== **Ponto sete:** *Compromissos plurianuais (art.º 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro) – Autorização e convalidação de todos os atos entretanto praticados;* =====

===== **Ponto oito:** *Assinatura de edições e publicações escritas – Autorização para assunção de compromissos plurianuais;* =====

===== **Ponto nove:** *Ligação à internet em fibra (entrega em etherfast), largura de banda simétrica de 16 Mb ou superior e serviço de fornecimento pool de 8 IP`s – Autorização para assunção de compromissos plurianuais;* =====

===== **Ponto dez:** *Análise de água (Janeiro a Dezembro de 2013) – Autorização para assunção de compromisso plurianual;* =====

===== **Ponto onze:** *Aluguer de Vasilhame pelo período de 36 meses – Autorização para assunção de compromisso plurianual;* =====

===== **Ponto doze:** *Alteração dos estatutos da Associação do Parque Temático Molinológico – Aprovação;* =====

===== **Ponto treze:** *Dissolução da Fundação la-Salette – Aprovação;* =====

===== **Ponto catorze:** *Adenda ao protocolo de delegação de competências celebrado com a Freguesia de Ul, para a gestão, conservação, manutenção e dinamização do Parque Temático Molinológico – Aprovação;* =====

===== **Ponto quinze:** *Desafetação do domínio público de uma parcela de terreno, sita na Rua Soares de Basto, freguesia de Oliveira de Azeméis – Aprovação;* =====

===== **Ponto dezasseis:** *Proposta de postura de trânsito no Largo Abílio Henriques Martins, freguesia de Pinheiro da Bemposta – Aprovação;* =====

===== **Ponto dezassete:** *Arranjo viário no entroncamento da Rua de Santo André com a Rua Grupo Musical Macinhatense, freguesia de Macinhata da Seixa – Aprovação;* =====

===== **Ponto dezoito:** *Plano Municipal da Promoção da acessibilidade de Oliveira de Azeméis – Aprovação;* =====

===== **Verificou-se a presença dos seguintes Membros da Assembleia Municipal:**=====

===== **Do Partido Social Democrata (PSD):** *António Manuel da Costa Alves Rosa, Jorge Fernando Rocha Pinto Paiva, António da Silva Xará, José Francisco Brandão Oliveira, Ana Maria Ferreira Alves da Silva Neves, Helga Alexandra Freire Correia, Marco António Guimarães de Castro Azevedo, Carlos Manuel Costa Gomes, Francisco Borges de Almeida Alves, José Filipe da Silva Carvalho, Ana Luísa Gonçalves Regala de Mendonça Humphrey, Diamantino Melo de Almeida, José da Silva Santos, André Lourenço Pinheiro Ribeiro, Francisco de Jesus Jacinto, Américo de Almeida Carvalho, Manuel Rebelo da Costa, Ramiro Pereira Alves Rosa, Miguel Mendes Silva, José António de Pinho Santos, Carlos Manuel de Pinho e Silva, Ilídio Barbosa Lopes, Pedro Joaquim da Silva Ribeiro, Hugo Manuel Gomes Silva Pereira e António de Jesus Silva.* =====

===== **Do Partido Socialista (PS):** *Fernando Manuel Pais Ferreira, Helena Maria Dinis dos Santos, Fernando Ricardo Gomes Oliveira Bastos, José Ramos da Silva, Ana Lúcia Nunes de Sousa, Carlos Manuel Afonso de Bastos Oliveira, Manuel José Tavares Soares, Bruno Armando Aragão Henriques, José António Domingues Marques Lourenço, Cristina Maria Valente de Pinho, Rui Jorge da Silva Cabral, Armindo Fernando Martins Nunes e Bernardo Amaro Moreira Simões.* =====

===== **Do Partido Popular (CDS/PP):** *Miguel Ângelo de Carvalho Santos Portela, João Carlos Amaral Osório Nunes Silva.* =====

===== **Independente:** *Rodrigo Moreira da Silva.* =====

===== **Ausência dos Membros:** *Isabel Maria Fernandes G. Ferreira de Vilhena, José Domingos Campos Silva, Rui Filipe Fernandes Nunes, Paula Regina Fernandes Duarte de Oliveira Pinto, do Partido Social Democrata (PSD); Manuel Francisco dos Santos Valente, Ana Raquel Simões Teixeira, do Partido Socialista (PS).* =====

===== *O Senhor Presidente da Mesa verificou a identidade e legitimidade dos seguintes Membros: Jorge Fernando da Rocha Pinto de Paiva, que marcou presença nesta Assembleia para substituir a sua colega de Partido Prof. Isabel Maria Fernandes Guimarães Ferreira de Vilhena – Primeira Secretária; Helga Alexandra Freire Correia, que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de Partido José Domingos Campos Silva; Marco António Guimarães de Castro Azevedo, que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de partido Rui Filipe Fernandes Nunes e Carlos Manuel Costa Gomes, que marcou presença nesta Assembleia para substituir a sua colega de partido Paula Regina Fernandes Duarte de Oliveira Pinto em virtude dos mesmos terem solicitado a sua substituição.* =====

===== **PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” (ART.º 19º DO REGIMENTO)** =====

===== *O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início à Sessão:* =====

===== *Quero desejar uma boa tarde à Freguesia de Macinhata da Seixa. Espero que todos tenham passado uma quadra pelo menos com saúde e alguma paz, que é isso que se pretende e agradecer ao Senhor Presidente da Junta de Macinhata a amabilidade e a maneira como nos recebeu a todos, bem-haja por isso. Nesse sentido e na sequência, eu dava-lhe a palavra para o início dos nossos trabalhos.* =====

===== *Muito boa tarde a todos. Uma intervenção muito rápida porque de certeza que querem ter a liberdade de expressar o que vos vai na alma. Exmo. Senhor Presidente da*

Assembleia, Senhores Secretários, Exmo. Senhor presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, caros Presidentes de Junta presentes, Senhores Deputados da Assembleia Municipal, restantes Autarcas, pessoal técnico da Câmara Municipal, Macinhatenses, público em geral, comunicação social, minhas Senhoras e meus Senhores. Muito boa tarde a todos. Desejo que todos tenham tido um Feliz e Santo Natal na companhia de todos quanto vos são queridos. Inicio esta minha intervenção para agradecer à direção do Grupo Musical Macinhatense, por ter gentilmente cedido as instalações para a realização desta Assembleia Municipal. Felicitar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal pela brilhante iniciativa em descentralizar estas Assembleias, permitindo assim uma maior proximidade com as populações. Para dar as boas vindas a todos os presentes a esta freguesia, que sempre teve o condão de bem receber quem a visita e que para alguns esta será a primeira vez. Macinhata da Seixa surge pela primeira vez em 12 de janeiro de 1129 em documento testamentário ao Mosteiro de Pedroso por uma Senhora D. Ausenda Honorigues. Toda a sua história ocupar-me-ia cerca de duas horas, são trinta e sete páginas sobre esta pequena freguesia, por aqui se vê que se trata de uma freguesia com mais de dez séculos de existência e que por força da Reorganização Administrativa, inoportuna quanto a mim, se vai ver privada do seu órgão autárquico contra a vontade de todas as suas gentes. Macinhata da Seixa tem vindo ao longo dos tempos a desenvolver-se, a ser procurada por oriundos de outras freguesias que encontram nesta freguesia o acolhimento e o afeto da sua população. Não temos nenhuma zona definida para acolhimento empresarial, não obstante no entanto há existência de algumas indústrias familiares que empregam mais de 200 trabalhadores para além de outras atividades de cariz comercial e restauração. Para além desta atividade existem na freguesia instituições de carácter social como o Centro Social e Paroquial de Santo André de Macinhata da Seixa que tem nas suas valências a Creche, Jardim-de-infância o ATL e o Centro de Dia para idosos. Esta casa onde nos encontramos virada para a parte cultural com setenta e sete anos de existência, com sede própria que é liderado pelo Grupo Musical Macinhatense com diversas valências entre cultura, desporto e folclore e para além de quatro salas de aulas que existem do ensino primário (1º ciclo). No entanto Senhor Presidente da Câmara e apesar de muito se ter feito, existem carências que preocupam profundamente a sua população sendo duas as que mais a preocupam como a água e o saneamento básico, obras que muitas vezes impedem a fixação de outras pessoas na freguesia. Pensamos que pelo facto da junta de freguesia ser extinta não inviabiliza a atenção de Vossa Excelência para estas gentes que bem merecem uma atenção muito cuidada. Como disse, seria breve, termino desejando a todos do fundo do meu coração que 2013 seja para todos apesar das dificuldades que aí vêem um ano de concretização dos anseios de todos nós. Bem hajam pela vossa presença. Obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor José Ramos, do PS. =====

===== Boa tarde a todos. Cumprimento especial aos Macinhatenses, na pessoa do seu Presidente da Junta. É por todos constatado que o Município de Oliveira de Azeméis apresenta uma rede viária de qualidade deficitária, constatamos isso mesmo todos os dias quando circulamos pelas mais variadas ruas do nosso concelho sejam elas de grande ou pequena dimensão, largas ou estreitas, em piso de alcatrão ou tapete betuminoso, seja pela manifesta falta de conservação das vias, seja pelo mau tempo que agrava a situação, seja pelas constantes valas para as mais diversas ligações, nomeadamente águas pluviais, rede de gás ou telecomunicações, ou por via de diversas roturas nas condutas, o que é certo, é que circular no concelho é uma tarefa penosa para as viaturas. Importa pois, passar á prática, elaborar e implementar em parceria com as juntas de freguesia um plano de intervenção a curto e médio prazo que possa minimizar os impactos causados por esta péssima rede viária que temos. É certo que se têm feito alguns investimentos, mas a marca de gestão PSD ao longo dos anos é “Azeméis é buracos,”. É buracos nas finanças e são buracos nas estradas a estes crescem um significativo número de dias e projetos a que o Município não dá continuidade. Por exemplo: ainda não terminámos a Via do Nordeste e já pensamos na Via do Sudoeste; ainda não acabámos os 7 troços estruturantes e já, no PDM, pensamos noutras prioridades; ainda não acabámos a requalificação da Estrada Nacional 1 mas já nem se pensa mais no assunto. Exemplo claro do mau estado das vias do concelho é por exemplo, a via de ligação entre Cesar e Carregosa; por exemplo a Rua de Santo António até ao Calvário mas podia citar muitas outras estaria aqui com certeza mais de uma hora. É certo que a concessão de água e saneamento poderá avançar, mas também é certo que não teremos a rede concluída, infelizmente já passaram 3 anos e nada está feito. Pelo que é imperioso que se olhe atentamente para esta questão que tão má imagem dá do nosso concelho, aos oliveirenses, mas também a todos que têm trabalhado por cá e aos que nos visitam. Por fim e abordando outro tema ligado a este, cruzando com a rede viária, importa perceber se o executivo abandonou a ideia de por em prática a nova postura de trânsito da cidade há muito falada, anunciada com pompa e circunstancia para resolver alguns constrangimentos de trânsito de que várias vezes eu já citei algumas alterações que eram fáceis de realizar e ficaram de ser feitas a partir do PDM e fomentar a ligação pedonal entre serviços municipais e que ainda não viu a luz do dia. A última justificação prendia-se com a entrada em vigor do PDM. Ora o PDM está aí, está aprovado pelo que se pergunta se a postura de trânsito vai ou não avançar? Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Francisco Borges, do PSD. =====

===== Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros Colegas, Senhores Presidentes de Junta, público presente, comunicação social, a todos, boa tarde. Uma palavra de cumprimento especial ao Senhor Presidente da Junta de Macinhata da Seixa pela boa recepção que nos fez e extensivo a toda a

respetiva população. Esta minha intervenção prende-se com a questão que me tem aqui trazido mais vezes, o estado de saúde do nosso concelho e muito concretamente sobre o nosso hospital. Senhor Presidente da Câmara, sei que nunca foi um tema secundário nas suas preocupações e creio mesmo que, neste assunto em concreto a boa notícia é a ausência de notícias após algumas notícias preocupantes saídas a público a alguns meses. Todavia, gostaríamos de saber que evoluções existiram nesta matéria, desde a última Assembleia Municipal. Obrigado. Antes queria apresentar a todos os presentes, o desejo de um Bom Ano e dentro possível se não for mais, na parte que toca à Saúde. Muito obrigado.=====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Miguel Portela, do CDS/PP. =====

===== Exmo. Senhor Presidente da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, demais Vereadores presentes, Membros da Assembleia Municipal, estimado público, comunicação social. Quero começar por agradecer ao grupo Musical Macinhatense pelo forma agradável como nos recebeu neste espaço e saudar especialmente o Sr. Presidente da Junta de Macinhata da Seixa nosso anfitrião, acreditem que é um gosto estar aqui no vosso meio. O assunto que me traz aqui refere-se ao facto de ter terminado o prazo que a autarquia tinha para construir o tão esperado Azeméis Grand Plaza - Centro Comercial bem no centro da sede de concelho de Oliveira de Azeméis. Este projeto teve o apoio do CDS-PP e foi entendido como uma mais-valia para a nossa cidade. Seria o curso natural da evolução do comércio e se bem pensado numa estratégia de apoio ao comércio tradicional seria com toda a certeza uma vantagem. Até aqui nada a opor, seria uma opção lógica, a de trazer para Oliveira de Azeméis uma infraestrutura comercial que se assemelha ao que tem tido sucesso pelo país fora. Foi uma estratégia que muitos concelhos têm seguido para combater a desertificação das suas ruas pelo afastamento dos clientes que procuram estas grandes superfícies. Mesmo o facto de a obra não ter avançado não me choca e até poderá ser bem aceite pela conjuntura económica que atravessa o país, criando muitas dúvidas a todos os que pensem investir no ramo do comércio. Era uma situação que não seria esperada na altura em que se pensou para Oliveira de Azeméis esta alternativa mas que sofreu uma alteração radical com o curso dos acontecimentos derivados á conjuntura económica do país e do mundo. No meio de toda esta situação o que nos preocupa de certa forma será a cláusula de reversão dos terrenos que foi introduzida no contrato da sua aquisição ao seu antigo proprietário, onde se prevê que caso a construção da superfície comercial não se concretize até ao fim de 2012, os terrenos voltem á propriedade do seu antigo dono. A cláusula inserida no contrato que prevê a reversão dos terrenos será a única incoerência em todo este processo e que lesa diretamente a nossa autarquia, ficamos sem dinheiro e sem terreno, ou seja, no meio deste processo temos duplo prejuízo. Na minha opinião não imperou o bom senso, na colocação da dita cláusula, pois por mais otimistas que os decisores estivessem na concretização do negócio, não poderiam nunca assumir que tudo correria como esperavam. A

questão que nos trás aqui será o que se pode fazer, para que a autarquia e os oliveirenses não saiam lesados pela cláusula de salvaguarda que muitas dores de cabeça deve estar a dar aos nossos decisores autárquicos. Este será um daqueles contratos que nunca deveremos fazer, por melhor que esteja a situação no momento nunca podemos inferir sobre o que nos traz o futuro, resta-me esperar que algo de surpreendente consiga ser feito, de modo a conseguir salvaguardar os superiores interesses da autarquia e dos oliveirenses. Deixo então aqui a questão ao nosso executivo, será possível reverter esta situação? A nós, não nos parece possível, no entanto gostaríamos de saber a vossa posição sobre o assunto. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra à deputada Cristina Pinho, do PS. =====

===== Senhor Presidente da Assembleia Municipal, respetiva Mesa, Executivo Municipal, caros Membros da Assembleia, público, comunicação social. A minha intervenção aqui hoje prende-se apenas com o questionar o Senhor Presidente da Câmara Municipal, com uma despesa efetuada pelo município que custou mais de 100 mil euros. Trata-se da despesa de uma escultura, mais concretamente na escultura de homenagem ao Milénio que supostamente iria ter menção a mais de 1000 nomes de personalidades relevantes do milénio indicadas pela Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis. Como até ao presente a intervenção do executivo neste mandato se resumiu à remoção da escultura das imediações do pavilhão municipal onde se encontrava colocada em lixeira e totalmente abandonada num claro desrespeito pelos artistas, importa perceber o destino a dar a esta obra de arte sob pena de deitarmos para o lixo mais de 100 mil euros que nesta faze tanta falta faziam às coletividades, juntas de freguesia e instituições sociais. Bem sei, que o dinheiro gasto em obras culturais está sujeito a diversos tipos de críticas, conforme a sensibilidade à arte de quem as aprecia, se genericamente a aceitação da obra for boa é só elogios, se for má é só críticas. Contudo este caso é manifestamente pior, pois foi gasto o dinheiro mas a obra os oliveirenses estão privados de a ver. Obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Fernando Pais Ferreira, do PS. =====

===== Antes de mais, agradecer ao Senhor Presidente da Mesa a amabilidade em me conceder já a palavra. Aos Macinhatenses uma palavra de apreço por nos ter recebido e em especial ao seu Presidente da Junta e desejar votos de progresso relativamente à terra e aos Macinhatenses que é uma terra onde eu já tive familiares e muito me orgulho de estar. Em segundo lugar cumprimentar a Vereação, Senhor Presidente da Câmara, a Mesa da Assembleia, Senhor Presidente da Assembleia, público e demais pessoas aqui presentes. De facto a minha intervenção era mais no sentido da do Miguel Portela, mas o Miguel Portela disse o essencial.

Eu não vou repetir aquilo que ele disse, mas há aqui algumas coisas que não foram ditas e que eu gostaria apenas de complementar. No essencial é exatamente isto. Eu apenas faço uma breve resenha histórica para todos nós ficarmos a perceber o âmbito disto. Alguns dos Membros da Assembleia Municipal já faziam parte do mandato anterior, outros não e esta questão do Shopping e fundamentalmente esta questão do acordo que foi feito com a Prediaz, foi uma questão que sempre foi levantada. Sempre, nós Partido Socialista, sempre nos causou alguma estranheza, eu ainda há pouco tempo estava a ver uma ata de um Assembleia Municipal de 2007 em que nós levantávamos esse problema. Isto de facto a partir do dia 1 de janeiro de 2013 é uma situação que nos está a preocupar. Eu acredito, que o executivo camarário tenha feito, até para nos tranquilizar, alguma coisa relativamente a esta questão da reversão. Mas fundamentalmente aquilo que foi feito, eu vou sintetizar para não ser muito maçador, nem estar aqui a discutir aquilo que foi feito, a Câmara Municipal teve de comprar uma parcela de terreno à Prediaz no sentido de possibilitar que em conjunto com outras parcelas ceder ou alienar essas parcelas na totalidade a uma empresa do Grupo Martifer para aí construir o Shopping. Tudo bem, foi feito o acordo, só que, nós relativamente à Prediaz, tivemos aqui algumas situações que é bom lembrar: A Prediaz tinha um preço de 470 mil euros pela parcela de terreno que tinha e, nós reunimos extraordinariamente em 2007, creio que em julho, porque a Prediaz exigia entre outras coisas que a totalidade do preço fosse pago no ato da escritura. Portanto fez o acordo e a Prediaz disse: Bem, os senhores têm que me pagar tudo até á data da escritura. Veio à Assembleia e isso foi devidamente aprovado. Mas mais do que isso a Prediaz não contente com isso fez uma coisa mais ou menos daquilo que vigora como se fosse uma expropriação por utilidade pública. Disse: - Bom, tudo bem, se a Câmara não cumprir e não me entregar os 407 mil euros, ou 470 mil euros para ser mais preciso nós temos a possibilidade de anular o negócio e temos a possibilidade de fazer nossa uma parcela de terreno. Mas o mais importante é que de facto a Câmara fez o contrato pagou os 470 mil euros e na proposta negocial que foi aprovada diz que se o Shopping não for construído de forma integral até ao final de 2012, portanto 5 anos depois, a Prediaz poderá fazer duas coisas e não foi só as que disse Dr. Miguel Portela, poderá reverter a parcela, a Câmara Municipal paga as escrituras de anulação do contrato e da reversão e ainda fica com uma parcela de 250 metros de terreno e ainda com as benfeitorias aí existentes. Ora bem, benfeitorias não se vêem. O que aqui nos preocupa e de facto a preocupação é se este Executivo camarário promoveu, o que é que promoveu relativamente a esta situação? Porque pode haver uma situação de que no dia 2 de janeiro de 2013 a Prediaz escreva uma cartinha registada á Câmara a fazer reverter o terreno. Portanto a Câmara fica sem os 470 mil euros e sem o terreno e fica sem uma parcela de 250 metros. Eu estou sinceramente convencido que o Executivo camarário já desenvolveu diligências no sentido de isto não acontecer, não somos aqui profetas da desgraça, nem queremos a nossa própria desgraça, mas estou absolutamente convencido. E ainda pode acontecer uma coisa mais curiosa, é que, com esta reversão do terreno o negócio, o tal negócio do Shopping que entretanto ficou reduzido com uma proposta que foi aprovada em reunião de Câmara por causa

dos licenciamentos, mas o Senhor Presidente explicará isso melhor, nós Câmara Municipal, nós Município já não podemos fazer o negócio com a empresa Promoquatro que é a empresa do Grupo Martifer, ou seja, no limite, a Câmara Municipal tem que devolver o sinal à Martifer por incumprimento, fica sem os 470 mil euros e fica sem uma parcela de 250 metros. Portanto Senhor Presidente, esta é a nossa preocupação, sei que houve uma reunião do executivo camarário, creio que no ano passado, a alterar os pressupostos de licenciamento porque, também é bom que do ponto de vista de honestidade intelectual eu diga, este Shopping necessitava de um licenciamento ou de uma autorização por parte do Ministério da Economia exatamente pela sua grandeza que envolvia. A Martifer exatamente pelo que referiu veio dizer: - Pronto, que a conjuntura não era aquela, queria reduzir de facto a área ocupacional do Shopping de modo a não ser necessário o tal licenciamento pelo Ministério da Economia, portanto baseava-se apenas num mero licenciamento camarário e ficou também de marcar a escritura após 6 meses dessa deliberação. O Executivo camarário, mais uma vez, não fez nada. Portanto a minha interpolação é neste sentido Senhor Presidente da Câmara clara, é dizer: o que é que está feito? o que é que foi feito e se houve alguma renegociação que nós não temos conhecimento e se calhar é insuficiência minha ou é falta de atenção da minha parte, que obste a que haja este clima de catástrofe que eu aqui desenhei e o Miguel Portela também o que de todo, claramente, claramente de todo não seria fator para a nossa satisfação bem pelo contrário. O que queremos aqui é responsabilidade, o que queremos aqui é algum rigor nesta gestão pública. Mais nada. =====

===== Para dar resposta às intervenções anteriores, o Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado, Senhor Presidente. Senhor Presidente, Senhores Membros da Mesa, Senhores Membros da Assembleia, estimado público, comunicação social. Permitam-me em primeiro lugar, uma especial saudação e um agradecimento muito especial ao Grupo Musical Macinhatense e à Junta de Freguesia de Macinhata da Seixa por nos terem recebido para esta realização da assembleia Municipal e aproveitando também para saudar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal pelo espírito descentralizador para podermos levar mesmo que não seja sempre nas melhores condições de acolhimento e do ponto de vista logístico das pessoas estarem devidamente sentadas e acomodadas, mas mesmo assim julgo que valerá a pena o esforço de descentralização levado a cabo pela Mesa e em particular pelo Senhor Presidente. Respondendo às questões que foram colocadas e a primeira foi do Senhor Deputado Ramos relativamente á questão da rede viária e naturalmente que é uma questão que tem sido recorrente e nesta altura ganha particular acutilância, tendo em conta as chuvas e mau tempo que assolaram a nossa região, não só a nossa região mas o nosso país e que provocou naturalmente estragos e deterioração daquela que é a nossa rede viária. Dirá o Senhor Ramos e

dirão as pessoas, os oliveirenses e aqueles que utilizam a nossa rede viária, que não é necessariamente nem há aqui umnexo de causalidade pela chuva que ocorreu, que foi imensa, mas não podemos dissociar-nos disso mesmo. E portanto eu já por diversas vezes aqui afirmei que nós temos no nosso município, nos 173 km², temos em termos de rede viária mais de 600 km de rede viária e portanto como imaginam é impossível fazer uma reposição imediata do seu todo e temos tido o cuidado de procurar responder às situações de maior aflição. Sei que isto é sempre um critério discutível. Há outros critérios naturalmente e estamos a preparar um plano de intervenção mais abrangente mas naturalmente que esse plano só será exequível e cumprira os prazos que ficarem definidos se o tempo ajudar, porque basta uma semana ou quinze dias de chuva, de chuva intensa para provocar um afastamento daquilo que são os prazos que estão inicialmente previstos. Não deixa de ser curioso, no entanto, que o Senhor fale, e são palavras dele não são minhas, “ainda não está concluída a Via do Nordeste e já a Câmara fala na Via do Sudoeste”. Senhor Ramos, deixe-me dizer-lhe que ainda bem que a Câmara fala, é sinal de planeamento, é sinal de programação a longo prazo e o contrário é que era negativo é que nós só olhássemos para o dia de amanhã e não olhássemos para os anos seguintes e seguramente que o Senhor concordará comigo que é importante programar/projetar a longo prazo. Mas bem sei que a coerência é coisa que não abunda e portanto às vezes dá jeito dizer que não tem porque só pensa no dia seguinte, no dia de hoje, não pensa no dia de amanhã e agora fomos criticados porque estamos a pensar no dia e amanhã, eu acho ainda bem que estamos a pensar no dia de amanhã. E deixe-me dizer-lhe que falou na Via do Nordeste e que nós vamos iniciar a Via do Nordeste, pelo menos uma das fases porque não queremos iniciar em situações que depois nos possam trazer problemas no futuro, se podermos chamar a 1ª fase ou 1º troço da 4ª fase da Via do Nordeste ele vai ser iniciado naquilo que diz respeito numa 1ª ligação entre Cesar e Fajões. E só iniciaremos a parte definitiva desta 4ª fase se tivermos a certeza que a podemos concluir, o que hoje não temos. Hoje não temos fruto de dificuldades na questão da gestão territorial e portanto a nossa intenção é um primeiro troço dessa 4ª fase poder ter início já no ano de 2013. Depois relativamente a um conjunto de questões que colocou, é verdade e não vale a pena nós estarmos aqui a contrariar e estão aqui os Senhores Presidentes de Junta que são as principais testemunhas e são os principais atores ou intervenientes na solicitação da resolução de muitos dos problemas espalhados pelas 19 freguesias do concelho. E a solução que temos encontrado, não é também, deixe-me dizer-lhe, não tem sido toda igual porque a resposta que temos muitas vezes não é a mesma e portanto para cada caso procuramos encontrar uma solução. Vou dar, ao Senhor Ramos, por exemplo, um exemplo da resolução do problema de S. Roque. A freguesia de S. Roque tinha imensas valas espalhadas pelos troços da sua freguesia, também é uma rede viária enorme, S. Roque é uma grande freguesia do ponto de vista de rede viária, qual foi a solução para resolução de todas as valas? Protocolar com a Junta de Freguesia de S. Roque, o pagamento do material a utilizar no tapar das valas, ou seja, a Câmara Municipal assumiu pagar o tapete requisitado pela Junta de Freguesia de S. Roque, a Junta de Freguesia de S. Roque assumiu tapar as valas. Foi uma solução para aquela freguesia,

não foi extensível a mais nenhuma outra freguesia. As valas da freguesia de S. Roque foram tapadas, responsabilidade da Junta, protocolo com a Câmara Municipal relativamente a essa situação. Posso-lhe dar o exemplo de ainda recentemente na freguesia do Pinheiro da Bemposta também um conjunto de obras que já estavam para serem feitas há algum tempo, colaboração com a Junta de Freguesia também na resolução dos mesmos assuntos, nalguns sítios reposição com tapete betuminoso noutros sítios com outros materiais, sempre com a colaboração porque nós não fazemos nada que não seja com a colaboração das Juntas de Freguesia. Aproveitando também por exemplo na freguesia de Loureiro uma intervenção mais profunda na rua do Coxo, que é uma obra intermunicipal entre a Câmara Municipal de Estarreja e a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, em toda essa zona envolvente foi procurado também com a Junta de Freguesia encontrar soluções para resolver o problema que nalguns sítios não tinha sequer pavimento, ainda estava em terra batida, hoje tem piso betuminoso e noutros sítios na recuperação do piso que estava bastante deteriorado. Portanto são 3 exemplos, podia-lhe dar muitos mais, mas não vou cansar a Assembleia com essas situações. Os problemas não podem ser resolvidos de um dia para o outro, resolver 600 km de rede viária é impossível num prazo de uma semana, num mês, dois, três meses e portanto aquilo que estamos a fazer é, de acordo com as juntas de freguesia, procurar naturalmente resolver os problemas uns mais premente do que outros mas temos vindo a fazê-lo de forma continuada. Naturalmente que, muitas vezes as pessoas em pleno dia de chuva dia de inverno rigoroso ou então um dia com bastante nevoeiro e com bastante humidade os Senhores Presidentes de Junta mais antigos sabem melhor do que eu, que eu não tenho tanta experiência como eles, que é absolutamente inútil estar a colocar tapete na estrada porque o tapete ao fim de um dia ou dois vai levantar todo porque ele não cola, não agarra e portanto muitas vezes as situações são estas e portanto temos que aguardar também por melhores dias e melhores tempos para fazer mas essa não é uma preocupação só do Senhor Deputado Ramos, é uma preocupação de todos nós e estamos atentos para que isso aconteça. Quanto à questão da nova postura de trânsito da cidade. O Senhor Deputado Ramos colocou aqui a questão e não deixa de ser interessante ser o Senhor Deputado Ramos, ou ser a Bancada do Partido Socialista a colocar esta questão sobre a nova postura de trânsito da cidade. Ela quando foi apresentada foi bastante discutida e muita gente lhe deu pancada a dizer que ela não era boa, que não ia resolver muitos assuntos, eu lembro-me bem disso. Foi posta à discussão pública e as propostas de alteração, sugestões, críticas foram imensas. Há uma regra que eu acho que é uma regra básica no exercício de funções públicas que infelizmente não é utilizada por todos, que é a regra do bom senso. E portanto, nós não vamos agora estar a forçar as pessoas, só porque temos um plano ou só porque temos um estudo e temos naturalmente que ponderar naquilo que nos é dito para encontrar a melhor solução esse é o nosso exercício, é o nosso de todos, este é um exercício coletivo inclusive da Assembleia Municipal. E portanto, não é por as pessoas protestarem que as coisas não são feitas ou não é por as pessoas reclamarem que as coisas são feitas, não é isso. O que importa é naturalmente ponderar, quando numa situação de trânsito que é estudada durante meses e depois aparecem 10 ou 15 soluções

diferentes isso demora tempo a estudar a perceber qual é que é a melhor, se há ou não há pertinência naquilo que nos é colocado. E portanto a nova postura de trânsito da cidade não está na gaveta, não está, ela está a ser analisada por quem fez a proposta inicial e portanto se nós chegarmos à conclusão que há condições para a implementarmos pois somos os primeiros a trazê-la à Assembleia Municipal para que ela seja depois naturalmente implementada, depois também recordar-se-ão que nós já aprovamos em sede de Assembleia Municipal uma Comissão Municipal de Trânsito que também é importante para definição dessas prioridades, bem como disse o Senhor Ramos a questão do PDM. Agora, seguramente que concordarão comigo, que isto não ter o PDM aprovado na última Assembleia Municipal e passado uma semana, fazer assim – nova postura de trânsito, isto não é assim, isto demora tempo e portanto o Plano Diretor Municipal foi aprovado na última Assembleia Municipal faz hoje oito dias e logicamente que também havia ali questões que estavam relacionadas e que tem a ver com estas situações e mais, por exemplo, hoje mesmo estará à discussão nesta Assembleia Municipal um Plano Municipal de Acessibilidades, que também tem a ver com estas questões, tem muito a ver com o acesso a pessoas com mobilidade condicionada e não só, que também tem uma relação direta com estas questões da mobilidade, portanto há aqui um conjunto de outras questões que estão devidamente associadas e que precisamos de as ponderar para podermos tomar boas decisões que é para isso que nos elegeram, não é para tomarmos decisões é para tomarmos boas decisões. Relativamente à questão que foi colocada pelo Senhor Deputado Francisco Borges, que se prende com a questão da saúde, que é uma matéria muito sensível e que está em cima da mesa das nossas preocupações e eu aqui posso acrescentar preocupação de todos, de todos os oliveirenses sem qualquer conotação político-partidária, pergunta-me o Senhor Deputado quais foram as evoluções desde a última Assembleia Municipal em que se falou desta matéria de saúde, ou seja não é da última da passada sexta-feira, mas da última Assembleia Municipal em que discutimos e abordamos a temática da saúde. Deixe-me dizer-lhe que entretanto nós reunimos o Grupo da Saúde, que é um grupo que é formado pelos Partidos que compõem esta Assembleia Municipal, pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e pela Câmara Municipal e dessa reunião onde abordamos um conjunto de temas que nos preocupam na área da saúde a medida que foi decidida, foi: solicitar uma reunião de trabalho ao Senhor Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Entre Douro e Vouga. Que me respondeu ontem mesmo (tenho aqui a resposta, data de 20/12, portanto ela saiu 20/12 da Feira, mas chegou ontem à minha mão tem a ver com os atrasos da quadra natalícia), em resposta ao ofício: - Informamos que o Conselho de Administração do Centro Hospital do Entre Douro e Vouga vem manifestar disponibilidade para agendar a reunião durante a primeira quinzena de janeiro, deste modo, nos primeiros dias do ano far-se-á um contacto telefónico para acordar a data da mesma reunião. Portanto, esta é uma novidade, que o Grupo da Saúde tem já para a primeira quinzena de janeiro uma reunião marcada com o Centro Hospitalar do Entre Douro e Vouga. Depois dizer entretanto também reuniu o Conselho Municipal que trata das questões da saúde, como eu também já tinha dito várias vezes, é muito importante nós termos um interlocutor porque até

aqui não tínhamos, temos um interlocutor no ACES e por isso quando temos algum problema a primeira situação a quem recorreremos é ao Senhor Coordenador Executivo e essa reunião foi importante onde abordamos temas não só de Oliveira de Azeméis mas também de Vale de Cambra e S. João da Madeira e também aqui foi uma reunião que ocorreu durante este espaço temporal. Entretanto também, eu tinha solicitado, julgo que o tinha dito nessa Assembleia Municipal que tinha solicitado uma reunião ao Senhor Presidente da ARS e essa reunião ocorreu no dia 29 de novembro de 2012, onde também foi para falar de um conjunto de temas que são temas recorrentes, que os senhores sabem, que tem a ver com a falta de médicos de família no Município de Oliveira de Azeméis e muito em particular a situação do nosso hospital e da nossa urgência e também a questão que tem a ver com a falta de médicos em Pindelo, em S. Martinho da Gândara e a outra freguesia que é Palmaz e portanto também no Conselho do ACES esta matéria foi falada. O Senhor Coordenador do ACES informou-nos de todos os esforços, movimentações, que estava a fazer no sentido de dotar de dotar no Município de Oliveira de Azeméis uma nova unidade de saúde (USF) em Cucujães e isso iria permitir libertar um conjunto de médicos que depois esperava o seu Coordenador do ACES e nós também esperamos que pudessem ser alocados noutras situações e isso mesmo foi falado também nessa reunião na ARS e o Senhor Presidente da ARS do Norte estava em total sintonia com esta estratégia, aliás disse-me que com enorme frequência falava com o ACES e naturalmente foi isso que quis transmitir também à Câmara Municipal. Nesse mesmo dia 29 de novembro de 2012, tinham saído umas notícias, não deixa de ser uma curiosidade, mas nesse dia tinham saído umas notícias relativamente ao Agrupamento do Entre Douro e Vouga e, como sabem, elas foram também depois tratadas pela própria ARS, naquilo que diz respeito ao hospital de S. João da Madeira que não tinha a ver com a nossa unidade hospitalar, tinha a ver com o Entre Douro e Vouga mas, nesse mesmo dia o Senhor Presidente da ARS encarregou-se de tornar pública a posição da ARS relativamente a essa matéria. Aquilo que nos foi dito é que a urgência do hospital de Oliveira de Azeméis, até medida em contrário, mas aquilo que tinha sido também preconizado pelos serviços que têm responsabilidade na área saúde, era que continuaria a funcionar com a normalidade que funciona neste momento. E portanto eu acho que nesta matéria nós não devemos em nenhuma circunstancia baixar os braços, temos que estar permanentemente atentos e vigilantes para continuarmos a lutar pela manutenção ou até pelo reforço de valências no hospital de Oliveira de Azeméis, mas isso também tem sido uma postura de todos sem exceção para que consigamos em termos de saúde ter cada vez mais e melhores cuidados de saúde. Relativamente à questão que foi colocada, Senhor Presidente se não se importa, eu vou alterar as respostas, vou já responder à Senhora Deputada Cristina que me falou na questão da escultura. E disse e bem, que este Executivo aquilo que tinha feito, pelo menos do ponto de vista de visibilidade, era ter removido a escultura de onde ela estava para outro sítio. Isso é verdade, confirma-se, ou seja, este Executivo que normalmente é acusado de ter culpa de tudo, até de fazer chover ou fazer sol, pelo menos também justiça lhe seja feita a Senhora Deputada disse mesmo, que foi este Executivo, que lá foi, que tirou a escultura e a

levou para outro sítio. O outro sítio foi para os estaleiros municipais. E portanto estamos a falar de arte, foram feitos já contactos com o escultor, estamos a falar de uma matéria delicada deixe-me dizer-lhe com toda a frontalidade. Não vale a pena estarmos aqui a tapar o sol com a peneira, estamos a falar de uma matéria delicada porque, como sabe, esta questão das esculturas dos artistas não é uma situação fácil e portanto nós encontramos uma situação preocupante, como diz e bem. Já falamos mais do que uma vez com o escultor, estamos a falar do escultor Paulo Neves, que ainda por cima é um grande escultor, um magnífico escultor e é de Oliveira de Azeméis, já houve muitas reuniões com ele para procurarmos encontrar uma solução. Já recorremos a outros técnicos de restauro de esculturas e deixe-me dizer-lhe que se fosse uma situação fácil já estava resolvida e portanto, repare, há aqui uma coisa que se chama direitos de autor, se nós lhe mexermos, o Paulo Neves, por acaso é o Paulo Neves, o autor pode a qualquer momento tomar uma medida que ainda seja mais gravosa para além do que já lá está de grave. Certo? E portanto não é uma situação que caiu em saco roto, é uma situação preocupante, é uma situação desagradável, reconheço, mas estamos a procurar encontrar solução para a mesma. Quanto às questões que foram colocadas pelo Senhor Deputado Pais Ferreira e pelo Senhor Deputado Miguel Portela, sobre a questão do Azeméis Grand Plaza, ou sobre o Shopping, vamos ter que dividir esta questão em duas, se me permitem, até para que se possa perceber o que é que aqui está em causa e o que é que está aqui em cima da mesa. Uma situação prende-se com o Shopping, a construção do Shopping propriamente dita, como sabem é uma empresa chamada Promoquatro que é detida em 50% pelo Grupo Martifer e que manifestou a intenção de construir, quer uma solução de habitações, quer uma superfície comercial e para isso comprometeu-se a entregar à Câmara Municipal 2,5 milhões de euros. O Dr. Pais Ferreira e o Senhor Deputado Miguel Portela disseram e bem, que nós hoje vivemos tempos diferentes daqueles que se viviam na altura, do ponto de vista económico eu não vou aqui dizer que o mundo mudou, mas que vivemos outros tempos vivemos ninguém tem dúvida disso e portanto o investidor está a repensar ou a escolher uma melhor oportunidade para esse mesmo investimento. Como sabem este investimento, aliás como outros, é baseado em investimento âncora e portanto nem sempre todos os investimentos têm uma âncora e neste caso concreto aquilo que tem faltado aqui são âncoras também para poder avançar com o investimento. Mas queria que ficasse bem claro, que neste momento o Município de Oliveira de Azeméis tem em seu poder um milhão de euros e que daquilo que é o contrato que está estabelecido com a Promoquatro falta receber ainda um milhão e meio, aliás como vamos discutir a seguir, está no Orçamento para 2013 a nossa expectativa de receita de um milhão e meio de euros da Promoquatro e meio milhão de euros da Área de Acolhimento Empresarial UI/Loureiro em termo de receita na questão dos terrenos e portanto esta é a parte do Shopping. Agora vamos à parte dos terrenos, nomeadamente do negócio que os senhores falam e da reversão do mesmo se até 31 de dezembro de 2012 o Shopping não estiver concluído. Eu do Senhor Deputado Fernando Pais Ferreira fazer essa alusão, eu compreendo porque faz parte da campanha de desinformação e portanto isto são documentos que circularam abundantemente

por Oliveira de Azeméis, houve aliás cerimónias públicas, de fotografias, de colocação de tarjas, de inaugurações virtuais um conjunto de situações que tem a ver com o folclore associado à vida política. Isso foi do Partido do Senhor Deputado Fernando Pais Ferreira e talvez o Senhor Deputado Miguel Portela, induzido em erro por aquilo que leu nestes panfletos Teve sorte se não teve no seu carro, eu tive no meu, mas se não teve no seu carro nesse aspeto fizeram um bom trabalho porque andaram a distribuir por quase tudo que tinha carro em Oliveira de Azeméis, nos cafés em Cucujães e muitos outros sítios. Mas também aí laboram num erro, porque o que é acontece, tal como o Senhor Deputado Miguel Portela falou, é verdade, é verdade que há um contrato promessa de compra e venda, aliás há dois, não há um, há dois, dois contratos promessa de compra e venda, que têm a data de 13 de setembro, feitos entre a Prediaz e o Município de Oliveira de Azeméis, são dois contratos e consta na segunda página dos mesmos, consta o seguinte (não sei se é segunda página, porque agora as impressões é frente e verso e depois a gente nunca se sabe a página certa) – página 3, onde diz : - “que até 31 de dezembro é estabelecida a cláusula de reversão da parcela” - que vai ser tal o que os Senhores disseram, isto é o contrato promessa, é verdade, está assinado pela Câmara e pela Prediaz. Mas entretanto há uma escritura, que é também assinada pela Prediaz e pela Câmara Municipal, sobre a mesma matéria e é uma escritura não é um contrato promessa, no dia 28 de novembro de 2007, nesta cidade, está aqui a escritura e a escritura com base naquilo que aqui diz identifica a questão dos prédios com base no que está também escrito no contrato programa, a escritura até fala na escritura foi declarada em conformidade pelo Tribunal de Contas, ou seja, processo que foi ao Tribunal de Contas tendo em conta o valor que estava em causa, o processo do Tribunal de contas é o 113907 de 08 de novembro de 2007 e onde diz o seguinte, explica e explana a situação dos prédios a serem adquiridos e depois diz o seguinte: “Que pela presente escritura vende ao representado do segundo outorgante” (o segundo outorgante é o Senhor Ápio Cláudio do Carmo Assunção) e passo a citar: “ que pela presente escritura vende ao representante do segundo outorgante (e realço) **livre de qualquer ónus ou encargos a parcela de terreno com a área de 1800 metros quadrados, confrontado do Norte: com Município**” e diz aqui isto tudo “e que pela presente escritura transferem para o representado do segundo outorgante todo o direito de ação posse e uso fruto que tem tido sobre a parcela vendida” ou seja, a escritura de compra e venda que é assinada em 28 de novembro de 2007 acautela toda esta situação e portanto esta escritura foi assinada, está no processo, eu consultei o processo recentemente até porque já tínhamos sido alertados para isso na reunião de câmara municipal pelos Vereadores do Partido Socialista sobre esta matéria, porque naturalmente esta é uma situação bastante complexa, não é, porque aquilo que se estava a dizer é que se o Shopping não fosse construído, no que diz no contrato promessa de compra e venda, se o Shopping não for construído até ao dia 31, isto reverte a favor. Mas atenção, há muitas mais coisas, que a Prediaz, o vendedor, pedia à Câmara Municipal, até porque o vendedor na altura, (segundo também, consultei junto dos serviços) o vendedor tinha uma série de litígios com a Câmara Municipal e então disse: não, não, não, eu para vender quero isto, isto, e disse tudo o

que disse e foi feito esse contrato promessa e foi dito isso tudo no contrato promessa. Posteriormente ao contrato promessa há o contrato efetivo, está a escritura que está registada também e está assinada por um e por outro naturalmente. E portanto é com base nessa escritura que nós temos de trabalhar e onde diz e eu passo novamente a citar: “que livre de qualquer ónus ou encargos” está aqui escrito, ponto final paragrafo. E não fala aqui nem de reversão, não fala aqui de rigorosamente nada. Está assinado pelo notário privativo da Câmara Municipal, pelo primeiro outorgante que é o Senhor Prediaz, o Senhor Prediaz representado pelo Manuel Frederico Amarante Moreira e a Câmara Municipal pelo Senhor Ápio Carmo Assunção e em nenhum sítio desta escritura está ou estão as condições que estavam impostas no contrato promessa não estão aqui. Portanto, eu julgo que isto de alguma forma, pelo menos segundo me dizem os meus serviços, estamos acautelados nesta questão dos terrenos. E portanto eu queria dividir isto, repito, para terminar Senhor Presidente porque sei que me alonguei e não o queria fazer, em duas questões: uma a do Shopping que é um negocio, para não confundir e a outra a situação dos terrenos. Portanto Senhor Presidente julgo que com esta explicação, de alguma forma, posso ter tranquilizado ou pelo menos informado os Membros desta Assembleia. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao Senhor Dr. Fernando Pais Ferreira, do PS. =====

===== Senhor Presidente, se bem entendi, a sua posição é esta: não obstante nós termos deliberado aqui na Assembleia Municipal, deliberação essa que não foi, tanto quanto eu sei, revogada, as condições relativas à alienação da parcela da Prediaz, o senhor Presidente e os seus serviços entendem que sendo feita a escritura, essa escritura quando diz: sem ónus ou encargos, é evidente, refere-se à compra não se refere a qualquer situação futura. Está ali o Dr. Ricardo, jurista também, que não me vai deixar mentir. Ou seja, o entendimento da Câmara Municipal é que pela realização da escritura pública a tal cláusula de reversão caiu, ou seja, hoje em dia não há qualquer cláusula de reversão, é isso? Agora pergunto, entre o momento da realização dessa escritura de acordo com a deliberação da Assembleia Municipal de julho de 2007, houve ou não qualquer negociação prévia no sentido desse direito de reversão concedido pela Câmara Municipal e por nós ratificado, foi feita alguma negociação no sentido de a Prediaz abdicar desse direito de reversão? A resposta é sim ou não. Eu só quero estar tranquilo. =====

===== Interpolando, o Senhor Presidente da Câmara disse: É como eu, somos os dois, não somos os dois, somos todos. O que acontece, eu passo novamente, eu não sou jurista e portanto nós temos aqui uma dificuldade. =====

===== *O Senhor Dr. Fernando Pais Ferreira continuou a sua intervenção: O que aí diz, é que a Câmara Municipal compra a parcela sem ónus (penhoras, hipotecas) ou encargos, a parcela é transferida livremente, nada diz quanto à reversão. Senhor Dr. Ricardo Tavares é ou não é válido, eu posteriormente a essa escritura pública, conceder o direito de reversão, é ou não é válido? (Dr. Ricardo Tavares: - Isso é um assunto para discutirmos em tribunal.) Então aí, mas aí Dr. Ricardo, eu estou-lhe a perguntar o seu ponto de vista. (Senhor Presidente da Câmara: - Mas, aqui não é nenhum tribunal. Nós estamos aqui a fazer a discussão do ponto de vista político.) Político, exatamente, é isso mesmo. Mas no entendimento da Câmara é que essa escritura não considerando o direito de reversão, revogou expressamente esse direito. É isso? =*

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar mais esclarecimentos. =====*

===== *Senhor Dr., eu até lhe posso dar mais informação se o Senhor estiver interessado nela. Eu não estava na Câmara Municipal na altura. Eu contactei os serviços da Câmara Municipal que acompanharam este processo por perto e aquilo que eles me disseram é que entre a assinatura do contrato e a assinatura da escritura definitiva, houve, naturalmente entre a Câmara, na altura em funções e quem estava a vender este terreno, um conjunto de inúmeras reuniões de trabalho para melhorar aquilo que era o contrato promessa feito em circunstâncias diferentes e depois passarmos à escritura definitiva. Como disse a escritura definitiva tem inclusive o visto do Tribunal de Contas. A escritura definitiva é de 28 de novembro de 2007 e portanto o contrato promessa foi feito, como estava a dizer há bocadinho, foi feito em 13 de setembro, portanto de 13/09 a 28/11, houve, segundo me dizem os serviços que trataram do assunto, muitas reuniões entre a Câmara Municipal e a Prediaz. E naturalmente que aquilo que a Prediaz pedia na elaboração do contrato promessa foi evoluindo até à solução definitiva de assinatura da escritura, definitiva, que é esta que garante a situação. Isto é o que me transmitem e é o que aqui está e eu posso-lhe fazer chegar sem nenhum problema. Eu não queria aqui discutir juridicamente o assunto. Uma coisa é a discussão entre advogados, outra coisa é discussão entre políticos. Eu estou aqui para discutir politicamente. Eu até sei que o Senhor é um eminente jurista, até lhe faço chegar cópia (se houver aqui fotocopiador em Macinhata da Seixa, porque eu não trouxe cópia) até lhe faço chegar cópia disto e o senhor já leva de fim-de-semana para trabalhar para ver, porque até se não for, eu até gostava da sua ajuda a dizer Senhor Presidente - olhe que não. (Dr. Fernando Pais Ferreira: olhe que não, Senhor Presidente olhe que não, olhe que está aí um buraco.) Senhor Deputado, o Senhor sem ainda ter lido, porque diz que não conhece, está-me a perguntar as datas e já está a dizer que há buraco. Eu até lhe posso dar a ler isto e depois devolve-me. =====*

===== *Pelo Senhor Presidente da Assembleia foi dito: “Eu acho que, até para a feitura das atas depois, não ajuda muito este diálogo sempre. Portanto, eu penso que a sua pretensão*

foi satisfeita pelo Senhor Presidente da Câmara que lhe respondeu, que lhe vai fazer chegar até fotocópias e depois penso que não há lugar para estarmos a estender mais este diálogo. Muito obrigado.”=====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. António Rosa, do PSD.* =====

===== *Muito boa tarde a todos. Boa tarde Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros Colegas, caros Macinhatenses é um prazer grande, pessoal, eu estar em representação da Assembleia Municipal nesta terra que me é querida. Eu agradeço a mesma compreensão que teve com o Deputado Pais Ferreira de a ter para comigo também, porque efetivamente estava na eminência de ter que falar neste ponto, Confesso que há 3 ou 4 minutos atrás estava convencido que poderia abdicar desta intervenção. Quando vi o Deputado Fernando Pais Ferreira pedir novamente a palavra, mas porque cuidava eu que o objetivo da intervenção fosse: - ok perante estas explicações, perante este esclarecimento penitencio-me aqui em nome pessoal e em nome do Partido Socialista e seguramente que as diligências e o folclore que foi levado a cabo há uns dias seria publicamente corrigido e esclarecido aos oliveirenses. Eu diria que, a discussão deste tema, do tema Grand Plaza, enfim, que assenta nesta lacuna de informação como vimos e que foi aqui levantada pelo Deputado Miguel Portela e pelo Deputado Pais Ferreira, teve na nossa opinião um duplo mérito. Em primeiro lugar com a clarificação deste tema, que para nós está perfeitamente esclarecido com aquilo que foi a informação passada pelo Senhor Presidente da Câmara. Ficamos a saber que estão, interrogo-me, enfim há sempre uma vírgula que nos distingue e que nos afasta, no entanto ficamos a saber que estão ultrapassadas todas as divergências sobre este tema e que daqui em diante toda e qualquer discussão sobre este projeto vai ser no sentido de contribuir para a concretização de uma solução final que seja do interesse de Oliveira de Azeméis. Não há mais divergências, não há mais dúvidas e portanto daqui em diante quando se falar do Grand Plaza será seguramente, como noutros temas neste concelho, pela agregação das forças, para contribuir para uma solução positiva, este é o mérito desta discussão. O segundo mérito, mais pequenino, mas um segundo mérito também, também é um mérito, decorre desta triste dramatização encenada pela Comissão Política do Partido Socialista de Oliveira de Azeméis, com um irresponsável número encenada em plena Rotunda Luís de Camões. É triste, porque foi, ou precipitado se por ventura foi baseado numa lacuna de informação, ou então, mentiroso se era conhecido o contrato final e ainda assim foi levado a cabo este número. Triste por isto e irresponsável porque a sofreguidão da chicane política ignorou os potenciais impactos negativos sobre um desejável final feliz para este processo. Os fins não justificam os meios e de facto, eu creio que acima de tudo tem de haver algum recato na discussão destes temas que envolvem terceiros e terceiros que realmente são importantes para dar o seu contributo para o nosso concelho. Como eu dizia, o mérito que decorre e que se extrai de tudo*

isto é, ficarmos a conhecer, eu pelo menos, que existe uma Juventude Socialista em Oliveira de Azeméis. E portanto aproveito também para fazer votos para que a força desta juventude, genuinamente digo que, dos seus elementos seja canalizada para o desenvolvimento de Oliveira de Azeméis. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao Senhor Dr. Miguel Portela, do CDS/PP. =====

===== Não abusando da boa vontade. A explicação que me deram descansou-me. Podiam-me a ter dado mais cedo, que eu várias vezes vinha aqui, estava sempre preocupado com isto, falava-vos disto, era uma preocupação genuína e se realmente assim é, se isto vai ficar tudo resolvido o que nós queremos é o bem de Oliveira de Azeméis e fico satisfeito com isso e vou tomar de boa-fé o que nos foi transmitido. =====

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia foi dito: “Dos trinta e dois gastou trinta e quatro, eu dou-lhe mais cinco.” Posto isto voltou a conceder a palavra ao Dr. Pais Ferreira, do PS. =====

===== Senhor Presidente, para nós ficarmos todos descansados quanto à questão da Prediaz. Quanto à questão do Shopping estamos todos preocupados. Não estamos muito preocupados porque o Senhor tem um milhão de euros no seu “bolso” e naturalmente isso é também bom para as finanças. Eu também não me esqueço disso, também é verdade. Mas, olhe Senhor Presidente, permita-me este conselho de simples Membro da Assembleia Municipal que era obter junto da Prediaz exatamente uma revogação expressa unilateral ou consensual relativamente à cláusula de reversão e, sendo assim, eu farei minhas as palavras do Miguel Portela, até lá eu tenho reversas quanto aquilo que me está a dizer, portanto eu sugiro que de facto se faça junto da Prediaz uma revogação expressa da cláusula de reversão, porque ela consta do contrato promessa. O Senhor Presidente tem aí o contrato promessa? Fornece-me uma cópia? Mas então, forneça-me a consulta. Não, a consulta do contrato promessa, só consulta. Está lá. Será mais avisado, será mais avisado pedir à Prediaz uma revogação dessa cláusula. Eu não sou representante, eu sou Membro da Assembleia Municipal e você votou a cláusula de reversão. =====

===== Interpolando, o Senhor Presidente da Câmara disse: Senhor Presidente, até vou voltar a ler. Mas o Senhor Deputado Pais Ferreira, como atento que é, eu não o vi lá nesta manifestação de sábado de manhã, mas estavam lá camaradas seus. O contrato promessa o que diz é o que aqui está, isto que aqui está é uma transcrição do contrato promessa, portanto o Senhor tem acesso facilmente a este documento pelo Partido Socialista e é “ipsis bervis” o que

está no contrato promessa, portanto não preciso de estar a dar nada está aqui tudo e se têm isto não foram inventar. =====

===== O Senhor Dr. Fernando Pais Ferreira continuou a sua intervenção: Uma última pergunta já agora e agradecendo também a sua complacência, é quando é que definitivamente se marca a escritura definitiva com a Promoquatro? =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. =====

===== Olhe, não depende só de nós, como sabe. Se o Senhor me perguntar, qual é o meu desejo, é que seja já hoje, porque se eu fizer a escritura definitiva recebo mais um milhão e meio de euros e bem falta me fazem a mim e aos Presidentes de Junta. Oh Senhor Deputado, o Senhor às vezes, sinceramente, eu acho que o Senhor quando vai para casa e depois se vê ao espelho e vê as perguntas que aqui faz deve pensar duas vezes. Então, o que é que faz falta? Faz falta que o outro parceiro chamada Martifer ou Promoquatro aceite fazer isto, neste momento e aceite fazer o investimento. (O Dr. Fernando Pais Ferreira colocou a seguinte questão: “Então eu vou perguntar uma coisa, não há, na última Reunião Camarária não foi fixado um prazo para a realização da escritura pública?”). Foi chumbada essa proposta. Havia uma proposta mas foi chumbada. (O Dr. Fernando Pais Ferreira colocou a seguinte questão: E então o que é que diz quanto à marcação da escritura, nada?) Estamos atentos ao problema e estamos a procurar encontrar uma solução que não depende só de nós, isto não é uma coisa unilateral Senhor Deputado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra a Senhora Dr.ª Ana Neves, do PSD. =====

===== Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, público aqui presente, comunicação social, a todos, boa tarde. Com idosos mais ativos e felizes as gerações articulam-se de forma genuína e esta é a condição primeira e inevitável para a perpetuação de um envelhecimento ativo, para o qual a Câmara de Oliveira de Azeméis tem vindo a trabalhar e a traçar a sua rota. O termo “rota”, enquanto itinerário que se percorre para ir de um lugar ao outro, permite estabelecer um paralelismo com o envelhecimento ativo, pois este caracteriza-se numa perspectiva de curso da vida, não se iniciando num momento específico, mas estendendo-se ao longo do ciclo vital, repercutindo-se numa história individual, heterogénea idiossincrática. Este percurso de envelhecimento ativo, para além de um simples trajeto, pressupõe uma “otimização de oportunidade de saúde, participação e segurança, para melhorar a qualidade de vida à medida que se envelhece (que permita) que as pessoas desenvolvam o seu potencial de bem-

estar físico, social e mental ao longo de toda a sua vida e participem conforme as suas necessidades, desejos e capacidades. Neste sentido e de acordo com as palavras proferidas pelo Senhor Presidente da Câmara de Oliveira de Azeméis na sessão de encerramento do Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações “ que apesar das dificuldades financeiras do país o município não vai cortar nas medidas de apoio social.” O programa comemorativo deste ano europeu no nosso concelho constituído por diversas atividades, revelou ser mais uma vez o motor de proximidade entre as pessoas e as instituições e outras entidades contribuindo para o desenvolvimento local. A autarquia continuará sempre a trabalhar em prol de um concelho mais solidário onde todos possam ter as mesmas oportunidades. O dia Internacional da Pessoa com Deficiência foi comemorado no passado dia 30 de novembro com o 5º Torneio Concelhio de Boccia e no dia 3 do corrente mês no cine-teatro Caracas pela Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis com um espetáculo que juntou a dança, a música, e a moda na casa de espetáculos da cidade. A iniciativa incluiu ainda a distinção das empresas do município pela integração social e profissional das pessoas portadoras da deficiência no concelho com a entrega do Prémio de Mérito Municipal e do selo “ Azeméis integra”. Tal iniciativa tem como objetivo promover os assuntos referentes às pessoas com deficiência e mobilizar a defesa da dignidade, dos direitos, do bem-estar e da sua integração na sociedade em todas as áreas da vida política, social, económica e cultural. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Rui Cabral, Presidente da Junta de Freguesia de Loureiro. =====

===== Boa tarde a todos. Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Excelentíssimos Vereadores, caros colegas Presidentes de Junta e Membros desta Assembleia Municipal, público, comunicação social, caros amigos. O que eu hoje venho aqui trazer é rápido e simples. Ao contrário de outras intervenções que já fiz no passado e que versaram também este assunto que eu queria aqui relembrar e que me preocupa a mim enquanto Presidente de Junta e decerto preocupará vários presidentes de Junta para não falar de todos presidentes de Junta do nosso Concelho, que é a situação que nunca mais se falou sobre os funcionários que estão adstritos às Juntas de Freguesia e que no início do mandato cheguei aqui a fazer uma intervenção sobre isso e chegamos inclusive a falar que é um assunto que deveríamos pegar nele em profundidade. Até porque já não estamos a um ano de eleições e eleições significam o fim do mandato e isso quer dizer que neste mandato continua tudo como estava em mandatos anteriores, quer dizer também que nos últimos mandatos não se tem mexido muito nisto e para dar um exemplo da minha freguesia, não conhecendo muito bem a realidade de outras, mas serão umas com mais funcionários outras com menos, outras se calhar até com nenhuns. Dos três funcionários que eu tenho em loureiro, por exemplo, um está há um ano e meio de baixa, outro em princípio entrará para a reforma no início do ano, ficaremos com um funcionário, dos que estão da Câmara Municipal lá colocados obviamente. E portanto, julgo

que era importante com alguma serenidade encontrarmos uma solução, diferente ou parecida com a que está, reforçada, para sabermos, queremos continuar com este modelo de colocação de funcionários da Câmara Municipal nas Juntas de Freguesia, ou não? Reforçamos isto de outra forma, para que aquilo que é feito hoje em dia nos serviços continue a ser melhorado? Não tenho aqui nenhuma solução neste momento. Já tenho pensado sobre isso e já tenho colocado por escrito, mas eu acho que isto devia ser um assunto que envolvesse todos os Presidentes de Junta, toda a Assembleia, todas as opiniões são muito válidas obviamente, o executivo municipal, sobre o que é que vamos fazer de futuro sobre este assunto. Até porque temos também aí a questão sobre as novas competências para as Juntas de Freguesia estão a ser discutidas em sede de Assembleia da República, a questão das freguesias também ainda não sabem ao certo como é que vão ficar, mas independentemente disso, julgo que nós em Oliveira de Azeméis devíamos dar um passo à frente no reforço desta ligação entre Juntas de Freguesia Câmara Municipal, sabemos muitas vezes que tem havido algumas falhas de comunicação e eu hoje não vou fazer também aqui uma abordagem profunda sobre isso. Mas era uma lembrança e um pedido expresso para que não se deixasse cair este tema e para que pudéssemos, com a brevidade que for possível, encontrarmos uma solução diferente para que tenhamos também freguesias diferentes do ponto de vista daquilo que hoje em dia prestam às suas comunidades. E portanto era isto basicamente que eu queria aqui, em jeito de pedido e vou continuar a bater nesta tecla, como costumo dizer, porque acho que é importante, não basta só dizermos muitas vezes que e todos nós repetimos isso, que as Juntas de Freguesia fazem mais com menos. Então se fazemos, então vamos reforçar essa capacidade que nós temos. Portanto era isso que eu hoje aqui vos queria trazer, além de vos desejar a todos uma entrada no novo ano excelente, um 2013 muito bom e que possamos discutir cada vez mais os problemas do nosso concelho desta forma aberta e que possamos estar todos recetivos a estas opiniões sem que possamos dividir a Assembleia naqueles que contribuem bem e naqueles que contribuem mal para pensar o nosso concelho. Muito obrigado e Bom Ano a todos. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Carlos Costa Gomes, do PSD. =====

===== Boa tarde a todos. Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários da Mesa da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, público, comunicação social. As minhas primeiras palavras e logicamente, como todos vós aqui presentes, podereis verificar, é também a minha primeira intervenção nesta Assembleia. E portanto, como naturalmente, as primeiras palavras vão, nesta perspectiva, para o trabalho desenvolvido por toda a atividade política do concelho de Oliveira de Azeméis e que vós, todos aqui presentes, como eu, cada um nas suas localidades sois portadores desse trabalho. Mas, o que me traz hoje aqui a esta tribuna e o motivo que me leva a tecer alguns comentários vem de uma notícia publicada no jornal “Correio de Azeméis” na sua edição 4487, do dia 25 de

dezembro, precisamente no dia natal, a qual refere que mesmo em tempo de férias, ou interrupção letiva, são servidas refeições a meio milhar de alunos. De facto, esta notícia trouxe-me alguma felicidade no sentido em que em tempos atrás discutia-se a questão da alimentação escolar no concelho. E de facto congratulo-me com esta medida da Câmara Municipal e saúdo esta iniciativa, não só porque o que ela trás, mas pela resposta que ela é. Isto é, dá a possibilidade a meio milhar de crianças ter alimentação, algumas delas gratuita, em tempo de interrupção letiva e por isso num período que todos nós vivemos de algum estrangulamento financeiro e que particularmente a todos nós no atinge. Senhor Presidente da Câmara devo dizer que, teve coragem de avançar com esta iniciativa, esta ação social de apoio às crianças talvez mais desfavorecidas também, isto demonstra uma atitude de atenção a estes casos num período em que vivemos com algum sobressalto social em que famílias mais carenciadas ou famílias mais estruturadas neste caso preciso, mostra, no meu ponto de vista, esta atenção que o seu executivo Senhor Presidente nutre por estas situações. Alimentar meio milhar de crianças, isto é, cerca de 50 % da população ativa do 1º Ciclo e do Pré-escolar é uma nota que deve ser retífica, é uma nota que deve ser analisada e ponderada nesta Assembleia. Acrescento ainda que esta medida é da mais elementar justiça e que a todos nós, julgo, nos acrescenta e logicamente a autarquia enobrece. Gostaria ainda de referir que do ponto de vista da ética social e da eticidade solidária o seu executivo Senhor Presidente mostrou grande sensibilidade para os factos das famílias mais carenciadas e, num período marcado por esta quadra natalícia, também fragilizadas pelo tecido social que hoje, como sabemos, vive esta conjuntura económica financeira e social e até fragilizada nos valores mais fundamentais do viver em sociedade. A Câmara atenta a esta situação mostra que está preocupada com a sociedade e com a sociedade oliveirense e também com esses valores que é de alimentar meio milhar de crianças, como eu disse, alguma parte destas de forma gratuita. Senhor Presidente, num quadro como eu referi de estrangulamento económico-financeiro, como é que sabemos, como o país vive, é de louvar mais uma vez esta medida. Por isso, considero que todos nos devemos juntar e congratular com esta iniciativa que só enobrece todo o executivo, mas também esta Assembleia que aqui discute, daqui tenta encontrar soluções, daqui tenta encontrar o melhor caminho para o Município de Oliveira de Azeméis. No entanto, julgo que mais do que todos nós, a satisfação mais elevada é para essas crianças e para essas famílias que vão usufruir deste apoio que não tem medida possível. Finalmente e agradecendo desde já esta intervenção, devo-vos dizer e queria deixar aqui expresso um 2013 quanto mais possível desejável aquilo que todos nós e aquilo que todos nós queremos, certamente com as dificuldades que por aí vêm mas que seja dentro do quadro possível o melhor e o mais desejável a todos. Obrigado, Senhor Presidente. =====

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia foi dito: “O Período de “Antes da Ordem do Dia” está quase a acabar e eu chamava á atenção dos Senhores Deputados que ainda não fizeram ou não registaram a sua presença aqui nesta Assembleia o favor de, quando possível, o fazer.” =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Amaro Simões, Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque.* =====

===== *Boa tarde. Boa tarde Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros colegas, funcionários, público. Uma alegria muito grande por estar novamente em Macinhata da Seixa, aqui passei bons momentos e obrigado ao Grupo Musical pelo acolhimento que nos proporcionou. Macinhata da Seixa não dispõe de muitas associações mas as que dispõe são fortes, são pujantes e são referência na comunidade de Oliveira de Azeméis, parabéns para vocês. O assunto que me traria aqui é na continuidade da Assembleia da semana passada. Articulando os esclarecimentos prestados pela Arq^a Filomena Farinhas na última Assembleia em relação às zonas industriais de S. Roque e articulando estas com as declarações do Senhor Presidente da Câmara dando conta da ocupação já de metade da zona industrial de Loureiro com poucos empregos previstos no entanto. Atrevo-me novamente a admitir que a zona industrial do Merouço e Costa Má tem futuro. Há 15 dias, aborda-me um empresário médio/pequeno, deste modo: “Estou farto de pagar rendas, tenho garantia de encomendas, preciso de terreno para construir uma fábrica. De outro modo, já tenho em vista uma em Vale de Cambra.” Dê-me uns dias - pedi-lhe eu, para ver se conseguimos encontrar um terreno para ele fazer uma fábrica. Há tempos, há mais tempo, apareceu-me outro exportador, maior, desconsolado: -“Tenho clientes bons, tenho encomendas para vários anos, a minha fábrica precisa de ser ampliada senão perco tudo.” Precisa de recorrer à banca, outras entidades,- questionei. “Não, tenho dinheiro.” – Disse ele. Arrisque, arrisque e logo se há-de ver. Arriscou e está a correr bem. São dois exemplos, há mais e nem todos de sucesso, como é óbvio. S. Roque está a perder muita competitividade nos últimos anos por razões objetivas de mercado, mas também por muita intransigência e algum excesso de zelo das autoridades para as condições de trabalho, que fizeram com que alguns industriais se mudassem para outras freguesias ou outros concelhos, com todas as implicações logísticas e sociais particularmente familiares para os trabalhadores sendo que alguns empresários aproveitaram mesmo para oferecerem as chaves aos fiscais não aguentado o sufoco de tanta pressão. Em 2000 S. Roque disponha de 270 empresas que davam trabalho a 3500 empregados. Em 2010 eram já só 199 empresas com 1519 trabalhadores. Tentamos com as zonas industriais criar condições para consolidar as empresas que têm condições e eventualmente chamar novas porque nós temos consciência das dificuldades e do perigo que representa vivermos praticamente da mono-indústria. Portanto nós precisamos de consolidar as que temos e atrair novas indústrias de outros setores. Vou procurar atualizar estes dados, mas são certamente ainda menos favoráveis neste momento. Como Autarcas que partilhamos o sofrimento dos desempregados e acolhemos as angústias dos empregadores fica-nos sempre a sensação que poderíamos e deveríamos ser mais ousados na busca de soluções. Vou insistir. Queria deixar duas notas de reconhecimento. A primeira ao Senhor Presidente pelo esforço que fez porque, em cinco dias, portanto, desde a semana passada, a adenda que nos andava a preocupar há mais de*

um ano, foi resolvida em cinco dias aquilo que num ano tivemos dificuldade em resolver. Obrigado Senhor Presidente porque deu-nos bastante conforto nesse sentido. E depois queria deixar também uma nota ao Prof. Isidro por ter conseguido libertar a Associação de Pais do jardim-de-infância de Bustelo de uma coisa que os estava a amarrar, que era obriga-los a pagar, eu sei que foi com o acordo deles, foi assim que se conseguiu aquilo que eles conseguiram, estavam a pagar uma renda pelo contentor para manter o prolongamento do horário dos alunos, era injusto. Obrigado Presidente, obrigado ao Prof. Isidro por nos ter resolvido essa situação. Estou á espera que me resolva outra, que foi o pagamento que a anterior junta de freguesia assumiu as despesas de obras de adaptação de dois jardins-de-infância, o Senhor Presidente da Câmara diz e muito bem, que está em boas mãos, que o assunto está em boas mãos, mas o dinheiro estava melhor nas nossas mãos. Portanto obrigado, de qualquer forma estou convencido que este assunto vai ser resolvido também. Obrigado e boas passagens e um Ano Novo dentro do suportável. Isto vai ser difícil. =====

===== Ausentou-se o Senhor Presidente da Assembleia, ficando a presidir a Sessão o Segundo Secretário António Luís Fonseca Grifo. =====

===== Seguidamente o Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Segundo Secretário da Assembleia Municipal, concedeu o uso da palavra à deputada Helga Correia, do PSD. =====

===== Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Vereadores, comunicação social, público em geral. Devo confessar que quando soube da realização do Mundial de Futsal Feminino em Oliveira de Azeméis fiquei imensamente feliz. Fiquei feliz porque, enquanto mulher, estou demasiado habituada a ver as atenções do desporto em geral, e do futebol em particular, focalizadas nos homens. Foi por isso, como disse, que fiquei muito satisfeita mas, também confesso, que as minhas expectativas eram baixíssimas. Nunca imaginei que o evento se viesse a conseguir o êxito que obteve. Foi bom ver Oliveira de Azeméis associado a todo este sucesso, um sucesso organizativo e também desportivo apesar de Portugal não ter conseguido vencer o torneio como era nosso desejo. Foi bonito de ver as bancadas cheias. Cheias não apenas de homens como habitualmente mas com muitas mulheres e jovens. Estou certa que é nestes momentos que se dá a volta à forma como olhamos o desporto que deve ser, efetivamente, de todos. Que o torneio tenha servido para entusiasmar os jovens e que os clubes passem a apostar mais nas mulheres. E que a Câmara Municipal não desperdice este capital de experiência para o colocar ao serviço da nossa juventude e do desporto na organização de mais eventos desta categoria. Parabéns. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Segundo Secretário da Assembleia Municipal, concedeu o uso da palavra a Senhora Dr.^a Helena Santos, do PS. =====

===== *Muito boa tarde a todos. Um cumprimento especial para o Senhor Presidente da Junta de Macinhata e para os Macinhatenses que nos acolheram aqui hoje desta forma agradável. A minha intervenção, hoje, prende-se com o facto de estarmos, nós da Bancada do partido Socialista e também muitos outros cidadãos de Oliveira de Azeméis, preocupados de certa forma apreensivos e porque não, até indignados com a situação que continuamos a observar de o Município ter um nível de valores despendidos em rendas avultadíssimas que rondam os 50 mil euros mensais com equipamentos, isto portanto dará os 600 mil euros por ano. Posso particularizar nestas despesas: 9000 euros pelos edifícios municipais; 9000 euros pelos estaleiros; 1000 euros pela Loja Ponto Já; 4000 pelo Centro de Línguas e um conjunto de muitas outras rendas como, por exemplo: a sede da FAMOA; a Liga dos Combatentes; a Ordem dos Advogados; a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens; a Universidade Sénior e etc., por aí. Ora bem, este assunto já tem sido com certeza falado várias vezes aqui, esperávamos que o Executivo tivesse apresentado alterações ao longo deste mandato no sentido de solucionar esta questão que o Município pudesse encontrar um conjunto de espaços que pudesse requalificar cujo financiamento destas obras podia ser inclusivamente compensado com a economia nestas rendas. Isso parece não estar a acontecer. A requalificação desses espaços podia inclusivamente aproveitar situações de edifícios que estão também aí, que são da posse da Câmara, como por exemplo: o edifício das antigas finanças ou a biblioteca municipal antiga; a antiga escola Bento Carqueja; a casa Sequeira Monterroso que custou 400 mil euros e que se encontra ao abandono, este espaço podia a colher as sedes das entidades acima mencionadas e portanto, fazendo, utilizando uma requalificação nestas situações que forem mais difíceis de renegociar, atendendo à contextura atual provavelmente podia haver a possibilidade de fazer novas renegociações dessas rendas e portanto os oliveirenses e nós da Bancada não entendemos e mostramos realmente esta preocupação como é que este problema não parece dar passos para se solucionar. Vou ainda falar, de uma parte que tem sido, essa sim, conversada e muito discutida e que são os estaleiros, vendemos e depois posteriormente arrendados e ao qual já pagamos quase metade do valor em rendas daquilo que adquirimos. Enfim, é esta situação que preocupa e efetivamente é este Município que diz que não pode baixar a taxa de IRS de 5% para 4,5% é o mesmo que gasta provavelmente no final deste mandato dois milhões e meio em rendas e pronto sem mostrar alternativas nesta solução. E era tudo. =====*

===== *Para dar resposta às intervenções anteriores, o Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Segundo Secretário da Assembleia Municipal, concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. =====*

===== *Muito obrigado, Senhor Presidente. Dar nota na sequência da intervenção da Senhora Deputada Ana Neves. Permita-me fazer uma referência, ela é justíssima e é merecida, naquilo que foi o Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e Solidariedade inter Gerações. A Senhora Deputada falou no espetáculo de encerramento que foi um, na verdadeira ascensão da*

palavra, um grande espetáculo o Cine-teatro Caracas completamente lotado e mesmo o espetáculo intergeracional onde várias gerações se cruzavam dos mais novos á aqueles que estão a viver os momentos da melhor idade. E coordenados pela Senhora Vereadora Gracinda Leal que tem a responsabilidade da Ação Social e por todo o seu setor, foram levadas a cabo um conjunto de iniciativas espalhadas pelas 19 freguesias e o sucesso dessa mesma celebração prende-se com a disponibilidade e a entrega extraordinariamente importante das Associações, das IPSS de todas as freguesias, de todas as juntas de freguesia sem exceção, todos foram incansáveis a perceber a importância que tínhamos em assinalarmos e comemorarmos esse mesmo ano. Deixem-me dizer-vos também que mais importante do que a própria celebração é que o ano deixe marcas e que seja efetivamente importante e marcante para que nós no exercício das nossas atividades todos os dias e não só nestes anos, possamos trabalhar no sentido de proporcionar um envelhecimento ativo com toda a dignidade porque as pessoas que estão nesta idade merecem seguramente e têm muito a ensinar e têm ainda uma utilidade extraordinária na nossa sociedade assim os saibamos respeitar e saibamos aprender com eles. Permitam-me também já agora que aproveite a questão que foi colocada, para dar nota que nós continuamos permanentemente a trabalhar em articulação com as instituições particulares de solidariedade social e muitas delas como é do conhecimento público estão a viver alguns momentos de asfixia financeira, de dificuldades e portanto nós procuramos dentro daquelas que são as nossas competências e as nossas disponibilidades também do ponto de vista financeiro procurar colmatar essas mesmas dificuldades entrando em regime de parceria em muitas das atividades. Mas permitam-me aqui salientar uma que há muitos anos se arrasta, se vai arrastando no Município de Oliveira de Azeméis, que teve promessas e mais promessas, que teve visitas e mais vistas, mas que infelizmente nunca viu a luz ao fundo túnel, nunca viu o problema resolvido e prende-se com a Associação de Melhoramentos Pró-Outeiro e permitam-me que aproveite esta oportunidade para lhes dizer que ontem mesmo foi comunicado ao Senhor Presidente, ao Senhor Albertino Bastos, que o Ministério da Solidariedade e da Segurança Social decidiu atribuir 166 mil euros à instituição Associação e Melhoramentos Pró-Outeiro para poderem continuar a fazer o trabalho extraordinário que fazem a exemplo de muitas outras instituições particulares de solidariedade social que temos no nosso município. Quanto às questões que foram colocadas pelo Senhor Presidente da Junta de Loureiro, Rui Luzes Cabral e a forma como as colocou sempre com elevação e procurando ser naturalmente construtivo, há aqui uma matéria, eu posso não ter explicado bem porque não é a primeira vez que o senhor Presidente fala nesta matéria publicamente e também em reuniões que mantem com o executivo camarário no exercício de funções de Presidente de Junta. Mas há aqui uma questão que é importante, que tem a ver com a situação de uma inspeção, que os senhores sabem que ocorreu na Camara Municipal por parte da Inspeção Geral de Finanças e ainda não recebemos o relatório final. Um dos pontos que a equipa da inspeção chamou à atenção é para a afetação de pessoal às Juntas de Freguesia. Sendo certo que eu lhes expliquei e aliás, a Senhora inspetora visitou juntas de freguesia, eu não queria falhar mas estive em Cucujães, estive em Cesar e não

sei se foi a UL, ou pelo menos teve vontade de ir a UL não sei se chegou a ir, mas aleatoriamente a Senhora decidiu visitar e a equipa de inspeção falava muito nessa perspectiva da cedência do pessoal às Juntas de freguesia. Porque, por exemplo, colocava-se logo uma primeira questão que tinha a ver com o SIADAP naquilo que diz respeito à avaliação, quem é que o vai avaliar, o que é que o funcionário está a fazer, quem traça os objetivos e depois que é que o avalia? Porque esse funcionário, nomeadamente brigadas operacionais estão adstritos ao Chefe de Divisão que lhe faz essa avaliação que não está na freguesia. É uma questão burocrática. Mas eu procurei explicar e julgo que também foi de grande utilidade a visita às juntas de Freguesia, porque os senhores Presidentes de Junta também explicaram à Senhora Inspetora e à sua equipa as vantagens dos funcionários estarem na Junta de Freguesia e eu não me cansei de lhes dizer isso. Adaptando o modelo e avaliação, procurando aqui criar outras condições, mas que era muito importante isto porque todos tínhamos a ganhar, nomeadamente o Estado, porque como diz e bem o Senhor Presidente da Junta “as Juntas de freguesia fazem mais com menos recursos financeiros” e há depois aqui um acompanhamento de proximidade que é muito importante, este é um ponto. E portanto, não recebendo nós o relatório final, podemos também do ponto de vista do relatório dizer: - então nós chamamos à atenção e os senhores fizeram precisamente o contrário. E portanto eu queria só dar nota do seguinte, sobre esta matéria, aquilo que o Presidente da Junta diz eu concordo em absoluto. Estou totalmente de acordo com ele. E a palavra que importa aqui dizer como é que se distribui os funcionários é muito simples - são critérios, critérios rigorosos e transparentes. E portanto, toda a gente sabe, nem é preciso andar à socapa a ver quantos é que têm o vizinho do lado, a perguntar, quantos é que tu tens, quem é que tu tens aí, tens um jardineiro, tens o tipo das valetas, tens o tipo que faz muros, não, ouça, que isto seja completamente transparente que a malta saiba que a junta de S. Martinho tem X, que a junta de Loureiro tem Y, que a junta de Santiago tem este, portanto, que seja naturalmente transparente. E depois há uma outra questão, já agora deixe-me partilhar consigo, com todos, Senhor Presidente, que tem a ver o seguinte. Há uma outra, que é também, que todos conhecem que tem a ver com redução obrigatória de pessoal, nós meter pessoal vocês sabem, vamos já discutir o mapa de pessoal, sabem que não metemos. O que diz e bem e eu também acho e concordo, é que podemos fazer reafecção de pessoal, não precisamos de meter mais, podemos, se calhar estão pessoas a mais nuns sítios e metemo-los noutra era muito melhor e dava mais rentabilidade. E há aqui depois uma outra situação que importa refletir, que tem a ver nos nossos protocolos de delegação de competências, por exemplo, se nós os fizermos por um ano, estamos a dizer: agora, vamos fazer (para não estar a falar diretamente para o Rui), vamos fazer a Ponte do Silvar e para a Ponte do Silvar é preciso X trolhas, X pedreiros durante meio ano e portanto a inspeção dava esta sugestão. Só que isto do ponto de vista burocrático é tremendo, não é? Porque vocês sabem perfeitamente que depois se calhar o funcionário é preciso fazer outra coisa e ele estava adstrito e ele podia dizer: - não, eu estou adstrito a este protocolo. O que a inspetora dizia é que, no protocolo de delegação de competências pode-se por um alínea a dizer: para esta obra são alocados x funcionários. Se o protocolo, por exemplo,

tiver o período de vigência de um ano o problema está resolvido. Mas normalmente, depois a obra está terminada. Portanto temos que afinar aqui essa situação. Agora, eu continuo a defender a mesma coisa, não mudei de posição Senhor Presidente da Junta de Loureiro e o Senhor também não mudou. Ou seja, se nós podermos alocar mais funcionários às Juntas de Freguesia, excelente. Agora, tem que ser com critério, tem que ser com suporte legal se não depois vamos ter problemas os dois, as Juntas e a Câmara Municipal. Mas estou totalmente de acordo com a sugestão e ainda bem que a voltou a falar, mas tenha a noção clara que ela não caiu no esquecimento. Quanto à questão do Senhor Deputado Costa Gomes. Esta questão foi ponderada e o trabalho foi aqui desenvolvido pelo, sendo até uma questão social foi o pelouro da educação que trabalhou que é quem gere as cantinas e a questão das refeições. E portanto nós decidimos e como disse e bem, 500 crianças fazem a sua refeição, fizeram e fazem a sua refeição, tirando os feriados naturalmente, nas escolas, nas cantinas escolares durante este período de férias. Todos nós sabemos as dificuldades com que as pessoas se debatem e portanto, este é também um sinal importante que colocamos. E deixe-me dizer sobre esta matéria também, que o Senhor Vereador da Educação solicitou que funcionasse um mecanismo de alerta, a todos os professores, a todos os auxiliares, a todos os educadores, portanto desde a pré-escola até ao 1º ciclo que é onde nós temos naturalmente responsabilidades diretas que funcionasse um mecanismo de alerta. Ou seja, ao primeiro sinal, do aluno A, ou do aluno B, da escola A, ou da escola B, que se perceba que tem dificuldades do ponto de vista alimentar, que chegue à escola sem tomar o pequeno-almoço, que chegue à escola com problemas, que não tem que comer, que não trás lanche essas situações são imediatamente comunicadas à Divisão de Educação e a Divisão de Educação procura resolver o problema, ou seja, aqui temos que atuar preventivamente, nós não podemos atuar reactivamente e portanto aqui importa diagnosticar identificar e resolver de imediato e isso tem acontecido e portanto é uma situação que eu não me canso de dizer ao Senhor Vereador da Educação e sei que ele transporta isso para todas as suas colaboradoras e nomeadamente isto chega às escolas. Quanto às questões colocadas pelo Senhor Amaro Simões. O Senhor Amaro Simões falou aqui uma coisa, eu queria só para clarificar, que muitos empresários se queixam e depois disse porque é que se queixam. Falou do ACT, o ACT é a Autoridade de Condições de Trabalho, para não ficar a ideia que os empresários de S. Roque ou outros se queixam de outras instituições, podem-se queixar naturalmente dos bancos e da conjuntura mas isso queixamo-nos todos. Agora, eu estou de acordo com aquilo que o Senhor Amaro Simões disse, aliás o Senhor Amaro Simões disse que, é preciso procurar novas indústrias e noutros setores. Isso é muito importante a diversificação dos setores. Como eu o compreendo Senhor Amaro, é muito importante essa situação de procurarmos encontrar indústrias de outro tipo para tornarmos claramente o concelho mais competitivo. Mas a freguesia de S. Roque é uma freguesia muito especial porque há ali um cluster muito identificado, um cluster associado à qualidade, às vezes em condições que não são as melhores como o Senhor disse, que tem a ver com o calçado. E não deixa de ser curioso que ainda hoje num jornal nacional, o jornal “I”, trás uma grande reportagem sobre a industria do

calçado e não sei se leram, mas lá no meio fala sobre as questões, os dados de exportação, o crescimento, a conquista de mercado, o sucesso que tem sido por exemplo exportar para a China e depois diz lá uma coisa engraçada que eu gostei de ler com toda a sinceridade, que é: - apesar da notoriedade de Felgueiras e S. João da Madeira, o concelho que tem mais empresas de calçado é Oliveira de Azeméis - diz lá no - “País” e portanto aqui a grande cota parte de responsabilidade para isso é naturalmente da freguesia de S. Roque e portanto o Senhor Amaro diz: - 199 empresas, que tem dos últimos dados do Instituto Nacional de Estatísticas e obviamente que queremos todos mais, mas não deixa de ser um número relevante e claramente deve ser a freguesia que mais empresas tem do setor do calçado, que é um setor que todos sabem e felizmente tem estado em franco crescimento e tem dado exemplos até a outros setores de atividades. O que eu queria dizer ao Senhor Amaro, extensivo naturalmente a todos, até porque outros Presidentes de Junta o fazem, é que quando há um investidor, quando há um empresário que tenha qualquer problema quer na indústria onde está a laborar, quer na possibilidade ou necessidade de crescimento, ou alguém que queira instalar-se no Município de Oliveira de Azeméis não guardem só para vocês essa informação, o Gabinete de Apoio ao Empresário na Câmara Municipal está disponível e garanto-vos que nunca mais larga a pessoa, até a pessoa ou desistir ou fixar-se. E portanto as instruções que o Gabinete de Apoio ao Empresário tem, é isso mesmo, é naturalmente procurar encontrar soluções, nem sempre, muitas vezes a expectativa, nós já temos tido situações de empresas e empresários que vêm a Oliveira de Azeméis, dizem tudo fazem tudo, mas depois desistem de investir, não quer dizer que vão para outro lado, pessoas que se querem fixar mas depois procuram outras soluções tem outras opções e nós não podemos naturalmente castigar por isso. Agora, nós devemos e as Juntas de Freguesia são importantes nesse setor na dinamização da nossa vida económica e do nosso tecido económico empresarial, é algum problema ou alguma questão de imediato contactar o Gabinete de Apoio ao Empresário e o Gabinete de Apoio ao Empresário em conjunto com essa Junta de Freguesia vai fazer esse trabalho importante de criação e fixação dessas mesmas empresas. Quanto à questão que a Senhora Deputada Helga Correia falou, da organização e da realização em Oliveira de Azeméis do Mundial de Futsal 2012, naturalmente que nós temos o compromisso de apresentar agora, espero que na próxima reunião de câmara, tudo que são despesas financeiras associadas à organização em Oliveira de Azeméis do Mundial de Futsal, o balanço que fazemos, e não somos nós, é um balanço que é positivo e portanto eu acompanho as palavras que foram ditas pela Senhora Deputada Helga Correia. Mas o que é importante aqui e que é digno de ser realçado e isso deixem-me dizer-vos hoje aqui pela primeira vez surpreendeu tudo e todos. E quando estamos a falar de tudo e todos, estamos a falar dos mais altos responsáveis que estiveram em Oliveira de Azeméis durante estes dias que representam a FIFA e a UEFA e que é, nunca ninguém com a melhor perspectiva da organização e realização dum evento destes pensou que pudesse ter tanta gente e portanto, as melhores expectativas, as melhores expectativas foram claramente superadas e isso, o mérito é dos oliveirenses e outros que encheram o pavilhão por diversas vezes e portanto isso é muito importante fazermos essa

referência, porque sem público, sem as bancadas cheias não teria o sucesso que teve e portanto isso era esse agradecimento que eu também gostava aqui de publicamente fazer e pela primeira vez. Relativamente à questão que A Senhora Deputada Helena Santos disse. Nós na discussão do Orçamento, que vamos fazer a seguir, temos uma redução de rendas. Eu bem sei que não é significativa tendo em conta os valores que falou. Agora, nós temos também aqui e a Senhora Deputada Helena Santos, deu um conjunto de exemplos, falou na renda da Ordem dos Advogados, falou na renda da Liga dos Combatentes, falou na renda da Universidade Sénior. E há mais, há muitas mais. Nos temos um conjunto de instituições e associações que estão no exercício das suas atividades a ocuparem edifícios que a Câmara Municipal paga renda. É verdade. Como lhe disse temos vindo a reduzir, não temos vindo a reduzir de forma, nem nós estamos satisfeitos, queremos reduzir sempre muito mais naturalmente, não é? Agora também temos que perceber muitas vezes e há aqui reduções e situações que não dependem só de nós, eu não gosto de aligeirar responsabilidades mas dizer: nós hoje estamos a pagar a renda da Loja Ponto Já, ali junto à zona escolar, que é uma loja espetacular, tem um sítio espetacular. Podem dizer: mas é tanto dinheiro. O que é certo, é que é das lojas mais visitadas do país. Portanto é sinal que cumpre a sua missão. Agora se nós a mudarmos para sítios longe da zona escolar, se calhar ela não vai cumprir a sua missão. Quando nós sabemos que o objetivo é coloca-la onde era antigo centro de saúde, porque lá se vai construir o Fórum da Juventude. Portanto, não vamos agora andar a mudá-los para um sítio para depois para outro, nós temos que ter alguma paciência e essa paciência custa euros, é verdade e custa euros a todos nós. Já outra situação diferente, por exemplo, é a questão dos estaleiros que é uma situação mais preocupante porque estamos a falar de valores muito superiores e como lhe disse, nós temos que encontrar uma solução para resolver o problema dos estaleiros porque não é uma solução confortável aquilo que estamos a viver hoje, todos reconhecemos a Senhora Deputada tem toda a razão, agora também não é de um momento para o outro que se encontra uma solução dessas e portanto é evidente que nós estamos a trabalhar, o nosso objetivo, é igual ao seu, é reduzir as rendas. Agora, nem sempre o que parece é, dizer assim: - agora vamos mudar para ali. Não é só dizer isso, não é? Porque a Senhora Deputada disse assim, falou na antiga biblioteca, naquela esquina, onde funcionou as finanças. Bem, o edifício lá em cima do primeiro andar se vem uma chuvita maior é uma chatice, não é? E aquele edifício estava cedido aos Serviços Sociais da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis por protocolo, quando se deixou de poder apoiar financeiramente os Serviços Sociais, foi cedido aquele edifício para eles fazerem obras para instalarem lá uma clinica e ainda hoje eles falam nesse projeto, portanto nós também temos que nos desvincular desse compromisso. A mesma situação, por exemplo, na escola onde está hoje ainda serviços da Escola Superior de Enfermagem, onde foi a Escola Preparatória Bento Carqueja, enfrente onde se dá a catequese, onde está a funcionara Universidade Sénior mas também está a funcionar ainda serviços da Escola de Enfermagem que saem de lá quando construírem mais novas instalações da ampliação da atual Escola Superior de Enfermagem, portanto há aqui um conjunto de situações que não são fáceis. Por exemplo, a Senhora

Deputada falou na casa Sequeira Monterroso, a Senhor deputada abre o portão entra lá dentro a gente não pode lá fazer serviços nenhuns, quando formos fazer a recuperação para aquilo temos que procurar encontrar ali a fixação de um serviço que não seja uma coisa provisória. Portanto, eu percebo a sua preocupação, aliás a sua preocupação é nossa, agora não é assim tão fácil como parece e eu aliás na última reunião de câmara discutimos isso, depois até discutimos muito mais isto do que o que era previsível porque não era uma solução fácil. Agora estamos atentos a isso e procuramos resolver os problemas. =====

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia foi dito:=====

===== Muito obrigado, Senhor Presidente. Com esta explicação dada pelo Senhor Presidente está encerrado o “Período de Antes da Ordem do Dia”. O PSD tinha direito a 36 m e 30 s de intervenção, gastou 12 m e 38 s; O Partido Socialista tinha direito a 19 m e 30 s, gastou 25 m e 44 s; o CDS/PP tinha direito a 03 m e gastou 04 m e 10 s. Entretanto, chegou à Mesa um voto de louvor que reza o seguinte: “Temos assistido a um sem número de atividade desenvolvidas pelas escolas do nosso concelho. Temos visto e sentido a cada momento o trabalho completamente voluntário de cada uma das suas Associações de Pais. Com frequência os vemos bem cedo a vender produtos por si confeccionados nos mercados, nas feirinhas, no Mercado à Moda Antiga, nas Feiras de Artesanato em muitas outras ocasiões que só a imaginação dessas pessoas consegue estabelecer limites. O que as faz “correr”? Sempre o bem-estar dos seus bens mais preciosos, os filhos. As Associações de Pais substituem-se quantas vezes às Autarquias, ao Governo e têm como recompensa quase sempre a satisfação de mais um problema resolvido. Problemas pequenos mas que são enormes para quem no dia a dia sente que essa causa é nobre e boa para os filhos e crianças que frequentam os respetivos estabelecimentos de ensino. Na impossibilidade de nomear cada uma das Associações, correndo o risco de uma tremenda injustiça pois faltaria sempre alguma, queríamos lavrar este voto de louvor à FAPCOA, Federação das Associações de Pais do Concelho de Oliveira de Azeméis, que depois reencaminharia para quem de direito. Bancada do Partido Socialista.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o voto de louvor apresentado, o qual foi aprovado por unanimidade. =====

*===== **PERÍODO DA ORDEM DO DIA (ART.º 20º DO REGIMENTO)** =====*

===== Seguindo os trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, deu início ao Período da Ordem do Dia. =====

*===== **Ponto um:** Votação das atas n.º 21; =====*

===== *Presente para aprovação a seguinte ata: nº 21 - Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada em 28.09.2012. =====*

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor Dr. Fernando Pais Ferreira. =====*

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Fernando Pais Ferreira, do PS. =====*

===== *Senhor Presidente, a minha intervenção é curta e incisiva. Sobre esta matéria foi pedido pelo meu colega de Bancada, Ricardo, que lhe fosse fornecido um documento áudio da gravação. E a minha intervenção é absolutamente construtiva, pode acreditar, já em tempos o Senhor Presidente da Câmara, na altura Presidente da Assembleia, teve essa dúvida se devia ou não devia ter fornecido. E nós, nós Partido Socialista, na altura juntamos um parecer do CADA, no sentido de nos habilitar do ponto de vista jurídico se era possível ou não fornecer a tal gravação áudio. Parecer esse que deve estar nos serviços da Assembleia e que diz, no fundo, diz que pode haver uma recusa até à deliberação, mas que após a deliberação isso é absolutamente facultado. Não sei se o Senhor Presidente da Assembleia tem conhecimento desse parecer jurídico? Na altura o Presidente da Câmara, na altura investido nas funções de Presidente da Assembleia após lhe ter sido endereçado esse parecer, deu cumprimento ao pedido. Não sei se recorda Senhor Presidente? De qualquer maneira esse parecer está nos serviços da Assembleia, mas se quiser eu também lhe posso facultar. E em face disso creio que o Senhor Presidente mantém a recusa de fornecer a gravação áudio. =====*

===== *Pelo Senhor Presidente da Assembleia foi dito:=====*

===== *Assunto: Requerimento – Pedido de audição de suporte áudio. Face ao solicitado, eu enviei para parecer jurídico dos serviços de jurisdição da Câmara Municipal o sim ou não, para essa pretensão. Queria que ficasse tudo em termos legais. E é assim que fica. Face ao solicitado e tendo em conta o parecer jurídico sobre o assunto informo Vossa Excelência de que a pretensão foi indeferida. Com os melhores cumprimentos. Penso que isto foi enviado ao Excelentíssimo Deputado, Fernando Ricardo Gomes de Oliveira Bastos. Seguidamente, posso-lhe fazer chegar, o mais oportunamente possível, o parecer do serviço jurídico da câmara em que se baseou para o indeferimento da respetiva pretensão. =====*

===== *O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao Senhor Dr. Fernando Pais Ferreira, do PS. =====*

===== *No sentido de ultrapassarmos isso, eu posso também lhe fazer chegar o parecer do CADA, que é uma entidade mais habilitada digamos, no sentido de ultrapassarmos essa situação. Nesse sentido, não sei se o pedido de indeferimento foi no sentido de ser antes da deliberação, ou se de todo o Senhor Presidente considera que não é de facto facultável.* =====

===== *Usando novamente a palavra, o Senhor Presidente da Assembleia disse: Eu vou fazer chegar o parecer jurídico ao Deputado em causa e à Bancada do Partido Socialista com certeza, não tem o menor problema em lhe fazer chegar o mais rapidamente possível esse parecer. Agora, essa decisão, como compreende, não foi minha, essa decisão foi baseada no parecer jurídico dos serviços da Câmara Municipal. Porque eu queria, quando se trata deste tipo de matérias, eu quero ser perfeitamente legalista neste aspeto e é a minha função. Portanto, como houve um indeferimento, vou-vos fazer chegar o parecer. Se não concordarem, podem combater esse parecer, podem fazer o que quiserem, não tem problema absolutamente nenhum. Eu dou-vos a minha palavra que vos faço chegar o parecer. Perante o parecer vocês tomam a opinião, ou fazem o que quiserem, ou o que acharem bem.* =====

===== *Colocada à votação, a ata n.º 21 da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em 28.09.2012, foi a mesma aprovada por maioria com a seguinte votação: a favor - vinte e seis votos do PSD, dois votos do CDS/PP e Presidente da Junta de Freguesia de Cesar; contra - um voto do PS, Deputado Ricardo Bastos; abstenções - doze do PS.* =====

===== *Pelo Senhor Ricardo Bastos, do PS, foi apresentada a seguinte declaração de voto: “Eu votei contra, porque eu acho que, já não é a primeira vez que inclusive o Senhor Presidente da Câmara disse, se houver alguma dúvida vamos ouvir a gravação. Porque isto não é tão líquido assim, que nós queiramos tirar uma dúvida e não seja facultada a gravação, não é facultar, eu ia lá ouvi-la aos serviços da Câmara. Aquilo que foi um episódio, que me suscitou algumas dúvidas e perante a nega eu posso passar a ter algumas certezas, não é? Agora, que efeito tem, que efeito tem ir ouvir a gravação agora uma vez que o ponto já está votado? Eu acho que, isso tudo, fornecer o parecer, isso já foi pedido para aí há dois meses ou há três, tivemos tempo suficiente para ouvir a gravação para tirar as dúvidas todas. Depois de eu tirar as dúvidas, não sei se me vão deixar ouvir a gravação ou não, vou ter que fazer novo requerimento. Agora que interesse tem, ouvir, depois do ponto aprovado?* =====

===== **Ponto dois:** *Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município;*=====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentado um “dossier” exaustivo dando a conhecer todas as atividades realizadas pela Câmara Municipal, assim como a situação financeira do Município.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Muito obrigado, Senhor Presidente. A informação é aquela que nós procuramos dar sempre com o máximo de pormenor e que é a recolha de todos os serviços da Câmara e a compilação dessa mesma informação e portanto se alguém quiser colocar alguma questão relativamente à matéria nós estamos disponíveis para dar essas explicações Senhor Presidente.*=====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *A Assembleia tomou conhecimento da referida informação.*=====

===== **Ponto três:** *3.1. Orçamento e Grandes Opções do Plano/2013 – Aprovação; 3.2 Aprovação dos compromissos plurianuais constantes das Grandes Opções do Plano 2013; ==*

===== *Pela Câmara Municipal foram presentes os documentos referidos em epígrafe, os quais ficarão arquivados em pasta anexa ao livro de atas, elaborados ao abrigo do Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro.*=====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Muito bem, muito obrigado, Senhor Presidente. Vou procurar de forma muito sucinta, para não estar a ir ao ínfimo pormenor daquele que é o nosso exercício previsional para 2013, ou seja, aquilo que é o Orçamento e as Grandes Opções do Plano. Dizer que, nós ouvimos e recebemos os contributos do Partido Socialista e do CDS/PP e do PSD e procuramos verter, de certa forma, aquilo que foram as suas sugestões, nem todas, mas aquelas que achávamos que eram perfeitamente enquadráveis e encaixáveis neste exercício orçamental para 2013. Naquilo que é também a relação com as juntas de freguesia, nós já, não nesta altura do Orçamento mas numa outra fase, depois de uma reunião com todos os Presidentes de Junta, tínhamos solicitado um conjunto de obras para os próximos tempos, foi também um pouco procurando aconchegar essas situações e outras que nos foram entretanto chegando para aquilo que são o PPI (Plano Plurianual de Investimentos) poder ter aconchego em termos Orçamentais. Dizer-vos que não vale a pena aqui fazer-vos considerações nacionais relativamente àquela que é a conjuntura e os tempos que vivemos, somos massacrados todos os dias por notícias menos positivas, mas temos todos que acreditar que o futuro vai ser melhor, vai ser diferente e é para isso que naturalmente trabalhamos. Dizer-vos também que o Orçamento é um Orçamento realista, aponta no sentido da consolidação naquilo que é a*

consolidação económica e tem um ligeiro aumento de trezentos e trinta e cinco mil e quinhentos euros (335.500,00€) relativamente ao Orçamento de 2012. Portanto, o valor do Orçamento para 2013 é de trinta e nove milhões e trezentos mil euros (39.300.000,00€). E portanto, porque é que, podem perguntar os Senhores Deputados e Senhoras Deputadas, porque é que nesta altura de dificuldades e de crise nós vamos ter um Orçamento que é superior ao do ano de 2012? A razão é muito simples, tem a ver com, os projetos QREN, projetos que influenciam e tem um peso fundamental no Orçamento: estamos a falar da Área de Acolhimento Empresarial; estamos a falar do Parque do Cercal; e também de todos os investimentos associados ao projeto de La-Salette e portanto esses são os fatores que condicionam consideravelmente este Orçamento que procura, conforme os Senhores sabem, do ponto de vistas que é a opção estratégica da Câmara procura sempre aproveitar as disponibilidades do QREN, até porque o QREN, este QREN, está a diminuir e portanto estamos a falar de até 2013 e portanto há sempre depois aqui uns períodos seguintes mas nós temos que aproveitar ao máximo e é isso que estamos a fazer nos projetos que temos em causa. Olhando para o lado da receita, portanto as nossas receitas correntes aumentam 6% e as nossas receitas de capital diminuem 9,8%, ou seja, temos mais um milhão e meio (1.500.000), de grosso modo, em termos de receitas correntes e temos menos um milhão duzentos e quarenta e oito (1.248.000) em termos de receita de capital. As rubricas onde se registam assim aumentos mais significativos, estamos a falar dos impostos diretos, estamos a falar de um aumento de 2,4%, ou seja, em termos de valores numéricos, estamos a falar de duzentos e dois mil quinhentos e cinquenta euros (202.550,00€). E portanto isto tem muito a ver com a média do montante arrecadado nos últimos dois anos e dizer-vos que todos os impostos aumentam em termos de receita, com exceção do IMT. Também não deixa de ser interessante, ou não, que o IMT é um dos impostos a abolir naquilo que é o novo projeto das Finanças Locais, que foi ontem aprovado em Conselho de Ministros e que vai agora iniciar o seu processo da sua peregrinação em termos de discussão pública. Portanto, os impostos indiretos, temos um aumento de vinte e seis mil e quatrocentos euros (26.400,00€). Temos também naquilo que é as transferências correntes, há um aumento de 11%, isto traduz-se num milhão e cem mil (1.100.000), um milhão e sessenta mil (1.160.000), isso tem a ver também aqui, já vão reparar vai haver aqui mais há frente uma diferença que tem a ver aqui com o Fundo Geral Municipal passou aqui de capital para correntes e portanto este aumento tem a ver com isso. Na Venda de Bens e Serviços, estamos a falar de um aumento de oitenta e cinco mil quatrocentos e vinte euros (85.420,00€), portanto um aumento de 1,4%. E naquilo que tem a ver com outras receitas correntes há um aumento de 54,2%, estamos a falar de um aumento cento e trinta mil e cento e cinquenta euros (130.150,00€). No que diz respeito à venda de bens de investimento, temos um aumento também de 30% e foi como eu disse há pouco no Período de antes da Ordem do Dia, tem a ver com a, este aumento resulta da previsão do recebimento por um lado de um milhão e meio de euros (1.500.000,00€) da venda dos terrenos à Promoquatro e por outro lado também de quinhentos mil euros (500.000,00€) da Área de Acolhimento Empresarial Ul/Loureiro. Temos naquilo que diz respeito aos Passivos Financeiros, também temos um aumento porque o nosso

empréstimo de curto prazo passa de setecentos e cinquenta mil (750.000) para um milhão (1.000.000) e portanto há aqui um aumento de duzentos e cinquenta mil (250.000) e, pode parecer, o passivo financeiro aumenta 33,3% tem a ver com isso, nós o ano passado acomodamos setecentos e cinquenta mil euros (750.000,00€) em termos de empréstimo e este ano foi um milhão de euros (1.000.000,00€). Isto falei das rubricas que aumentaram. Quando falo das rubricas que diminuíram, estamos a falar das taxas, das multas e outras penalidades, há aqui também um decréscimo de dez mil euros (10.000,00€), mas que eu queria assinalar porque tem a ver com a diminuição das receitas dos loteamentos tendo em conta aquilo que se passa na construção civil e nas obras do ponto de vista do pagamento desses loteamentos. Depois há uma diminuição também de Rendimentos de Propriedade, estamos a falar de um decréscimo de onze mil euros (11.000,00€). E nas Transferências de Capital, portanto há uma diminuição de um milhão novecentos e quarenta e quatro e novecentos e sessenta (1.944.960) e portanto, este é aquele que há pouco falei, que tem a ver com a classificação, a forma de classificar de capital para corrente e portanto estamos a falar, como há pouco dei nota do que aumentou esta é a contrapartida também dessa diminuição. Naquilo que diz respeito à Despesa - Despesa Corrente e Despesa de Capital, as despesas correntes aumentam 2% e as despesas de capital diminuem 0,9%. Portanto há um aumento das dessas correntes de quatrocentos e cinquenta mil euros (450.000,00€) e há uma diminuição das despesas de capital em cento e vinte mil e cento e sessenta euros (120.160,00€). Há aqui um aumento das despesas com pessoal, 2,3%, ou seja, estamos a falar de um aumento de duzentos e treze mil euros (213.000,00€), importa aqui dizer que nem é por aumento do pessoal, nem é por entrada de mais pessoal, portanto isto que fique claro, normalmente quando se diz aumento com as despesas de pessoal, então, ou aumentaram os ordenados ou aumentaram o número de funcionários, nem uma coisa nem outra. O que acontece é que, como sabem os descontos para a Caixa Geral de Aposentações passaram a deixar de ser 15% e passaram a ser 20%, só isso significa trezentos e cinquenta e sete mil euros (357.000,00€) e também em 2013 há reposição de um dos subsídios, como sabem em 2012 tinham sido retirados esses subsídios e portanto estamos a falar aqui desses aumentos e faz com que as despesas com pessoal aumentem 2,3%. Também naquilo que diz respeito à Aquisição de Bens e Serviços, há um aumento de quinhentos e vinte e quatro mil e quatrocentos e noventa euros (524.490,00€): estamos a falar de combustíveis e lubrificantes; estamos a falar de refeições para os alunos; peças para automóveis; aquisição de água para venda; encargos das nossas instalações e também tem a ver com as despesas associadas às comunicações; as despesas de representação; trabalhos realizados; há aqui um aumento que tem a ver com a questão das AEC's que como sabem funcionaram de forma diferente e portanto também é preciso fazer esse aconchego do ponto de vista orçamental. Onde é que diminuimos naquilo que são a Aquisição de Bens e Serviços? Nas despesas de: limpeza e de higiene; material de escritório; artigos para oferta; material de educação cultura e recreio; conservação e reparação de bens; na questão dos transportes da Câmara Municipal; nos seguros também; nos estudos e consultoria; na publicidade; nos subcontratos; nas rendas e alugueres, como disse

há pouco à Senhora Deputada Helena Santos, menos trinta e cinco mil e cento e sessenta euros (-35.160,00€); e nos espetáculos e outros eventos com menos cinquenta e quatro mil quinhentos e sessenta euros (-54.560,00€). Naquilo que diz respeito às Transferências Correntes portanto há aqui um aumento, também, tem a ver com a empresa municipal, tem a ver com as freguesias, com as IPSS's, com as prestações sociais às famílias e também com os agrupamentos escolares. Estamos a falar nas transferências de capital, um aumento para as freguesias, há aqui um aumento para as freguesias de quatrocentos e cinquenta e seis mil euros (456.000,00€) e para as instituições sem fins lucrativos de quinhentos e setenta mil e seiscentos euros (570.600,00€). Naquilo que diz respeito aos Passivos Financeiros há um aumento de cento e dezasseis mil euros (116.000,00€) e isto prende-se com a amortização do empréstimo de curto prazo os tais duzentos e cinquenta mil euros (250.000,00€). Estamos a falar de uma coisa também interessante, mas que não depende nós e portanto, tem a ver com a conjuntura mas é importante fazer essa referência, que tem a ver com a diminuição dos juros de outros encargos, é muito importante, neste caso as taxas de juros têm sido nossas amigas mas isto não depende de nós não somos nós que mandamos nas taxas de juros que as subimos ou descemos. Ma depois há aqui uma outra situação que tem a ver com os juros de mora e isso tem a ver com o prazo médio de pagamento que temos vindo a fazer e que ficará seguramente muito diferente quando concretizarmos a situação do Plano de Apoio à Economia Local o PAEL. Estamos também aqui a falar das Outras Despesas Correntes de uma diminuição de duzentos e vinte e cinco mil euros (225.000,00€). E na Aquisição de Bens de Capital também uma diminuição, neste caso de um milhão e duzentos e sessenta e seis (1.266.000) e portanto estamos a falar de um decréscimo de duzentos e sessenta e sete mil euros (267.000,00€), também naquilo que diz respeito aos transporte se comunicações duzentos mil euros (200.000,00€), na rubrica do Ordenamento do Território quinhentos e setenta e oito mil euros (578.000,00€) e também no investimento. Portanto, basicamente procurei ser muito factual e não estar aqui a fazer grandes considerações políticas, porque sei que os Senhores Deputados fazem esse trabalho e portanto não queria estar aqui a repetir essa dose de trabalho de análise política. Dar nota aos Senhores Deputados, ao Senhor Presidente que este Orçamento, como disse no início, é um Orçamento realista preparado para os desafios de 2013, sabendo nós as dificuldades que todos vamos atravessar no ano 2013, mas procuramos de alguma forma aconchegar e prever, sendo certo que estamos a falar de um exercício previsional prever todas as situações que possam ocorrer no ano de 2013. Muito obrigado, Senhor Presidente. =====

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores Marco Azevedo, Dr. Miguel Portela e Bruno Aragão. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Marco Azevedo, do PSD. =====

===== Boa tarde. Excelentíssimo Senhor Presidente Mesa da Assembleia Municipal e Excelentíssimos Secretários da Mesa da Assembleia Municipal, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal e Excelentíssimos Vereadores aqui presentes, Excelentíssimos Membros da Assembleia Municipal, Presidentes de Junta, permitam-me um agradecimento especial ao nosso colega Senhor Jacinto, Presidente Junta de Macinhata da Seixa, pela sua gentil preocupação em nos receber a todos de forma tão agradável, muito obrigado, Excelentíssimos jornalistas aqui presentes, Oliveirenses, e todos os presentes de Macinhata da Seixa que cá estão connosco hoje a participar destes trabalhos. Aproveito igualmente fazendo votos de que tenham tido um Feliz Natal e faço votos que o ano de 2013 seja um ano que fique na concretização dos objetivos, pelo menos de todos que aqui nos une, do trabalho sério em prol das comunidades. Como já nos habitou este executivo, referente ao Orçamento estamos habituados a um Orçamento 2013 realista, sério, ambicioso e que projeta Oliveira de Azeméis como um concelho mais dinâmico, mais rico e mais competitivo. Senão vejamos: Contempla este Orçamento aqui agora apresentado, investimentos de excelência como o Parque do Cercal, a Área de Acolhimento Empresarial Ul/Loureiro, o investimento no património secular do Parque da La-Salette, o investimento na educação do novo centro escolar de Ul, o importantíssimo investimento na área social e inclusão das populações desfavorecidas, o aumento do apoio às Juntas de Freguesias às Instituições locais e muito mais. Mas tudo isto, mesmo num ambiente económico-financeiro muito difícil, pretende-se alcançar, com uma redução de dívida, redução de juros e redução de prazos de pagamento a fornecedores e mesmo sem utilizar toda a margem fiscal disponível por este Município. Mesmo em detrimento da maximização da receita fiscal, este Município gere a sua política em prol da população, reconhecendo as difíceis situações de emprego e de condições de vida de todos, não tributando o IMI nos escalões máximos como o poderia fazer. Mas claro, há sempre quem considere que se deviam ter reduzido taxas, de IMI, mas simultaneamente que se deveriam ter aumentado receitas fiscais; há também quem considere que se deviam diminuir a despesas, mas que simultaneamente se deve aumentar transferências às juntas, às Instituições e o apoio social. Enfim, por vezes e tanta vezes alguns esquecem que despesa hoje traduz-se, inevitavelmente, sempre em impostos, ou hoje ou amanhã. Mas este Orçamento é uma o inverso dessa lógica despesista, pois aplicam-se recursos de hoje, para desenvolver o futuro de amanhã. Mais uma vez este executivo consegue transferir cinco milhões de euros (5.000.000,00€) de receita corrente e afeta-la a despesa de investimento, alocando os recursos de hoje ao serviço das necessidades do amanhã. É um excelente exemplo da gestão cuidadosa e determinada dos recursos públicos de todos nós. Nesta gestão de rigor e visão estratégica, realço a parcimoniosa gestão dos custos com pessoal, rubrica muito delicada de gerir, mas que neste executivo o valor desceu um milhão e setecentos mil euros (1.700.000,00€), quase 20%, em 4 anos, cifrando-se para 2013 em nove milhões e seiscentos mil euros (9.600.000,00€). Claro que virá alguém dizer que os salários aumentarão face a 2012 e que é o despesismo da autarquia. Mas felizmente os números são inequívocos e indesmentíveis, por muitas e variadas interpretações que certas pessoas lhes possam querer dar. A única e séria

análise dos mesmos, é que se os custos com pessoal estivessem em linha com 2012, este número teria um acréscimo para 2013 de quinhentos e sessenta mil euros (560.000,00€), fruto tão-somente do aumento da taxa para a Caixa Geral de Aposentações e a inclusão de um subsídio para face a 2012 para 2013. Mas a análise numérica evidencia que esta rubrica vai ter apenas um aumento de duzentos mil euros (200.000,00€), o que me permite referir e felicitar esta Autarquia que está a recuperar face aos 560 que potencialmente poderia vir a aumentar, está a ter uma poupança na rubrica custos com pessoa potencialmente efetiva de trezentos mil euros (300.000,00€), numa gestão prudente e eficiente de todos os seus recursos humanos. Esta é a realidade dos números. Igualmente cuidadosa é a redução de despesa corrente em material de escritório, limpeza e higiene, transportes, seguros, consultoria externa, rendas e alugueres, ou seja, naqueles consumos possíveis de serem internamente controladas, tudo isto para compensar outros itens esses já sem controlo pelo Município tais como, combustíveis e eletricidade pública, Mesmo em ano de grandes dificuldades nas famílias oliveirenses, a Autarquia mantém-se atenta às questões sociais, aumentando o investimento na ação social escolar, com mais de quinhentos mil euros (500.000,00€) investidos em alimentação escolar, cada vez já mais necessária, como já aqui foi referido, como já se vê nas cantigas abertas durante as férias escolares, assim como no apoio à habitação social, à infância e à população sénior. Prova disso mesmo são os mais de um milhão e oitocentos mil euros (1.800.000,00€) de apoio às Associações e Instituições, sem fins lucrativos, locais deste nosso concelho, quer no financiamento de algumas atividades correntes e necessidades prementes dessas mesmas Instituições, bem como quer no apoio ao Investimento de modernização e desenvolvimento do futuro, fruto de investimentos do QREN (via ADRITEM), alocando mais uma vez os recursos de hoje em prol de melhores respostas no amanhã. A mesma política é adotada para as Juntas de freguesia, como sendo o primeiro elemento de apoio e ação no terreno às populações, prevendo a Autarquia transferir para 2013 um valor previsional de um milhão e seiscentos mil euros (1.600.000,00€), muito relevante para a política de proximidade. Mesmo num cenário de elevada contenção financeira, é compreensível a inclusão de receita de um milhão de euros (1.000.000,00€) de um empréstimo financeiro de curto prazo. Mas como de curto prazo se trata, será igualmente liquidado durante próprio o exercício de 2013 e que será utilizado na gestão de tesouraria cuidadosa. Deste mesmo cuidado de gestão de tesouraria atesta a enorme redução de juros a pagar, numa redução estimada para 2013 de menos seiscentos mil euros (-600.000,00€) de juros a pagar. Esta redução, assim como a redução previsível, além de juros a pagar, uma redução de quatro milhões de euros (4.000.000,00€) do endividamento autárquico, só é possível numa gestão séria e de grande empenho e de muito, muito, trabalho. E fruto desse mesmo trabalho congratula-se a Bancada do PSD por já estar a decorrer um processo de recrutamento de 18 colaboradores, recrutamento esse promovido pelo próprio Gabinete Apoio Inserção Profissional do Município, para postos de trabalho inseridos no Parque de Acolhimento Empresarial Ul Loureiro. É um orgulho, num período de contração de investimentos, período de grandes incertezas económicas internacionais, termos investimentos que são captados para o nosso concelho. Só mesmo fruto

de muito trabalho se consegue este executivo fazer o que outros não conseguem. Só com estes investimentos produtivos que alavancam a nossa indústria local, que Oliveira de Azeméis fica mais desenvolvido e fica mais competitivo. São os primeiros 18 postos de trabalho, de muitos que se irão seguir futuramente, diminuindo assim a taxa de desemprego local; captando novos residentes para o nosso concelho; criar pólos de desenvolvimento industrial, social e local; alavancando assim ainda mais o crescimento económico e o desenvolvimento social. Os cidadãos oliveirenses na sua maioria, estão muito gratos pelo sucesso deste projeto da área empresarial e pelo vanguardismo da sua execução. Claro, que uma pequena minoria, mesmo que falem muito, hão-de sempre criticar e inventar imensas situações. Mas já que essa minoria vai criticar sempre tudo e todos, os que trabalham, é preferível Senhor Presidente ouvir a crítica do sucesso da captação de novos investidores, ao invés da crítica que seria de fracasso de não ter investimento feito. Sr. Presidente para 2013 não desanime e continue na sua linha de trabalho, dedicação e seriedade, pois esta lógica de industrialização e exportação que sempre evidencia o Município de Oliveira de Azeméis, sempre teve e é a nova direção apontada não só para Portugal como para todo o sistema económico da Europa. Ou seja, sempre estivemos e vamos continuar a estar no caminho certo. Por falar em seriedade, não podia de expressar aqui pessoalmente uma satisfação do investimento incluso neste Orçamento 2013, do Parque do Cercal. Ou seja, por apenas cinco milhões de euros (5.000.000,00€), será construída uma universidade de raiz, com soluções técnicas vanguardistas, já premiadas e que potencia a qualidade estética, técnica e de eficiência energética do futuro Pólo Universitário Aveiro Norte – Campus da Inovação. Falo em seriedade e trabalho, pois não consigo deixar de comparar como é que se faz uma universidade vanguardista por apenas cinco milhões de euros (5.000.000,00€), e poucos metros ao lado, se esbanjou quinze milhões de euros (15.000.000,00€) numa requalificação de uma escola secundária já existente – Ferreira de Castro. Assim como também na Escola Soares de Basto, se gasta dezoito milhões de euros (18.000.000,00€) numa mera requalificação, onde nem a eficiência energética é tida em conta. Assim este Município juntamente com a Universidade Aveiro-Norte gasta cinco milhões de euros (5.000.000,00€) e promove um edifício altamente qualificado, com baixos níveis de consumo energético e manutenção, só mesmo fruto de muito empenho e muito trabalho, dedicação e seriedade. É por tudo isto e muito mais, que este orçamento do Município oliveirense mantém a linha crescente do desenvolvimento e competitividade. Parabéns Senhor Presidente e todo o Executivo e faço votos de uma boa execução orçamental, como tem sido hábito neste executivo. Muito Obrigado.

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Miguel Portela, do CDS/PP. =====

===== Mais uma vez, boa tarde. Em relação à discussão deste ponto e após a análise do orçamento e antes mesmo da avaliação propriamente dita do mesmo, começo por saudar o facto de termos sido consultados para dar a nossa opinião, apesar de partir da observância da lei,

demonstra um respeito saudável pela partilha de opiniões, princípio basilar que rege a democracia. É difícil nos momentos que correm conseguirmos projetar muito adiante, no futuro, um Orçamento e conseguir perceber como é que isto vai resultar, porque todos os dias recebemos notícias de alterações de pressupostos que tínhamos como adquiridos. Mais que os números que nos foram apresentados, venho aqui falar mais na conjuntura que se nos depara e a contingência que isso poderá representar então ou não para o orçamento. Na análise que efetuamos conseguimos perceber estar perante um orçamento com poucas alternativas devido à situação económica do município, sem grandes possibilidades de se expandir. Este ano o recurso ao PAEL vai ter maiores necessidades, terão que ser os cuidados afetados aos recursos financeiros mas com a vantagem dos nossos fornecedores estarem mais desafogados. Mais uma vez reforçamos a nossa ideia de que será necessário escolher poucos objetivos claros e mobilizadores para permitir ao concelho uma sustentabilidade na sua evolução. As opções por mais difíceis que nos pareçam devem ir no sentido do essencial na criação de valor para o concelho de Oliveira de Azeméis. Temos que procurar nas atividades da Câmara Municipal o que não acrescenta valor para Oliveira de Azeméis. Achamos importante reduzir gastos em aspetos menos essenciais para afetar a outros investimentos, nalguns casos como reforço noutros como investimento não contemplado. O orçamento é contido como manda a conjuntura mas insistimos na poupança em consultoria, trabalhos especializados e diversas aquisições de serviços, isto pois sentimos que devemos utilizar a capacidade humana instalada e deixar o outsourcing de lado sempre que possível. Se não é possível reduzir os custos com pessoal devemos tentar maximizar os proveitos dos mesmos. Para finalizar e após análise cuidada do Plano Plurianual de Investimentos da autarquia verificamos a inscrição de algumas propostas em áreas que o CDS/PP tem defendido, e que nomeio em seguida: A luta contra a pobreza; a exclusão social; o desemprego; o despesismo; a desigualdade; a falta de autoestima e a procura de melhores condições de vida dos Oliveirenses; a Requalificação do Parque de Lazer de Macieira de Sarnes - Praia Fluvial; a Iluminação Pública; o Percorso Ambiental e de Lazer de Oliveira de Azeméis; a Rede Pedonal e Ciclável no Centro da Cidade; o Arranjo Urbanístico da Zona de Lazer do Pedregulhal; a Recuperação das Margens do Rio Caima; a Casa Ferreira de Castro - Beneficiação e Construção do Centro Interpretativo; a Remodelação do Cine-Teatro Caracas; Arruamentos e Caminhos Florestais e Agrícolas; Várias pavimentações necessárias em todo o Concelho; a Beneficiação do Mercado Municipal. Contudo detetamos a falta de videovigilância no Plano Plurianual de Investimentos, em tempos já esteve inscrita no mesmo. Isto são vários aspetos que o CDS se tem debatido e se tem implicado e que vemos aqui escritos e que gostávamos de os ver cumpridos. Pelo atrás disposto e mostrando compreensão pela situação financeira grave do município, que impede grandes investimentos, sendo mais um ano difícil no âmbito do investimento em Oliveira de Azeméis pela carga da dívida da autarquia, a nossa posição será a aprovação neste ponto, e reforçamos que a contenção terá que estar na linha da frente das nossas preocupações. Muito obrigado. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Bruno Aragão, do PS.* =====

===== *Muito boa tarde a todos. Sintam-se cumprimentados na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, um cumprimento especial para os Macinhatenses na pessoa do Senhor Presidente de Junta e também para o Grupo Musical Macinhatense que nos acolhe. Dizer apenas que espero que seja para o ano que já possamos ter esta Assembleia no Anfiteatro Polo de Inovação e Cultura de um terreno bem aqui perto pelo qual pagamos duzentos mil euros (200.000,00€) com bastante rapidez aliás. E pedir também ao Senhor Presidente da Assembleia, se me permite, para que não haja nenhuma campanha de desinformação como disse o Senhor Presidente de Câmara, que projete alguns números para elucidar e facilitar a minha apresentação. Obrigado Senhor Presidente. Este Orçamento é estruturado em pilares que devem alicerçar qualquer sociedade moderna, tais como: a promoção de oportunidades e desenvolvimento; a estimulação do crescimento económico; do comércio e do investimento; o proporcionar do bem-estar social e a irradicação da pobreza. Este Orçamento e Grandes Opções do Plano, assentam num panorama de consolidação económica e financeira gradual e de grande apoio na vertente social. Aposta no investimento é fundamental para o crescimento sustentado do concelho, para a captação de empresas e para a criação de emprego. O investimento público é absolutamente imperativo e fundamental. Precisamos de continuar a reforçar a economia desta região através do investimento público. Isto é o que podemos ler na apresentação deste documento. Depois das discussões recentes que tivemos sobre os impostos municipais, considerando o fraco nível de investimento que mais uma vez propomos e um novo empréstimo com o nome de estímulo económico, a única coisa talvez certa neste preambulo é, como se lê num dos últimos parágrafos e estou a citar: “Já demonstramos que colocamos as pessoas no centro do esforço financeiro,” infelizmente é verdade. Os Oliveirenses estavam já, muito antes dos apoios externos ao país e do discurso da crise que justifica as más opções, sobre o resgate financeiro do Tribunal de Contas e do Ministério das Finanças. Ficamos presos a uma dívida colossal que nos limita as opções e isto não é um disco riscado, nem maledicência, nem vota abaixo, nem o PS do contra, como o novo tom de vitimação gosta de fazer crer. Isto são Orçamentos sucessivos, para quem os quiser analisar com seriedade, de real sacrifício para os oliveirenses, de falta de investimento nas pessoas, no concelho e nas empresas. A questão não é apenas onde estamos hoje, mas onde já poderíamos estar. É isto que nos move e é isto o que muitas vezes se tenta ocultar. Como se lê ainda neste documento, “não nos podemos deixar resignar por um presente muito difícil,” fim de citação. Verdade. Mas o presente é sem dúvida o legado que alguém nos deixou e o futuro que alguém já hipotecou. O passado bem recente com uma dívida de 52 milhões bem a superior a 100% do Orçamento municipal. (Infelizmente já vi que não vai dar para fazer a projeção, porque este projetor corta, mas eu elucidado). Como podemos ver ainda recentemente, num prospeto, num livrinho que foi lançado, em 2009 tínhamos 52 milhões de dívida para pagar, foi-*

nos apresentado esse decréscimo 49.5, 47.7, 41.5, 35.6 como se isto não resultasse de uma obrigação legal do município. Uma dívida que até poderia resultar de investimentos sérios mas não resulta e que agora, quando obrigados a pagar, apresentamos como boa prática de gestão e dinamismo. Mas mostremos as consequências e as consequências são o esforço que esse pagamento representa na nossa capacidade de investimento: 30% em 2010 era o esforço de dívida sobre o capital; 30% em 2011; 32% em 2012 e será de 34% em 2013. Quase 34% do que poderíamos investir vai para o pagamento da dívida neste Orçamento, mas podemos dizer o que isto significa: significa menos transferências para as juntas de freguesia; a não requalificação urbana; um cine-teatro a aguardar obras dignas desse nome; um património imobiliário que se degrada por falta de intervenção; coletividades que aguardam pagamentos ou os vêm reduzidos; fornecedores que aguardam mais de 90 dias, muitas vezes meses e anos; uma rede viária degradada; vias estruturantes há anos incompletas, mas significa mais, significa que as Grandes Opções do Plano demoram a passar de intenções à prática, que se repetem e que muitas delas como não são sequer revistas já estão desajustadas, significa que adiamos muitos dos investimentos apesar de gastarmos em flores. Só para pagar uma dívida que somos obrigados despenderemos, como disse, 34% do nosso esforço, 5,7 milhões de euros, 1/3 do investimento que nos propomos fazer. Subtraído o valor da dívida e o apoio que recebemos de fundos Europeus o esforço que o Executivo se propõe a fazer é de pouco mais de 5 milhões de euros e isto, não é vota abaixo, são números. Num Orçamento de 39 milhões, 13% são o esforço do município e quase todo se consome no Parque do Cercal e na Área de Acolhimento Ul/Loureiro para lá da importância destes equipamentos há todo um concelho praticamente sem investimento efetivo. Mas claro, a conjuntura nacional é difícil e as transferências do Estado diminuem. Como podemos ver, no mesmo livrinho, as transferências do Estado seriam de 13,4 milhões em 2010, passaram para 12,7; 12,1 e 12,1 novamente a previsão par 2013. Diga-se, aqui, como em todos os Municípios do País. E a verdade, a verdade é que outras fontes de receita suprem esta diminuição. Arrecadamos mais impostos diretos ou indiretos e aqui sim vemos os que discutíamos nas últimas Assembleias, mais impostos a compensar entre outras coisas naturalmente a diminuição das transferências do Estado e isto não é um exercício de números. A verdade, a verdade é que ano após ano vamos tendo mais dinheiro para gerir. A verdade é que temos mais hoje do que o que tínhamos em 2011 ou em qualquer dos anos antecedentes. A verdade é que as receitas aumentam, a dívida pesa e o investimento é pouco. Tudo o resto é mais do mesmo nem merece grandes considerações. A transposição deste Orçamento para a realidade é igual á dos últimos anos, é visível e é indesmentível. Isto é a verdade e por isso votaremos contra este Orçamento e contra as Grande Opções do Plano, como votamos justificando sempre nos anos anteriores e não, não é porque somos da oposição, nem do contra, nem maledicentes, é porque este nunca seria o nosso Orçamento, estas nunca seriam as nossas Opções, é porque acreditamos que é possível fazer mais e fazer melhor e sempre mostramos como e onde, em que despesas cortaríamos, em que receitas apostaríamos, sobretudo porque este é, como os outros, um mau Orçamento. Muito obrigado. =====

===== Ausentou-se o Senhor Presidente da Assembleia, ficando a presidir a Sessão o Segundo Secretário António Luís da Fonseca e Grifo.=====

===== Para dar resposta às intervenções anteriores, o Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Segundo Secretário da Assembleia Municipal, concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. =====

===== Muito obrigado, Senhor Presidente. Eu não vou, como disse até no início da intervenção, tecer considerações do ponto de vista político, também não houve questões concretas relativamente à proposta de Orçamento, julgo estamos em condições de votar, cada um assume as suas responsabilidades, expressou a sua posição, portanto da parte da Câmara Municipal não temos mais nada a dizer. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número três à votação, tendo sido deliberado maioria aprovar o Orçamento e Grandes Opções do Plano/ 2013, bem como os compromissos plurianuais constantes das Grandes Opções do Plano 2013, com a seguinte votação: a favor - vinte e seis votos do PSD, dois votos do CDS/PP e um voto do Presidente da Junta de freguesia de Cesar; contra - dez votos do PS; abstenções – três dos Presidentes de Junta de Freguesia de Loureiro, Pinheiro da Bemposta e S. Roque. =====

===== **Ponto quatro:** Mapa do Pessoal para 2013 – Aprovação;=====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que em reunião do Órgão Executivo de 4 de dezembro de 2012, foi aprovada a adequação da estrutura orgânica do Município de Oliveira de Azeméis, bem como a estrutura nuclear, definindo as correspondentes Unidades Orgânicas Nucleares, o número máximo de Unidades Orgânicas Flexíveis, de Unidades Orgânicas de Competência Flexível de 3º grau e Subunidades Orgânicas; - As necessidades previsionais de pessoal para 2013, manifestada pelos Serviços/Secções/Divisões/ Departamentos, em cumprimento do n.º1 do art.º 4º da Lei 12-A/08, de 28 de fevereiro (e posteriores alterações), adaptada à Administração Autárquica pelo Decreto-Lei n.º 209/09, de 3 de setembro (e posteriores alterações); - Que a LVCR veio estabelecer, entre outros, novos princípios e orientações no domínio da gestão de pessoal e da disciplina relativa aos mapas de pessoal, entre os quais a anuidade do mapa de pessoal, que deve obrigatoriamente, acompanhar a proposta de orçamento (art.s 2º, 3º, 4º, 5º, 7º, 49º e 117º, nºs 7 e 8 da LVCR), conjugado com o art.º 3º do citado Decreto-Lei n.º 209/09); - Que o mapa de pessoal compreende a totalidade dos postos de trabalho necessários a desenvolver as atividades previstas no Plano de Atividades, que são caracterizadas em função das atribuições/competências ou atividades que o seu ocupante se destina a cumprir/executar, do cargo ou da carreira que lhe corresponda e ainda dentro de cada carreira/categoria a área de

formação académica ou profissional de que o seu ocupante deva ser titular (art.º 5º da LVCR, conjugado com o art.º 3º do Decreto-Lei n.º 209/09, Decreto-Lei n.º 121/08, de 11 de julho e art.º 79º da Lei n.º 59/09, de 11 de setembro); - Que as verbas relativas a despesas de pessoal a inscrever no orçamento, deverão cobrir os encargos com remunerações e de acordo com deliberação específica para o efeito, poderão eventualmente prever verbas para fazer face a novos recrutamentos de pessoal e que as restantes situações (alteração de posicionamento remuneratório e prémios de desempenho), estão vedadas pela LOE, dado consubstanciar-se em valorizações ou acréscimos remuneratórios, propõe-se: - A apresentação, para apreciação da Câmara Municipal, do mapa e respetivos anexos, o qual representa e incorpora a previsão de pessoal que se estima ser necessário para 2013, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas; - Que se submeta o mesmo à aprovação da Assembleia Municipal, na mesma sessão da apresentação do orçamento municipal para 2013, nos termos do disposto nos art.s 4º e 5º da LVCR, conjugado com o art.º 3º do Decreto-Lei n.º 209/09, e art.º 53º n.º2, alínea o) e art.º 64º, n.º 6, alínea a), da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro; - Que posteriormente, se torne público, por afixação no órgão/serviço e inserção na página eletrónica, assim devendo permanecer, em cumprimento do determinado no n.º3 do art.º 5º da LVCR.”=====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Segundo Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado, Senhor Presidente. Esta questão deste ponto número quatro é recorrente, portanto nós na última Assembleia que se realiza em dezembro, normalmente em dezembro aprovamos o mapa de pessoal para o ano seguinte e portanto também aqui é um mapa de pessoal, permitam-me que lhe chame também de continuidade porque ponto de vista previsional tem que estar acautelado como sabem e essa explicação também já foi dada várias vezes, tem que estar previsto essa mesma situação no caso de se abrir procedimento concursal, portanto aquilo que nós para além da redução que estamos a fazer por via da cessação dos contratos que temos das pessoas contratadas e também das pessoas que vão para a reforma e do ponto de vista daquilo que é o previsional, aquilo que nós propomos à Assembleia é um técnico superior numa área de enorme carência, naquilo que diz respeito ao ordenamento do território, mais concretamente na questão da geografia. Temos uma situação de mobilidade pendente, uma mobilidade externa. E também uma questão de provimento por concurso de uma chefia, porque tendo em conta as novas responsabilidades também do ponto de vista jurídico naquilo que diz respeito à fiscalização, ao estacionamento e todos esses assuntos e portanto aqui uma Unidade Municipal de 3º Grau de Assuntos Jurídicos e do Contencioso. A parte financeira que para 2013 nós temos que acautelar, se eventualmente esta situação andar para a frente, estamos a falar de (40.000,00€) 40.250,00€ como digo é sempre uma questão que fica em aberto e que fica

pendente, portanto estes 40.250,00€ têm a ver com a questão dos novos recrutamentos se existirem e também da consolidação da mobilidade interna, conforme eu disse há pouco tempo. Portanto nós temos do ponto de vista do volume total de trabalhadores, que é isso que também muitas vezes importa e é o número que importa referir, nós em 2011, a 31 de dezembro de 2011, portanto contando com os trabalhadores que estão em regime de contrato em exercício de funções públicas por tempo indeterminado mais os membros dos gabinetes, estamos a falar de 525 pessoas em 2011 e em 2012 a 19 de dezembro estamos a falar de 509, juntando a estes a questão dos contratados estamos a falar em dezembro de 2011 os números eram 556 e em 2012 são, a 19 de dezembro, como disse, são 532. Portanto nós temos neste caso concreto um conjunto de pessoas, de aposentações previsíveis, estamos a falar de 23 previsíveis e de 12 contratados portanto apontamos para os 35 trabalhadores, como sabem isto é sempre previsional porque a questão das próprias reformas, já os contratados é um pouco diferente. Portanto estas são as explicações relativamente a esta matéria do pessoal e já não vou estar a dar explicações do ponto de vista político que elas são recorrentes, ou seja, a situação é a mesma que foi nos outros anos. =====

===== Entrou o Senhor Presidente da Assembleia.=====

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores Bruno Aragão e Dr. António Rosa. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Bruno Aragão, do PS. =====

===== Obrigado, Senhor Presidente. Só fazer um apontamento. E pegando nas palavras do Dr. António Rosa, para que não haja aqui nenhuma triste encenação política e não fique nenhum mal-entendido, manter a regra do bom senso como disse o Senhor Presidente de Câmara. Aliás, manter a coerência, como disse, efetivamente a coerência não abunda. O Partido Socialista sempre criticou a forma como foi feita a gestão do pessoal na Câmara Municipal e no tempo em que se admitiam contratações avulso chegamos ao número a que chegamos. Nessa altura as contratações dependiam exclusivamente da Câmara Municipal, quando dizíamos que o número estava a aumentar éramos do contra e éramos críticos a Câmara Municipal não tinha culpa rigorosamente nenhuma. Agora que estamos sujeitos a uma Lei geral do País em que as contratações não podem ser efetuadas vamos reduzindo o pessoal por força das pessoas que saem e, a responsabilidade é da Câmara Municipal, é a gestão da Câmara Municipal A Câmara Municipal não tem culpa nenhuma o Partido Socialista é que tem sempre culpa destas coisas. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. António Rosa, do PSD.* =====

===== *Senhor Presidente, apenas a bem da correção da encenação, não poderia deixar de fazer uma pequeníssima correção, áquilo que é dito agora pelo Deputado do Partido Socialista, é que efetivamente há condicionamento na admissão à função pública, mas não desde o momento em que este processo de consolidação da redução da estrutura humana do Município se iniciou. Recordo apenas que em 2007, o Município tinha ao seu serviço 601 colaboradores, dados dos relatórios de gestão, hoje, segundo aquilo que disse o Senhor Presidente, final de 2012, terá qualquer coisa como 532, De grosso modo menos 70 pessoas. As condicionantes à admissão acontecem de há 2, 3 anos a esta parte, portanto significa que desde 2007, se não me falha a memória, estamos a falar de 6 anos, sustentadamente um processo que denota e era isto que queria aqui vir dizer de facto. Denota sim que há uma decisão estrutural do Município de ajustar a sua estrutura humana, obviamente não com o prazer de deixar pessoas no desemprego, mas com o objetivo de consolidar a sua estrutura e ajusta-la às suas reais possibilidades de a manter.*=====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao Senhor Bruno Aragão, do PS.* =====

===== *Obrigado, Senhor Presidente. Dizer que não houve correção nenhuma, porque eu não disse rigorosamente nada disso. O que eu disse foi, que quando as contratações eram possíveis sem uma regra que obrigasse a determinado número e quando o Partido Socialista o avisou, foi criticado, foi isso que eu disse. 1 – Disse depois a seguir, quando houve uma lei geral que obriga neste momento a não haver contratações, nem falei em anos, apresenta-se isto como se fosse a Câmara Municipal a fazer uma gestão rigorosa deste dossier. Foi isto que eu disse. Aliás, se repararem e manter uma questão de coerência, vejam o momento em que Vossas Excelências introduzem no discurso a questão do pessoal. Foi exatamente quando por força da obrigação legal se começou a diminuir no pessoal e esta despesa começou naturalmente a diminuir também. Foi isso que eu disse, não falei rigorosamente mais nada. Muito obrigado.*=====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.* =====

===== *Senhor Presidente, eu era só para agradecer as duas vezes que o Senhor Deputado Bruno Aragão falou na gestão rigorosa e queria só dar nota, porque julgo que é bonito agradecer. E queria só dar nota do seguinte: julgo que era importante também refletirmos sobre essa matéria, o ano passado, não me lembro bem da data, mas julgo que deve*

estar a fazer um ano, nós quando aprovámos o mapa de pessoal, aprovámos a possibilidade de durante o ano de 2012 abrirmos procedimento concursal para 9 funcionários e isso foi aprovado em sede de Assembleia Municipal. Essa despesa consignada no Orçamento foi de 46.000,00€ se chegarem, podem ver que é zero (0) ou seja, nós no ano passado podíamos ter aberto procedimento concursal para 9 funcionários, abrimos para zero (0). Nem sequer pedimos autorização a ninguém ao contrário de outras Câmaras que têm feito isso. Mas ninguém está aqui a criticar nem a vangloriar-se dessa matéria, é uma constatação, a redução de pessoal está a ser efetiva como a redução da dívida que é realmente comprovada pelos Senhores Deputados. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número quatro à votação, tendo sido deliberado maioria aprovar o Mapa de Pessoal para o ano de 2013, com a seguinte votação: a favor - vinte e seis votos do PSD, dois votos do CDS/PP e Presidente da Junta de Freguesia de Cesar; abstenções - treze do PS. =====

===== No uso da palavra o Senhor Presidente da Assembleia disse: “Simpaticamente o Senhor Presidente da Junta de Macinhata tem ali uns petiscozinhos e dado que isto é uma Assembleia que se prevê que seja longa não seria mau aconchegarmos o estomago. Se estivessem todos de acordo eu dava 15 minutos para irmos ali petiscar.” =====

===== Após intervalo de 15 minutos o Senhor Presidente da Assembleia retomou os trabalhos. =====

*===== **Ponto cinco:** Empréstimo de curto prazo para o ano económico 2013 - Autorização; =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: ““Considerando a ata de abertura e o relatório da Comissão de Análise, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, propõe-se: 1. Aprovação da ata de abertura e relatório de análise; 2. A adjudicação à Caixa Geral de Depósitos, por ser a proposta que apresenta as condições mais vantajosas; 3. A dispensa de Audiência prévia, nos termos do artigo 103º nº 1 alíneas a) e b) do Código do Procedimento Administrativo, dado a urgência para a aprovação / autorização na Assembleia Municipal Dezembro de 2012 e considerando não haver matéria que suscite dúvidas na vantagem da proposta mais favorável. Remeta-se à Assembleia Municipal para as devidas autorizações nos termos da Lei das Autarquias Locais.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== *Muito obrigado, Senhor Presidente. É recorrente também nestas Assembleias Municipais de dezembro aprovarmos o empréstimo a curto prazo para o ano económico, neste caso concreto de 2013, estamos a falar, as propostas foram distribuídas, a análise da comissão entendeu que a proposta que merecia o vencimento que era a proposta mais vantajosa, para a Câmara, era a da Caixa Geral de Depósitos, tendo concorrido a Caixa Geral Depósitos, Montepio e a Caixa de Crédito Agrícola e portanto, a proposta é que seja aprovada a proposta da Caixa Geral Depósitos.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número cinco à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a contratação de empréstimo a curto prazo para o ano económico 2013.* =====

===== **Ponto seis:** *Plano de liquidação dos pagamentos em atraso – Aprovação/ratificação e convalidação de todos os atos entretanto praticados;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: ““Considerando: - Para efeitos do n.º 1 do art.º 16 da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e o n.º 6 do art.º 23 do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, o Município de Oliveira de Azeméis apresentava dívidas em atraso, tendo de fazer plano de liquidação de dívidas; - Que dos planos de liquidação de dívidas, tem de constar obrigatoriamente a fonte de financiamento da previsão de pagamento, de acordo com instruções da DGAL; - Que uma parte considerável dessas dívidas serão previsivelmente pagas com o Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), ao abrigo da Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto e Portaria n.º 281-A/2012 de 14 de setembro; - Que o contrato do PAEL foi assinado em 16 de novembro de 2012; - Que o plano 1 será submetido para a base de dados SIAL, de acordo com os requisitos estabelecidos pela DGAL. Face ao exposto, propõe-se: 1. A aprovação dos planos I e II, documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas, com efeitos retroagidos a junho de 2012, ratificando-se os mesmos, bem como, convalidando os atos e pagamentos entretanto praticados; 2. Remeta-se os planos à aprovação e ratificação da AM, para efeitos atrás referidos e nos termos do n.º 4 do art.º 16 da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e art.º 18 do Decreto-Lei n.º 127/2012.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Muito obrigado, Senhor Presidente. Uma primeira explicação para essa forma como o Senhor Presidente anunciou o ponto, porque naturalmente esta situação é dinâmica, ou seja, nós estamos a falar da Lei dos compromissos e portanto, isto a qualquer momento há*

pagamentos, que foram feitos, que já estão feitos. Como sabem temos também aqui a situação do PAEL que nós não sabemos quando é que chega o PAEL, aliás posso dizer que nós já enviamos, o Tribunal de Contas já nos fez um conjunto de questões, nós já respondemos, já enviamos ao Tribunal de Contas portanto a bola já passou para o lado do Tribunal de Contas e portanto aquilo que a Lei dos compromissos obriga é que esta relação seja aprovada em sede de Câmara Municipal e também em sede de Assembleia Municipal, isto é um documento, como disse, um documento dinâmico e evolutivo.=====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor Bruno Aragão. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Bruno Aragão, do PS. =====

===== Obrigado, Senhor Presidente. Só para recordar alguns números, para que não restem dúvidas, tinha preparado um apresentação mas uma vez que isso corta os slides os números também são muito fáceis de compreensão. Podemos ver também no mesmo prospeto que o prazo médio de pagamento a fornecedores vai diminuindo, 146 dias em 2009, 136 dias em 2010, 120 em 2011, 110 em 2012 e, uma previsão de 70 dias para 2013. Se bem se recordam contraímos um Plano de Saneamento Financeiro que nos custa uma fortuna. O prazo médio de pagamento, segundo esse Plano Financeiro, era já em 2008 de 48 dias, em 2009 de 48 dias, em 2010 de 47 dias e em 2011 os mesmos 47 dias. Prevemos agora para 2013, 70 dias e para isso vamos nos obrigar novamente a um novo empréstimo. A um pequeno plano de saneamento financeiro se quiserem. Vamos pagar dívidas com mais de 90 dias, algumas com meses e anos. Quando falamos em flores, é disto que falamos. Há obviamente coisas que nós não faríamos e estas dívidas já estariam pagas, é isto que nós queremos dizer quando cortamos num lado para colocar no outro e mais corrigindo uma pequena informação da última Assembleia Municipal. Não foram 200 câmaras que se candidataram a isto, foram bem menos, foram 115, das quais 82 candidaturas foram aprovadas e já assinaram este documento. 82 Câmaras, não é verdade que seja a maioria, mais, muitas destas Câmaras não têm um plano de saneamento financeiro como nós temos. Isto é que é a realidade, isto é que são os números. Precisamos de: contraímos um primeiro Plano de Saneamento Financeiro, ou fizemos um primeiro Plano de Saneamento Financeiro para resolver um problema gigante que era a dívida a fornecedores, não só não conseguimos resolver como nos obrigamos agora novamente a um novo plano que custa 400 mil euros em juros, é melhor do que pagar juros de mora efetivamente e é por isso que vamos aprovar. Mas é um paliativo. É disto que falamos, é um paliativo. E ainda assim continuamos com 70 dias de previsão, esta é que é a realidade. Já sei, dir-me-ão que 180 é o que obriga a lei. Mas não foi isso que nós nos obrigamos quando contraímos dívidas avultadas, na banca, que nos custam juros que não podemos investir e depois admiram-se quando dizemos que o esforço

que a Câmara pode dispensar em termos de capital são apenas 5 milhões, naturalmente, o resto, ou grande parte, vai para o esforço de dívida e é sempre destes números que falamos. A consequência das coisas está sempre aqui, mais cedo ou mais tarde aparece, deveríamos estar com 48 dias, vamos ficar com 70 vai-nos custar mais 400 mil euros de juros. Muito obrigado. =

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Senhor Presidente, o Senhor Deputado Bruno Aragão aproveitou este ponto para falar do PAEL e muito bem e é livre de o fazer, eu queria só dar uma vez uma explicação porque tenho que o fazer sempre que isto é dito, só por uma questão para ficar claro também e para podermos exercer algum contraditório. No Plano de Saneamento Financeiro ficou um milhão e meio de euros por utilizar, ou seja, daquilo que era o pedido e o utilizado e portanto convém também fazer referência a isso porque é uma constatação e é um facto. Quanto à questão do PAEL, conforme sabem também foi um programa de apoio à economia local criado pelo Governo que as Câmaras Municipais se candidataram e assinaram os contratos e agora estão a aguardar visto do Tribunal de Contas. Eu percebo a sua argumentação e não a vou contrariar porque também é factual. O Senhor Deputado Bruno Aragão, diz: - Os Senhores comprometeram-se a fazer um prazo médio de pagamentos no plano de saneamento financeiro a 48 dias. Certo. Com esta ressalva, há um milhão e meio que também estava lá e não foi utilizado. E deixe-me dizer-lhe que a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis pagar a 70 dias em 2013 é uma excelente notícia. É uma excelente notícia, sabe para quem? Para os fornecedores da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis porque já passaram por situações muito complicadas e quando estamos a falar de fornecedores a trabalhar com Câmara Municipais, os fornecedores neste momento já são seletivos e felizmente que Oliveira de Azeméis é das escolhidas e neste momento goza dessa facilidade de ter fornecedores a quererem fornecer materiais a Oliveira de Azeméis porque sabem que estamos a pagar e esperamos pagar a 70 dias, em termos de prazo médio de pagamentos a 70 dias em 2013, eu acho que isso é uma boa notícia. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao Senhor Bruno Aragão, do PS. =====

===== Agradeço, Senhor Presidente, as suas palavras. Três apontamentos. Um primeiro relativamente a essa parte de um milhão e meio que ficou por utilizar. Convinha dizer porque é que ficou por utilizar, porque senão a pergunta é: porque é não utilizou isso e pagou logo estas dívidas? Algumas delas já estavam ou são todas praticamente dessa altura, ou grande parte. Depois não é uma boa notícia 70 dias, há Câmaras a pagar a muito menos. Quando o Partido Socialista falou várias vezes, quando o Partido Socialista falou várias vezes e há intervenções

escritas neste sentido, que o Município se estava a financiar nos últimos anos à custa da economia local e é por isso que o prazo médio de pagamento estava a derrapar. O que é disseram? Lá esta a maledicência, os tipos do contra, são sempre os da oposição. Foi isto que nós dissemos. O que é mudou entretanto? Mudou entretanto que o Governo cria esta linha de empréstimo e muda também o discurso em Oliveira de Azeméis, afinal a economia local é importante e aqui está o esforço e a gestão da Câmara Municipal vamos aderir a este plano, vamos pagar a dívida aos fornecedores porque eles são importantes e porque eles são fundamentais. São. Sempre o dissemos. Se há aqui alguém que mantem a coerência, aqui está. Isto não é maledicência, não é ser do contra sempre avisamos para esta situação e portanto 70 dias é melhor do que 120 ou 180, mas poderíamos ainda ir mais como há muitas Câmaras que o fazem. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Senhor Presidente é verdade que o Senhor Deputado Bruno Aragão diz, “há muitas Câmaras a pagar a menos de 70 dias”, mas também é verdade que há muitas Câmaras a pagar a mais de 70 dias. O Senhor gosta de dizer isso e não gosta de ser contrariado. Eu gosto de dizer o contrário. O Senhor tem que compreender. Eu compreendo o seu. O senhor compreenda o meu por amor de Deus. Mas eu posso-lhe trazer, de todos os Municípios, o prazo médio de pagamento de todos os Municípios também tenho acesso a esses números como o Senhor tem. O Senhor, pesquisa, tem tempo para isso e ainda bem e faz esse trabalho de casa, excelente, mas eu também faço. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número seis à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar/ ratificar os planos de pagamentos de acordo com os anexos apresentados, com efeitos retroagidos a Junho de 2012, bem como convalidar todos os atos entretanto praticados. =====

*===== **Ponto sete:** Compromissos plurianuais (art.º 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro) – Autorização e convalidação de todos os atos entretanto praticados; =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: 1. que são considerados "Compromissos plurianuais" os compromissos que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, e "Compromissos" as obrigações de efetuar pagamentos a terceiros em contrapartida do fornecimento de bens e serviços ou da satisfação de outras condições (art.º 3º alínea ab initio e alínea b) do art.º 3º da Lei nº 8/2012 de 21 de Fevereiro); 2. O Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho - Normas regulamentares da Lei n.º 8/2012; 3. que os compromissos consideram-se assumidos quando é executada uma ação

formal pela entidade, como sejam a emissão de Ordem de Compra, Nota de encomenda ou documento equivalente, ou assinatura de um contrato, acordo, ou protocolo, podendo também ter um carácter permanente e estar associados a pagamentos durante um período indeterminado de tempo, nomeadamente salários, rendas, eletricidade ou pagamentos de prestações diversas (art.º 3º, alínea a) in fine); 4. o disposto na alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro; 5. que existem contratos a decorrer, com obrigações previsíveis de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, traduzindo-se em contratos plurianuais, nos termos anteriormente descritos, conforme anexo I, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas; 6. que existem encargos correntes gerais, inerentes à atividade Municipal, que pelas datas de faturação e respetivos contratos, poderão pontualmente originar obrigações de pagamentos em mais que um ano económico, revestindo assim compromissos plurianuais, é conveniente como medida de cautelar autorizar os mesmos, de acordo com o anexo II, documento este que fica igualmente anexo ao livro de atas. Propõe-se, que o Órgão Executivo remeta ao Órgão Deliberativo a presente proposta para efeitos de autorização e convalidação/ratificação dos atos entretanto praticados dos compromissos plurianuais, previsíveis, identificados na tabela anexa I, e situações que poderão originar compromissos plurianuais no âmbito do considerado no n.º 6) acima descrito, correspondendo à lista anexo II de entidades/situações previsíveis, para efeitos da alínea c), n.º 1 do art.º 6 da LCPA.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado, Senhor Presidente. Estamos a falar também de mais uma obrigação da Lei dos compromissos e portanto também há a necessidade de aprovar estas entidades para podermos pagar em 2013 aquilo que não foi pago em 2012, que não podemos pagar em 2012 e podemos pagar em 2013. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número sete à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar, bem como convalidar e ratificar todos os atos entretanto praticados dos compromissos plurianuais, previsíveis e identificados na tabela I e situações que poderão originar compromissos plurianuais no âmbito do considerado no n.º 6), correspondendo à lista (anexo II) de entidades/situações previsíveis, para efeitos da alínea c), n.º 1 do art.º 6 da LCPA. =====

*===== **Ponto oito:** Assinatura de edições e publicações escritas – Autorização para assunção de compromissos plurianuais; =====*

=====
Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A aprovação da Proposta de Deliberação com a referência I/54856/2012, referente aos Compromissos Plurianuais (art.º 6º da Lei nº 8/2012 de 21 de Fevereiro); - Que, a 31 de Dezembro de 2012, terminam os processos relativos à "assinatura de edições e publicações escritas" para a Divisão Municipal de Comunicação, tornando-se necessário proceder a nova assinatura por um período de 12 meses, nos termos da solicitação apresentada nas RQI's 3427/2012 e 3428/2012, justificada pela necessidade de informação diária relativamente aos vários assuntos do quotidiano do país e do mundo; - Que o valor estimado para o presente fornecimento é de € 1.969,11 acrescido de IVA à taxa legal em vigor, prevendo-se que a verba, para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º conjugado com a alínea b) do art.º 3.º da Lei 8/2012 de 21 de Fevereiro, seja distribuída do seguinte modo: Ano 2013: € 1640,92; Ano 2014: € 368,19. Aos valores mencionados acresce o IVA à taxa legal em vigor. - Os valores mencionados não se encontram cabimentados, uma vez que se tratam de despesas que se reportam a anos económicos cujos orçamentos ainda não estão em vigor, impossibilitando assim a emissão do documento de cabimento no momento de início do processo; - Que nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do CCP) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, de acordo com os limites ao valor do contrato constantes no artigo 128.º do CCP, propõe-se a adoção de um ajuste direto em regime simplificado, por não se considerar necessário e exigível o recurso a procedimento mais complexo, em respeito pelo princípio da proporcionalidade, da economia e da eficiência processual. Face aos considerandos enunciados, e ao abrigo das disposições legais e enquadramento supra citados, propõe-se ao Órgão Executivo que, para efeitos da al. c), nº 1 do art.º 6º da Lei nº 8/2012, submeta à autorização prévia do órgão Deliberativo os compromissos plurianuais pelo valor estimado (€ 1.969,11) podendo, no entanto, assumir valor diferente deste, não podendo, em caso algum, ser ultrapassado o limite permitido para o tipo de procedimento adotado (€5.000,00, acrescido de IVA) havendo a possibilidade de ocorrer variações de acréscimo e/ou de redução nos valores a pagar mensalmente.” =====

=====
O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

=====
Senhor Presidente, isto tem que vir à Assembleia Municipal por causa da utilização de dois anos económicos, neste caso 2013 e 2014, tem a ver com a assinatura de edições e publicações que o Gabinete de Comunicação faz, mas como ultrapassa um ano económico tem que ser aprovado em sede de Assembleia Municipal. =====

=====
Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número oito à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a assunção dos compromissos plurianuais para assinatura de edições e publicações escritas. =====

===== **Ponto nove:** Ligação à internet em fibra (entrega em etherfast), largura de banda simétrica de 16 Mb ou superior e serviço de fornecimento pool de 8 IP`s – Autorização para assunção de compromissos plurianuais; =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que se torna necessário proceder a nova aquisição do serviço de “Ligação à Internet em fibra (entrega em etherfast), largura de banda simétrica de 16Mb ou superior, pelo período de 24 meses + serviço de fornecimento pool de 8 IP`s”, para o Município de Oliveira de Azeméis, nos termos da solicitação apresentada na RQI n.º 3014/2012 e informação interna com a referência I/89111/2012; - Que o procedimento atualmente em vigor, relativo às ligações em fibra do Município de Oliveira de Azeméis, é um serviço essencial dado que garante as comunicações (internet) de todos os utilizadores do MOA (acesso à Internet; email; Gam`s descentralizados; sites do MOA) e termina a 03.02.2013; - Que nos termos do disposto na alínea a) do n.º 6 do artigo 26.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro, não carece de parecer prévio vinculativo, por parte do órgão executivo das Autarquias Locais, a celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços essenciais (neste caso, estamos perante serviços comunicações eletrónicas); - Que o valor estimado (apresentado pelo serviço requisitante) para celebração do referido contrato é de €21.360,00 (vinte e um mil, trezentos e sessenta euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, não se encontrando cabimentado, uma vez que se trata de despesa que se reporta a anos económicos cujo orçamento ainda não está em vigor, impossibilitando assim a emissão do documento de cabimento no momento de início do processo; - Que nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do CCP) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, de acordo com os limites ao valor do contrato constantes na alínea a) do n.º 1 artigo 20.º do CCP, propõe-se a adoção de um ajuste direto em regime geral, por não se justificar o recurso a procedimento mais complexo, em respeito pelo princípio da proporcionalidade, da economia e da eficiência. Propõe-se: 1. A abertura de procedimento para aquisição do serviço de “Ligação à Internet em fibra (entrega em etherfast), largura de banda simétrica de 16Mb ou superior, pelo período de 24 meses e serviço de fornecimento pool de 8 IP`s”, por ajuste direto em regime geral; 2. Que o órgão executivo submeta à autorização prévia do órgão Deliberativo os compromissos plurianuais a pagar mensalmente, para efeitos da al. c), n.º 1 do art.º 6º da Lei nº 8/2012, podendo ocorrer variações de acréscimo e/ou de redução nos valores a pagar mensalmente em função do nível de utilização, sem que ultrapasse o limite total máximo previsto do encargo plurianual global (€21.360,00, acrescido de IVA): **Ano 2013 = €9.790,00 acrescido**

do IVA à taxa legal em vigor; **Ano 2014** = € 10.680,00 acrescido do IVA à taxa legal em vigor; **Ano 2015** = € 890,00 acrescido do IVA à taxa legal em vigor.” =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número nove à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a assunção dos compromissos plurianuais.==

===== **Ponto dez:** Análise de água (Janeiro a Dezembro de 2013) – Autorização para assunção de compromisso plurianual; =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que nos termos do artigo 26º, da Lei n.º 64-B/2011 (LOE 2012), de 30 de dezembro, carece de parecer prévio vinculativo, por parte do órgão executivo das Autarquias Locais, a celebração de contratos de aquisição de serviços; - Que tendo por base a RQI n.º 3508 (I/105108/2012) e nos termos da lei aplicável, se torna necessário assegurar a prestação de serviços de análises de água de janeiro a dezembro de 2013, as quais são aprovadas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), bem como assegurar as eventuais análises decorrentes de incumprimentos; - Que a presente aquisição de serviços não se encontra abrangida na Deliberação n.º I/35361/2012, referente ao Pedido de Parecer Prévio favorável Genérico, dado não se verificar o cumprimento dos requisitos cumulativos na sua totalidade, designadamente no que respeita à duração do mesmo (superior a 20 dias), pelo que necessita da respetiva autorização/parecer prévio favorável; - Que se trata da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente e inaplicável o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; - Que a natureza e o objeto da aquisição de serviços não se revela aplicável à verificação da existência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa; não se mostrando, ainda, também exigível a verificação desta situação dado que ainda não foi publicada a portaria a que se refere o n.º 2, do artigo 33-A, da Lei n.º 53/2008 e respetivas alterações; - Que o valor estimado (Preço Base apresentado pela unidade orgânica requisitante) para celebração do referido contrato é de 2.753,20€ (dois mil, setecentos e cinquenta e três euros e vinte cêntimos), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, para um período de vigência até dezembro de 2013, prevendo-se que a verba, para efeitos do disposto alínea c), do n.º 1 do artigo 6º conjugado com a alínea b), do artigo 3º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, seja distribuída do seguinte modo: para o ano de 2013 prevê-se uma verba de 2.388,92 (dois mil, trezentos e oitenta e oito euros e noventa e dois cêntimos), acrescidos de IVA, correspondente à estimativa de pagamento de 10 meses para o ano de 2014 prevê-se uma verba de 364,28 (trezentos e sessenta e quatro euros e vinte e oito), acrescidos de IVA, correspondente ao pagamento estimado de dois meses. O referido valor não se encontra cabimentado uma vez que se tratam de despesas que se

reportam a um ano económico cujo orçamento ainda não está em vigor, impossibilitando assim a emissão do documento de cabimento, no momento de início do processo; - Que, por ser um procedimento com o mesmo objeto, o preço contratual está sujeito à aplicação de redução remuneratória, de acordo com o n.º 1 e 2, do artigo 26º, da LOE 2012; - Que nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do CCP) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, de acordo com os limites ao valor do contrato constantes no artigo 128º, do CCP, propõe-se a adoção de um ajuste direto em regime simplificado, por não se considerar necessário e exigível o recurso a procedimento mais complexo, em respeito pelo princípio da proporcionalidade, da economia e da eficiência processual. Submete-se ao Órgão Executivo o presente pedido de parecer prévio para que o mesmo obtenha deliberação favorável para abertura de procedimento de aquisição de "serviços de análises de água", por ajuste direto com convite à apresentação de proposta às seguintes entidades: Cesab – Centro de Serviços do Ambiente; LPQ – Laboratório Pró-qualidade, Lda.; Suma (Matosinhos) – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A.; Iaren – Instituto da Água Região Norte; Sagilab – Laboratório de Análises Técnicas, S.A. e Luságua - Serviços Ambientais, S.A. Por tratar-se de um compromisso plurianual, propõe-se ainda que Órgão Executivo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, submeta à autorização prévia do Órgão Deliberativo o referido compromisso plurianual de acordo com os valores (estimados) acima indicados, podendo ocorrer variações de acréscimo e/ou de redução nos valores a pagar em cada ano económico em função do início da vigência do procedimento, da proposta adjudicada, das necessidades de análises decorrentes de incumprimentos e das condições de pagamento propostas, o que implicará os ajustamentos respetivos nos compromissos de fundo disponível em cada momento, sem que ultrapasse o limite total máximo previsto para o tipo de procedimento adotado - ajuste direto em regime simplificado (5.000,00€, acrescidos de IVA). Mais se declara que, de acordo com os dados e elementos conhecidos pelo Município, a esta data não existe qualquer situação de conflito de interesses, que possa pôr em causa a transparência do processo, designadamente, que não existe relação ou participação na empresa com a qual se propõe a celebração dos referido contrato de ex-colaboradores do Município, bem como do respetivo cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2.º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum.”=====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Senhor Presidente tem a ver com o ano 2013 e 2014 e a explicação é a que eu dei anteriormente, aliás, neste ponto e no ponto seguinte que é o aluguer do vasilhame pelo período de 36 meses. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dez à votação, tendo sido deliberado por unanimidade e de acordo com a proposta apresentada, autorizar a assunção de compromisso plurianual. =====

===== **Ponto onze:** Aluguer de Vasilhame pelo período de 36 meses – Autorização para assunção de compromisso plurianual; =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que nos termos do artigo 26º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro, carece de parecer prévio vinculativo, por parte do órgão executivo das Autarquias Locais, a celebração de contratos de aquisição de serviços; - Que se torna necessário proceder à contratação do serviço de “Aluguer de Vasilhame pelo período de 36 meses” nos termos da solicitação apresentada na RQI n.º2997/2012 (I/92375/2012); - Que a presente aquisição de serviços não se encontra abrangida na Deliberação com a referência I/35361/2012, relativa ao Pedido de Parecer Prévio Favorável Genérico, dado não se verificar o cumprimento dos requisitos cumulativos na sua totalidade, designadamente o previsto na alínea c) (Aquisições de serviços cuja execução se conclua no prazo de 20 dias, a contar da notificação da adjudicação), pelo que necessita da respetiva autorização/parecer prévio favorável; - Que se trata da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente e inaplicável o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; - Que a natureza e o objeto da aquisição de serviços não se revela aplicável à verificação da existência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa; não se mostrando, ainda, também exigível a verificação desta situação dado que ainda não foi publicada a portaria a que se refere o n.º 2, do artigo 33-A, da Lei n.º 53/2008 e respetivas alterações; - Que o valor estimado para a celebração do referido contrato é de € 537,72 (quinhentos e trinta e sete euros e setenta e dois cêntimos), para um período de vigência de 36 meses, sendo a verba distribuída do seguinte modo: para o ano de 2013, prevê-se uma verba de € 179,24 (cento e setenta e nove euros e vinte e quatro cêntimos), para o ano de 2014, prevê-se uma verba de € 179,24 (cento e setenta e nove euros e vinte e quatro cêntimos), e para o ano de 2015 prevê-se uma verba de € 179,24 (cento e setenta e nove euros e vinte e quatro cêntimos). A todos estes valores acresce o IVA à taxa legal em vigor. Prevê-se que o pagamento seja efetuado pela globalidade dos 36 meses no início da execução do contrato. Como o valor da presente prestação de serviços não ultrapassa o previsto para a aplicação da redução remuneratória nos termos do disposto no artigo 19º da lei nº 55-A/2010 de 31 de Dezembro (art.º 26.º n.º 1 da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro), a mesma não será objeto de redução. - Que o valor para 2013 não se encontra cabimentado, uma vez que se trata de despesa que se reporta a um ano económico cujo orçamento ainda não está em vigor, impossibilitando assim a emissão do

*documento de cabimento no momento de início do processo; - Que nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do CCP) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, de acordo com os limites ao valor do contrato constantes na alínea a) do n.º 1 do art.º 20.º do CCP, propõe-se a adoção de um ajuste direto em regime geral, por não se considerar necessário e exigível o recurso a procedimento mais complexo, em respeito pelo princípio da proporcionalidade, da economia e da eficiência processual. Submete-se ao Órgão Executivo o presente pedido de parecer prévio para que o mesmo obtenha deliberação favorável para a abertura do procedimento de “Aluguer de Vasilhame pelo período de 36 meses”, à entidade: SOCIEDADE PORTUGUESA DO AR LIQUIDO, LDA, por ser a atual detentora do vasilhame existente no Município. Por tratar-se de um compromisso plurianual, propõe-se ainda que o Órgão Executivo: Submeta à autorização do Órgão Deliberativo a assunção dos compromissos plurianuais, de acordo com o disposto na alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, nos seguintes termos: **Ano 2013:** € 179,24 (cento e setenta e nove euros e vinte e quatro cêntimos); **Ano 2014:** € 179,24 (cento e setenta e nove euros e vinte e quatro cêntimos); **Ano 2015:** € 179,24 (cento e setenta e nove euros e vinte e quatro cêntimos); Aos valores acima mencionados acresce IVA à taxa legal em vigor. Mais se declara que, de acordo com os dados e elementos conhecidos pelo Município, a esta data não existe qualquer situação de conflito de interesses, que possa pôr em causa a transparência do processo, designadamente, que não existe relação ou participação na empresa com a qual se propõe a celebração dos referido contrato de ex-colaboradores do Município, bem como do respetivo cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2.º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum.”* =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número onze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada, autorizando a assunção de compromisso plurianual. =====

===== **Ponto doze:** Alteração dos estatutos da Associação do Parque Temático Molinológico – Aprovação; =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que no dia 23 de junho de 2009, foi constituída a “ASSOCIAÇÃO DO PARQUE TEMÁTICO MOLINOLÓGICO”, com sede no Núcleo Museológico do Moinho e do Pão de Ul, em Ul, Oliveira de Azeméis, na sequência da deliberação da Câmara Municipal de 10 de março de 2009 e 2ª reunião da sessão da Assembleia Municipal de 29 de abril, realizada a 15 de maio de 2009, respetivamente; - Que entretanto, foi aprovada a admissão da Freguesia de Loureiro e da

Associação da Freguesia de Ul – AFUL e aceite a desvinculação da Confraria das Papas de S. Miguel; - Que se torna necessário introduzir alterações nos Estatutos da mesma, nomeadamente no que se refere à agilização de procedimentos internos e à clarificação de alguns aspetos do atual regime estatutário, proponho: - a aprovação da revisão e alteração parcial dos Estatutos, mais concretamente aos artigos 4.º, n.º1 alíneas b), n.º 3, n.º 4; Art.º 5.º; Art.º 6.º, n.º 1, alíneas f), g), h), i), n.º2; Art.º 7.º, n.º 1, alíneas a), f), n.º2; Art.º 10.º; Art.º 11.º, n.º 2, n.º 3, n.º6, n.º 8, n.º 9; Art.º 12.º alíneas b), e), f), l) e n); Art.º 13.º, n.º 1, n.º 2, n.º 3; Art.º 14.º, n.º 1 alíneas e), g), h), i), n.º 3; Art.º 16.º, n.º1, n.º 3, n.º 4; Art.º 17.º, n.º 1, n.º 4 alínea a), n.º 5; Art.º 18.º; Art.º 19.º; Art.º 20.º; Art.º 21.º; Art.º 22.º; Art.º 23.º; Art.º 24.º aprovados em Assembleia Geral da Associação de 15 de outubro de 2012 documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, e admissão da Freguesia de Loureiro e da Associação da Freguesia de Ul –AFU, bem como a desvinculação da Confraria das Papas de S. Miguel; - A designação do representante do Município de Oliveira de Azeméis nos órgãos sociais, nos termos do n.º3 do art.º 10 dos Estatutos “Assembleia Geral”: - Presidente da mesa da Assembleia Geral – o Dr.º Hermínio José Sobral de Loureiro Gonçalves; - Que se remeta à Assembleia Municipal, para efeitos do disposto no artigo 53º, n.º 2, m) da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado, Senhor Presidente. Tem que ser também aprovado em sede de Assembleia Municipal a aprovação da alteração dos estatutos da Associação do Parque Molinológico, aquilo que nós em termos sigla chamamos APTM, estamos a falar da admissão da freguesia de Loureiro nesta Associação, como sabem, agora tem também Loureiro, Travanca e Ul e outras Associações e também consta a desvinculação porque assim se entendeu também, a desvinculação da Confraria das Papas de S. Miguel desta Associação. Nós temos que aprovar os estatutos, esta Associação tem os objetivos bem definidos, tem uma missão para cumprir, tem um trabalho para fazer como sabem tem muito a ver com tudo aquilo que é valorização do Parque Temático Molinológico, mas não só, os projetos que estão em curso, os desafios para o futuro e por isso entendeu-se e entenderam-se também diversas autarquias e forças vivas das próprias freguesias que este seria o melhor modelo de gestão para o Parque Temático Molinológico e para todos os projetos que estão associados a esta situação. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número doze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta de alteração dos estatutos da Associação do Parque Temático Molinológico. =====

===== **Ponto treze:** *Dissolução da Fundação la-Salette – Aprovação;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que:*
1) O Município de Oliveira de Azeméis, na qualidade de membro fundador da Fundação La Salette, por deliberação da câmara municipal de 30/08/12 e de assembleia municipal de 29/09/12, aprovou formalmente a decisão de proceder à extinção da Fundação La Salette; 2) O conselho de fundadores, por deliberação de 04/10/12, e dando cumprimento ao art. 25.º n.º 1 dos Estatutos da Fundação La Salette, determinou a extinção desta instituição; 3) Foi constituído um grupo de trabalho com a missão de proceder à liquidação e dissolução da Fundação; 4) Das reuniões realizadas e orientações fornecidas pelos representantes das entidades instituidoras ao grupo de trabalho, resultou o relatório, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, pelo exposto: 1) Remete-se para conhecimento o referido relatório; 2) Propõe-se: a) A ratificação da ata do conselho de fundadores de 04/10/12; A remessa da presente proposta para aprovação na próxima assembleia Municipal.” =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Muito obrigado Senhor Presidente, isto é mais um ponto, é mais um passo naqueles que já fomos dando. Já discutimos aqui também amplamente na Assembleia Municipal a questão da Fundação La-Salette e tudo aquilo que lhe está associado. Este passo é o passo da dissolução. A Comissão de liquidação era constituída por diferentes técnicos que tiveram um trabalho extraordinário deixem-me dizer e permitam-me que enalteça o trabalho que foi feito por essa Comissão de liquidação que fez um apanhado exaustivo, um resumo completo de tudo aquilo que estava pendente, que estava por resolver, para podermos chegar a este ponto. Portanto, nós estamos a trabalhar e estamos a falar de um processo, às vezes diz-se, vamos acabar com isto, mas depois o processo burocrático de acabar com isto é uma coisa muito complicado, esta fase também aconteceu e estamos agora em condições de poder aprovar essa mesma dissolução. Informação pormenorizada, com fotocópias dos documentos, com os valores e também permita-me aqui destacar o trabalho que tem vindo a ser feito, porque também é fundamental que isso aconteça, pela Junta de Freguesia de Oliveira de Azeméis. A junta de Freguesia de Oliveira de Azeméis reuniu ontem a sua Assembleia de Freguesia e também tanto quanto julgo saber, depois de conversar com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira de Azeméis, tudo foi aprovado e tudo foi resolvido também em sede de Junta de Freguesia. Há aqui matérias que são importantes referir, uma que tem a ver com a questão da ata da reunião do Conselho de Fundadores e a outra também que tem a ver com, por um lado o acordo de credores que precisa de ser feito e precisam todos os credores darem o assentimento e por outro lado a gestão do Parque nesta fase, mas como disse não é uma gestão definitiva, a gestão do parque vai ser assegurada pela Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis. Como*

sabem nós temos de procurar encontrar um modelo de gestão para infraestrutura, que é uma infraestrutura que ainda por cima, conforme ainda agora aprovamos no orçamento tem investimentos em curso avultados e portanto obriga a uma atenção muito especial daquilo que é a gestão do espaço. A Junta de Freguesia tem aqui um papel importante que tem a ver com o princípio que foi definido, a manutenção partilhada deste espaço atento que seja o princípio da colaboração e em qualquer projeto que seja e mesmo naquela que é, a constituição, a celebração do plano de atividades anual a auscultação da Junta de Freguesia e a Junta de Freguesia tem sempre aqui um papel importante em todo este processo, porque como é evidente, acho que é facilmente perceptível, porque o parque se encontra na cidade de Oliveira de Azeméis e porque a Junta de Freguesia também cedeu ao Município para efeitos de candidatura a fundos comunitários e é isso que também estamos todos empenhados em não perder um cêntimo em todas as candidaturas que temos aprovadas, a questão dos terrenos. Em termos financeiros, ou seja, naquilo que é o ativo e o passivo da Câmara Municipal, que a Câmara Municipal vai ter que assumir, estamos a falar de 400 e poucos mil euros e portanto esse é o valor que a Câmara Municipal assume do ponto de vista do passivo em que vai ter naturalmente que encontrar forma de o resolver nos próximos tempos a começar pelos seus funcionários que como sabem pela extinção do posto de trabalho têm direito também a receber uma indemnização. E nós falamos com os funcionários e esperamos que durante o mês janeiro possamos resolver essa situação com os funcionários que o Parque da La-Salette tinha e que ficaram impedidos de exercer a sua atividade por extinção da Fundação e conseqüente extinção do seu posto de trabalho. E portanto esta é uma fase das últimas mas que tem que passar também em sede de Assembleia Municipal e daí ter solicitado ao Senhor Presidente esse mesmo agendamento. =====

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores Dr. Carlos Afonso, Ricardo Bastos, Dr. Miguel Portela, Dr. António Rosa, Bruno Aragão, Dr. Fernando Pais Ferreira e Amaro Simões. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Carlos Afonso, do PS. =====

===== Boa noite a todos. A Fundação, é uma instituição de interesse e utilidade pública, no sentido em que a Lei lho atribui, que visa cumprir fins de interesse social e que podem ser de vários tipos do que é instituído a partir de uma doação legal. É um elemento com personalidade jurídica própria e com estatuto reconhecido por Portaria do Conselho de Ministros com autonomia patrimonial própria ainda que possa ser subvencionada com capacidade de gerar receita ainda que proveniente de mecenato. Eis em traços muito largos e apenas, para que se perceba o que é uma Fundação. A Fundação La-Salette existia formalmente, tinha património duvidoso, mas não gerou receitas. A primeira questão que eu queria colocar era relativamente ao património duvidoso, é: não consta dos documentos se houve transferência, transmissão da

propriedade dos diversos prédios que constam do ativo e referi-me aos 4 ou 5 prédios rústicos e urbano, não consta em nenhum elemento de que tenha havido transmissão da propriedade da Junta de Freguesia para a Fundação ou do Município para a Fundação. Consta efetivamente os ativos mas não consta qualquer documento de transmissão desses bens, portanto, se não houve transmissão, como é que é ativo da Fundação? A mesma questão se coloca relativamente às propriedades adquiridas ao Mateiro. Portanto, a Fundação La-Salette viveu exclusivamente das transferências diretas da Câmara Municipal. A Fundação La-Salette foi criada em 20/10/2004 e vale a pena recuarmos um pouco no tempo até à noite de sexta-feira de 04 de março de 2006 data em que a Fundação La-Salette foi apresentada oficialmente com pompa e circunstância como muitas outras coisas são apresentadas pelos sucessivos executivos do PSD e que o tempo se encarregou de transformar em nada. Dos objetivos e desenvolvimento do Município, a Fundação La-Salette não os cumpriu. Veja-se: a Casa do Mateiro, cuja aquisição por cerca de 800 mil euros, ainda não está integralmente paga, o projeto de reabilitação do imóvel, uma quantia avaliada em 300 mil euros, o que esta delonga do contrato promessa, até agora lá nada fizeram e portanto houve uma degradação inequívoca do imóvel pela não execução da obra; a Casa das Heras o restauro e a requalificação por 350 mil euros; não houve a requalificação da Estalagem de S. Miguel, uma promessa de investimento de 1,3 milhões de euros, que nada foi feito; a adaptação do Complexo das Piscinas também um dos objetivos, também não foi feito; a requalificação do Parque acabou por ter uma candidatura ao QREN pela Autarquia de 4 milhões de euros. Nenhum dos objetivos da Fundação foi assim atingido. O relatório da avaliação da Fundação, efetuado pela Inspeção Geral de Finanças, conclui que efetivamente a Fundação La-Salette, no critério da sustentabilidade foi aquele que menos pontuação teve - 10,6 numa pontuação de 50%. A pontuação final da Inspeção Tributária à Fundação La-Salette foi de 34,3%. A Fundação La-Salette dependia exclusivamente da Autarquia, onde, quando deveria autossustentar-se com receitas próprias. Tal nunca aconteceu nestes 8 anos de existência da Fundação. Aqui chegados, temos que o Município ao longo destes 8 anos transferiu para a Fundação La-Salette 1.692.134,00€ e ainda vai assumir o passivo de 455.173,60€, ou seja, uma transferência total de 2.147.307,60€ em 8 anos. Tinha custos anuais, com pessoal em cerca de 80 mil euros, com o Eixo Urbano Unipessoal - Serviços de Imagem pagava 12.739,28€ por mês o que perfaz um valor anual de 152.000,00€ a este serviço de imagem. Conclui-se pois, que a gestão efetuada pelo PSD na Fundação La-Salette foi exclusivamente um instrumento que serviu o interesse político-partidário do PSD. A gestão efetuada pela Fundação foi ruínosa para o Município de Oliveira de Azeméis, que até o governo do PSD teve que intervir dizendo: - Basta, já chega, acabou. A gestão da Fundação La-Salette não foi boa, pois gastou milhões de euros e não cumpriu nenhum dos objetivos a que se propunha. Temos assim uma gestão da Fundação incompetente e incoerente por parte do PSD, que levou ao fim envergonhado da Fundação La-Salette. Em termos de balanço temos que em 8 anos a Fundação absorveu mais de 1,5 milhões de euros do Município, que este terá que suportar o passivo da Fundação em mais 450 mil euros e não cumpriu nenhum dos seus objetivos a que se preuseram. O Partido Socialista, sempre

alertou para a gestão que a Fundação estava a efetuar e que era ruínosa para os oliveirenses. Só o PSD local é que não quis ver. Tiveram que vir de Lisboa, o outro PSD, o do Governo, puxar as orelhas para por fim a esta farsa. Mas esta é a marca da gestão do PSD de Oliveira de Azeméis, ineficaz, incompetente, ruínosa, incoerente e desastrosa. Mas na mesma linha vai também a gestão da GEDAZ, cuja extinção também se aguarda, como a gestão dos estaleiros e etc.. O Partido Socialista lamenta ter-se perdido uma oportunidade de ouro de se ter efetuado uma gestão séria em prol da gestão do Parque da La-Salette e do envolvimento da sociedade civil oliveirense em torno deste símbolo de Oliveira de Azeméis que é o Parque de La-Salette. =

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Ricardo Bastos, do PS. =====

===== Muito obrigado. Quando a Fundação foi criada eu fazia parte da Assembleia de Freguesia da Oliveira de Azeméis. Ao ver agora os desenvolvimentos eu lembro-me perfeitamente da reunião em que foi deliberado a passagem do património da Junta de Freguesia para essa Fundação. Foi dito na altura e penso que isso está nas atas e penso que é de bom senso que com a extinção da Fundação, os bens, os imóveis, os terrenos, todas aquelas parcelas de terreno voltariam novamente para a Junta de Freguesia. Agora com a extinção, temos agregado a este ponto uma ata do Conselho de Fundadores em que delibera uma série de coisas entre as quais que todo esse património passa para o Município. A minha intervenção vai no sentido de que, eu acho que há qualquer coisa que não está a ser bem feito e eu acho que se não esta a ser bem feito, se calhar devíamos acautelarmos já, que é se as escrituras nunca chegaram a ser feitas em nome da Fundação esses terrenos são da Junta de Freguesia. Não deveria haver uma Assembleia de Freguesia a alienar esse património a favor da Câmara Municipal? Eu acho que tem que haver. Porque, se vai alienar um património da freguesia, tem que ser a Assembleia de Freguesia conforme fez para a Fundação faze-lo em relação à Câmara Municipal. Ontem houve uma Assembleia de Freguesia em que o ponto era diferente deste, o ponto era exatamente ratificação das deliberações constantes na ata de Conselho de Fundadores. Eu acho que isto, não é o criar um ponto para dizer que não. Estão aqui estes terrenos tem o artigo x, x, x, x, queremos passa-los para..., há uma série de pressupostos que a junta de freguesia não tem, o 1% de dívida, não tem esse dinheiro, não tem pessoal, não tem meios para cuidar daquele espaço se calhar a melhor maneira será mesmo a Câmara faze-lo, mas eu acho que devíamos fazer isto como deve ser sendo a Assembleia de Freguesia, um ponto específico, uma ssembleia Extraordinária, uma outra Assembleia qualquer. Meter lá um ponto em que taxativamente diga que estamos a passar conforme se fez em relação à Fundação. Eu acho que nós estamos a adiar um problema. Ontem, votou-se isto, votaram isto favoravelmente pode-se dizer que há ali no meio um pressuposto a este, mas eu acho que a coisa não está a ser bem-feita. Estaremos provavelmente a criar um problema para qualquer dia estarmos a dizer: - vamos outra vez voltar aqui. Não sei se não era de acautelarmos isto. Obrigado. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Miguel Portela, do CDS/PP.* =====

===== *Venho aqui falar mais num outro âmbito. A Fundação realmente vai ser extinta, houve coisas que correram mal, houve coisas que correram bem. Agora, preocupa-nos daqui para frente. Sabemos que tem havido agora alguma dificuldade os funcionários foram-se embora pelo que me parece, não é, teve que ser e já é voz corrente que algumas situações no parque estão por acautelar nós não sabemos quem é que tem essa obrigação, nomeadamente os quattros de banho que foi uma grande conquista, que eu já lá nem entrava com medo sei lá do quê, conseguimos por lá uns quartos de banho em condições e parece que estão a voltar ao antigamente. Realmente se calhar há aqui um vazio de responsabilidades mas se calhar convinha acautelar-se isso e outro património que lá está, para que não se perca alguns avanços que se tenham tido nestes últimos anos. Obrigado.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. António Rosa, do PSD.* =====

===== *Senhor Presidente, eu venho aqui por um lado manifestar, enfim, alguma tristeza pela intervenção do Deputado Carlos Afonso, embora não surpresa, embora aquele que é o tema que nos está aqui a ser colocado à decisão à Assembleia nunca teria espaço penso eu a uma intervenção tão derrotista e tão destrutiva daquilo que foi um trabalho da Câmara Municipal, da Junta de Freguesia de Oliveira de Azeméis, trabalho enquanto decisão enquanto estruturação deste órgão de gestão que esteve ao serviço do Parque da La-Salette durante vários anos, mas um desrespeito sobretudo por todos aqueles que durante estes anos se dedicaram todos os dias em defender o Parque de La-Salette, em defender um Parque que é de todos nós e infelizmente é de todos nós, entendo eu, é de todos nós enquanto usufruto e enquanto sentimento de pertença, não é de todos nós para podermos dizer disto aquilo que nos apetece. E portanto dizer: que a Fundação La-Salette não fez nada, que o resultado foi em branco, é, no mínimo, falta de respeito para com os oliveirenses. Eu recorro que há 10 anos atrás, as páginas dos jornais locais, então dois creio eu, ou três, na altura três, falavam do Parque da La-Salette quando se cortava uma árvore, era esse o tema sobre o Parque de La-Salette. Falava-se que a Câmara Municipal não dava ponta de atenção ao Parque da La-salette e a “pobre” Junta de Freguesia (pobre no sentido factual do tema), era a única e exclusiva responsável. Hoje ataca-se o Parque da La-Salette, porque a Câmara Municipal deu muito dinheiro para o Parque da La-Salette. Na verdade, fico satisfeito com o que o Miguel disse e eu partilho inteiramente disto, isto não pode haver aqui um vazio de responsabilidade e não haverá seguramente. Mas é contraditório completamente e não sou eu que o digo, é ele, com aquilo que acabou de ser dito, afinal, percebe-se a ausência da Fundação La-Salette no Parque da La-salette e não é a Fundação, Fundação Instituição formal, é uma entidade de gestão que obviamente tem que ter*

aqui um papel essencial da Câmara Municipal por trás para gerir um espaço que não tem uma porta com um bilhete de entrada e que não tem um conjunto de serviços que se devam cobrar porque não é essa a natureza deste espaço. Ficarmos surpreendidos e fazermos uma intervenção deste calibre acerca de um espaço que é um espaço dos oliveirenses e acima de tudo é um espaço que sendo dos oliveirenses tem uma vocação de receção daqueles que não são oliveirenses e também obviamente dos oliveirenses no seu tempo livre, é absolutamente um desrespeito, não é para com o Partido Social Democrata oliveirense como foi dito, é para com os oliveirenses e portanto, eu isto obviamente tenho que lamentar. A questão formal do tema, isso aí de facto seguramente a Câmara Municipal e a equipa técnica que analisam isto, terá analisado com todo o cuidado, efetivamente há aqui uma decisão dos fundadores e é isso que hoje aqui nos é colocado à consideração e sobre isto que eu quero falar. Há aqui um documento que é proposto à Câmara e à Assembleia Municipal pelos fundadores, Câmara Municipal e Junta de Freguesia portanto subentende-se que haja aqui um entendimento entre estas duas entidades, únicas e legítimas proprietárias deste património e portanto considera-se aqui, atentos a um conjunto de pressupostos que a Câmara Municipal deve numa fase próxima ficar responsável por este espaço, eu creio que será seguramente a única entidade no território municipal que terá condições para isso. Tanto mais que há um desafio muito grande, seguramente que em resultado de um trabalho feito, que é assegurar o investimento de 5 milhões de euros no conjunto destes projetos que aqui foram ditos que foram sonhos que não tiveram concretização, é lógico que não tiveram concretização uns, outros tiveram, outros não tiveram nas vão ter e para isso é importante sim que nós, de uma forma responsável, demos o nosso contributo para isso. Dizia eu que tinha este misto de frustração e de tristeza por esta intervenção, por outro lado tenho honestamente o outro lado que é de satisfação. Porque pelo menos com esta última decisão sobre a Fundação La-Salette nós aniquilamos este tema de conversa que tem sido sempre alvo do termo ruinoso, ruinoso, ruinoso, como argumento do Partido Socialista e portanto este acabará, Senhor Presidente peço-lhe o máximo de cuidado na definição do novo modelo, para que se possível seja proposto pelo Partido Socialista para garantirmos que não vamos ter mais 10 anos de discussão estéril sobre o modelo de gestão do parque de La-Salette. Muito Obrigado. Uma última referência, já na altura que tomámos a decisão de extinção da Fundação La-Salette fiz aqui, eu sei que a Câmara Municipal está a diligenciar nesse sentido, aliás deu-nos prova disso com a contratação do técnico vidreiro para assegurar a continuidade do Berço Vidreiro, foi nossa manifestação também na altura que se procurasse assegurar os postos de trabalho das pessoas que estavam ao serviço do Parque da La-Salette, obviamente se essa fosse a vontade das mesmas, seguramente que isso estará dentro das preocupações da Câmara Municipal, eu queria aqui reiterar essa nossa preocupação. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Bruno Aragão, do PS. =====

===== *Muito obrigado, Senhor Presidente. Naturalmente ficar profundamente muito desagradado com esta última intervenção. Aliás, este vem sendo o tom nas últimas Assembleias Municipais. Ficamos a saber mais uma vez que a culpa da extinção da Fundação la-Salette, que a culpa destes 400 mil euros é afinal do Partido Socialista. O Partido Socialista que desde o princípio, desde o princípio, repetidas vezes em inúmeras Assembleias Municipais falou da Fundação La-Salette, falou deste modelo de gestão, falou do que isto significaria mais cedo ou mais tarde. Não foi o Partido Socialista que geriu a Fundação La-Salette da forma como geriu; não foi o Partido Socialista que fez esta opção. Aliás, aquilo que eu sei, Senhor Deputado. vai-me desculpar, é que quando o Senhor esteve na Fundação La-Salette não só a dívida aumentou como contraímos um empréstimo de 150 mil euros dos quais ainda devemos 120 mil. Aquilo que eu sei Senhor Deputado, é que quando o Senhor entrou na Câmara Municipal tínhamos uma dívida de 20 milhões e quando saiu tínhamos uma dívida de 50 milhões. É isto que eu sei e o Partido Socialista não tem rigorosamente nada a ver com isto. Não é verdade e chega a ser imoral, que se diga que o Partido Socialista é contra o Parque, contra as pessoas, já o mesmo se fez na última Assembleia a propósito da Área de Acolhimento Ul/Loureiro. Não é verdade isso. O que nós dizemos é exatamente porque o Parque é central é que ele devia ter uma gestão séria e rigorosa, porque senão nós perguntamos: meus Senhores, depois de 1,6 milhões mais 400 mil euros que nós vamos ter que pagar agora, onde é que estão a reabilitação das Piscinas e da Estalagem e esse Parque que os Senhores sonharam na altura? Sempre foi por isso que pugnamos e sempre foi por isso que criticamos a gestão que vinha sendo feita. O que é que aconteceu? Lá está o Partido Socialista a criticar. Critica o modelo de gestão. E agora que diz assim, olha cá está, podemos avaliar aquilo que nós dizíamos. Lá estão eles outra vez. Nós afinal é que tínhamos razão. Meus Senhores quem acredita num projeto e quem acredita num modelo de gestão insiste nesse projeto, foi o que fizeram muitos Municípios, não desiste à primeira depois da avaliação que tiveram por parte do Governo Central. Foi isto que aconteceu, desistiram à primeira. E de facto, imagino que tenha satisfação, quando este tema estiver arrumado, ele sempre foi incómodo. Mas a verdade está aí. E não, a culpa não é do partido Socialista e não é o Partido Socialista que não gosta do Parque da La-Salette, não se tente fazer como na Área de Acolhimento de Loureiro - lá estão vocês sempre a criticar o investimento - isso não é verdade.*=====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Fernando Pais, do PS.* =====

===== *Eu só queria fazer uma breve intervenção, no sentido de dizer alguma coisa quanto às palavras do Dr. António Rosa. De facto, a avaliação que está a ser feita, não foi uma avaliação do Partido Socialista, foi uma avaliação do Governo Central. E de facto, todos nós concordamos que apesar de tudo o modelo de gestão do Parque da La-Salette falhou. Isto é absolutamente claro. O dinheiro dos recursos que lá se investiram foram, não do ponto de vista*

de honestidade intelectual não vou dizer que tudo foi mau, mas muita coisa foi mal gerida não tenha dúvida nenhuma. E quando diz que nós somos contra o Parque da La-Salette, eu até fiquei com a ideia de que nós somos contra o Parque da La-Salette em si. Nós queremos um Parque da La-Salette bem preservado, é um espaço único, é um património fantástico e o Partido Socialista creia que está empenhado em desenvolver e em auxiliar a Câmara Municipal e em fazer as mais diversas intervenções no sentido de dotar o Parque da La-Salette de um modelo de gestão dinâmico, prospero, eficaz, construtivo e com valor acrescentado para esta cidade. É só o que tenho que dizer, se bem que eu entendo que esta discussão nós só devíamos estar a discutir a questão da liquidação e não propriamente a extinção. Portanto era mais a questão da liquidação. =====

===== Para dar resposta às intervenções anteriores, o Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. =====

===== Exatamente, o termo correto foi dito agora, os Senhores não ouviram mas eu passo a citar, pelo Senhor Deputado Ramos: -“há que aproveitar”- disse o Senhor Deputado Ramos, dizer a verdade, exatamente. Eu só queria dar nota do seguinte e não pensem que é brincadeira, mas eu concordo com aquilo disse, parte, o Senhor Deputado Bruno Aragão, pode parecer estranho mas não é estranho. O Senhor Deputado Bruno Aragão disse: - “não foi (de dedo em riste), não foi o PS que geriu o Parque da La-salette.” É verdade. Mas também deixe-me dizer-lhe que não foi o PSD que geriu o Parque de La-Salette. A gestão do Parque de La-Salette não é uma gestão partidária, não é uma gestão partidária. E há pessoas que podem e se calhar deviam falar sobre o Parque da La-Salette, eu percebo que alguns até possam estar incomodados, porque são pessoas que conhecem por dentro o que se passa no Parque da La-Salette e depois outros que ouvem umas coisas e vêm para aqui dizer outras, não é? Há uma coisa que eu queria que vocês, eu queria que fosse feito pelo, como disse o Senhor Deputado Fernando Pais Ferreira - nós estamos hoje aqui a discutir a dissolução da Fundação La-Salette e o trabalho da Comissão liquidatária, trabalho excelente que está aqui feito, tecnicamente irrefutável, transparente, rigoroso. Não, tenha paciência. Se quiser discutir tecnicamente, temos aqui os técnicos que estiveram na Comissão a trabalhar e podem-lhe dar todas as explicações sobre esta matéria que aqui está hoje espelhada. Olhe, temos infelizmente aqui gente, que passou lá dias e dias, horas e horas no Parque da La-Salette a assistir a estas coisas, que deve sentir uma revolta enorme por aquilo que ouviu. Mas cada um tem direito de dizer aquilo que pensa, vivemos em democracia e ainda bem. Agora uma coisa que eu queria dizer aos Senhores Deputados, no dia que a Câmara Municipal deixar de apoiar ou financiar o Parque da La-Salette o Parque da La-Salette fecha e morre (ponto final, paragrafo). Mas, agora, o Senhor é que me vai dizer o que eu posso dizer? Ninguém disse isso, mas estou eu a dizer. O Senhor não disse. Mas eu, eu estou eu a dizer. Naquilo que conheço, no dia em que o Parque da La-Salette deixar de ser financiado “para ser bem preservado” como disse o Senhor Deputado Pais

Ferreira, como disse o Senhor Deputado Pais Ferreira “um espaço único” e cito outra vez o Senhor Deputado Pais Ferreira “um espaço fantástico”, mas a preservação deste espaço custa dinheiro. E muito dos dinheiros que os Senhores aí falaram, estamos a falar de componentes que fazem parte da candidatura do Parque da La-Salette, certo, da candidatura a fundo comunitários, estamos a falar de, era de 5 milhões foi transformado em 4 milhões. Nós a semana passada na Reunião de Câmara aprovamos o projeto do Centro da Interpretação do Vidro, a 1ª Fase do projeto e portanto isto está em curso, estas coisas demoram tempo a fazer. Agora, estar a politizar esta questão? Ouça, eu acho que isso, com toda a sinceridade, eu depois percebo o Senhor Ramos, não é, - “há que aproveitar,” eu aí já percebo tudo, se isso tivesse dito logo no início eu já nem sequer fazia nenhuma intervenção, se tivesse dito no início assim – há que aproveitar e então volta outra vez. O que os Senhores aqui disseram está tudo na ata da Assembleia quando discutimos exaustivamente esta matéria, ninguém aqui disse nada de novo. A única coisa que aqui está em causa é o Ativo e o Passivo e é o Relatório de Dissolução e o Relatório da Comissão liquidatária. Os Senhores voltaram outra vez aos mesmos argumentos, mas será que vamos andar toda a vida a ouvir essas coisas. Agora, eu tenho que o fazer porque não fico bem com a minha consciência se não o fizer e tenho que o fazer. Eu ouvi com atenção e ainda bem que está escrita, a intervenção do Senhor Deputado Carlos Afonso, ainda bem que ela está escrita porque ficará seguramente para memória futura, ficará seguramente para memória futura. E eu depois de ouvir o Senhor Deputado Carlos Afonso e como tive responsabilidades na Fundação La-Salette durante um período e porque tive também responsabilidades numa equipa que geriu o Parque La-Salette e tendo em conta as afirmações politicamente partidárias de quem desconhece completamente o funcionamento de uma estrutura como aquela, eu tenho que pedir desculpa ao Senhor Amaro Simões por o ter convidado a caminhar connosco neste desafio. Tenho que lhe pedir publicamente desculpas, porque o Senhor não merece ouvir aquilo que aqui ouviu por parte do Senhor Deputado Carlos Afonso e peço-lhe mesmo que nunca mais leia aquela intervenção que ele fez. Nunca mais leia aquela intervenção que ele fez e por isso eu tinha que o fazer publicamente. Pedir-lhe desculpas a si Senhor Amaro porque os senhores ouviram aqui n vezes falar na gestão do PSD, na gestão do PSD, na gestão do PSD, na gestão do PSD e que eu saiba o Senhor Amaro nunca foi na vida do PSD mas acompanhou-nos de forma séria, empenhada, determinada e honesta nesta caminhada. E querem-nos acusar a mim, ao Dr. Ricardo, ao Ilídio a quem quiserem, acusem-nos, mas não ponham aí o símbolo da gestão do PSD, da gestão do PSD, da gestão do PSD porque nós tivemos sempre lá um homem que não é do PSD e tivemos sempre um princípio meu caro Carlos Afonso, quando se fala daquilo que não se sabe, tivemos sempre um princípio que é: todas as decisões eram tomadas por unanimidade e nem sempre as posições eram as mesmas mas havia um esforço de convergência, sempre de cedência, cedência de parte a parte, não era cedência só para uma parte, houve sempre essa preocupação de confortar as decisões porque estamos a falar de uma coisa que todos gostamos muito. Mas como disse o Dr. António Rosa, acho que vai chegar o tempo de deixar de fazer política com o Parque da La-Salette, política

partidária, porque qualquer decisão que nós tomemos na nossa vida no exercício destas funções são sempre decisões políticas. Agora, acho que relativamente a esta matéria, acho que é altura do pôr um ponto final. Acho que é altura de pôr um ponto final. E hoje esta discussão, não era para nada disto que estamos aqui a fazer, era para resolver este problema do Ativo e do Passivo. Continuam a querer acertar contas? Há que aproveitar, já percebi. Quanto ao Senhor Dr. Miguel Portela a sua preocupação é uma preocupação de muitos oliveirenses que têm passado na Junta de Freguesia e na Câmara Municipal e não é pela casa de banho que foi recuperada, mas isso não importa, ninguém fala, isso é uma obrigação, não é pelas outras coisas que lá estão que foram feitas e pelas coisas que vão ser feitas, isso não importa para nada, mas por outras situações, pelas folhas que caem e não são limpas e fica tudo ensoreado e vem chuva e a Junta de Freguesia não tem funcionários que cheguem para fazer aquilo e em quanto nós não dermos esses passos não se pode resolver o problema de forma definitiva e aí sim, depois é a casa de banho, é as folhas que ficam, como lhe disse, ficam no chão, é a luz do candeeiro que se apaga e que ao outro dia era mudada a lâmpada e agora não é, não é? É o Berço Vidreiro que o Senhor Morgado precisa de ligar o gás para começar a produzir vidro que tem encomendas já para março do próximo ano e não se pode fazer enquanto estas coisas não se resolverem. Portanto, os ajustes de contas que tinham que ser feitos, já foram feitos, não temos que os andar a fazer permanentemente. Acho que chega, chega, para dizer - basta. E portanto acho que temos é de dar passos para resolver o problema este é mais um passo, como eu disse no início. Querem levar para outro lado, paciência, não contem connosco para irmos por esse caminho. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Amaro Simões, Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque. =====

===== Eu devia estar aqui como o Egas Moniz, com a corda ao pescoço para puxar. Não. Não gostei. Não estou muito habituado ao longo da minha vida a dar a cara por insucessos, mas aqui dei. Pronto, foi um insucesso. A minha participação na Fundação La-salette foi um insucesso. Mas de boa-fé. Não me bati, nem entendi na altura. Entendi, mas digamos a fundação da Fundação, instituição da Fundação como tal, na altura não a reconheci, não dei a cara por ela, achei até que não havia necessidade. Mas havia necessidade de alguma coisa pelo Parque, porque eu já venho nisto há 20 e tal anos e sempre ouvi falar no Parque como, enfim, eu lembro-me do Ricardo e já disse isto aqui, e lembro-me de todos Presidentes de Junta que suaram, tiveram problemas por uma simples árvore que caía, foi sempre muito desagradável. A Câmara encontrou naquela altura aquela solução, não foi apadrinhada por mim, mas quem era eu? E recorro e admito que numa altura da Fundação, a Fundação foi sobredimensionada. Houve gastos excessivos, pronto eu compreendi e percebi, houve alguma forma de gestão que não estava de acordo, como os trabalhadores por exemplo, eram contratados por uma empresa que nos levava couro e cabelo e pronto queria ter os seus lucros. A imagem, houve muitas coisas que

não estavam bem. Mas a certa altura as coisas foram moralizadas e eu sinto-me mal, muito mal Carlos Afonso, sinto-me muito mal por não saberem distinguir alguma coisa. Eu acho que vos merecia assim um bocado mais de consideração porque não houve má gestão. Os dinheiros que foram postos á disposição da Fundação, pelo menos a partir do momento em que eu lá estive não houve delapidação de recursos. Porque o que se gastou lá, se quisermos manter o Parque vai-se continuar a gastar. Porque aquilo precisa de estar gente, precisam de estar trabalhadores afetos à gestão do Parque. Não havia necessidade de entrarmos por aqui. Não havia necessidade. Não me revejo nisto. Isto teve custos, na minha vida, pessoais, familiares, políticos, partidários se vocês quiserem e isto vai ter consequências na minha vida. Não precisava, enfim, do elogio do Presidente, porque isso são elogios, enfim, que podem ser até contraproducentes, mas obrigado pela confiança, mas não foi por isso, não foi pelo Presidente, foi pelo Parque. O Parque, eu já vos disse aqui, foi a primeira, eu não sou de cá, no passeio da 4ª classe fui ao Parque. Epá, eu fiquei a gostar do Parque. Surgiu-me aquela oportunidade, reconheço hoje que se calhar fui usado, até reconheço isso, mas se calhar não foi com essa intenção. Se calhar foi, não importa. Eu vi uma possibilidade de fazer parte do Parque, numa altura que não devia, até porque tinha projetos pessoais nessa altura diferentes gostava de os ter cumprido, não cumpri. Por várias vezes pedi a demissão, estão escritas, por várias vezes pedi-as. Eu também estava a ver a Fundação, mais dia, menos dia, vai acabar. Eu não queria ser como os ratos que, quando começam a ver dificuldades no navio, são os primeiros a abandonar. Eu vi que isto ia ter este fim. E queria que fosse um fim assumido por nós. Por várias vezes inclusive disse: Nós devíamos ter um plano B, devíamos ser nós se calhar a tentar dissolver isto com dignidade, com elevação. Pronto a certa altura o Governo entrou, faz tudo mal, mas parece que isto fez bem, desculpem a ironia. Não gostei da forma como o Partido Socialista, se quisermos, não gostei, pronto. Eu sou sempre Socialista, Vou ser sempre Socialista, não é isto que me muda, mas que sofri com este processo e que não fui devidamente respeitado, não fui. Neste processo não fui. Porque honestamente, se eu sou válido, se confiam em mim noutros projetos, também deviam ter confiado. Não deviam ter ido tão longe. Politicamente, sim senhor, contestaram, era um processo que estava com muitas dificuldades em ser gerido. Politicamente foi um trunfo. O Partido Socialista de alguma forma revê nisto. Não foi um bom projeto, não foi um bom processo, acho que aqui houve excessos e não havia necessidade. Já agora, da mesma forma que se calhar que se fez com o Senhor Morgado, para a gestão do Berço Vidreiro, acho que foi, reconheço nisso, enfim, foi um assunto lateral mas a criação do Berço Vidreiro acho que é uma mais-valia para o Município, para Oliveira de Azeméis, para a fileira do vidro, que todos nós gostávamos de repor e acho que se calhar da mesma forma se podia fazer como Américo Pires que foi um trabalhador que foi recuperado da toxicodependência, que estava a trabalhar connosco e que foi sempre acompanhado e que agora está no desemprego. Ele agora vai voltar vai haver problemas. Portanto a Fundação também teve este dom. A Fundação acolheu várias pessoas com dificuldades de toxicodependência e infelizmente um já morreu. Mas com o Américo Pires as coisas até estavam a mudar. Era um trabalhador assíduo, incansável, teve

aquela desgraça na vida dele e que estávamos a recuperar, se não lhe deitarem a mão. Se ele fosse de S. Roque podem ter a certeza que eu já o tinha contratado, já lhe tinha deitado a mão. Mas acho que da mesma forma como se fez com o Morgado se calhar podia-se fazer um contrato com ele para olhar pelo Parque, porque ele bom no Parque e se calhar podia-se fazer do género, se calhar ele não tem as competências que tem o Morgado, mas tem que se fazer alguma coisa, pelo menos por aqueles que se sentem mais abandonados acho que se devia fazer alguma coisa. Outros se calhar têm meios para recuperar a vida deles, mas os que têm muitas dificuldades acho que nós devíamos ser sensíveis. Desculpem lá, eu não devia falar, porque nunca pensei que o assunto, pensei que íamos falar da liquidação que era pacífico, agora, voltar outra vez à Fundação. Porque eu pensei assim: falam da Fundação, falam da gestão. Mas não ponham em causa as pessoas que lá estiveram, as pessoas que estão a trabalhar. Puseram, sim senhor. Puseram-me em causa. Eu senti-me em causa. Quando mexem com a dignidade das pessoas, acho que isso é um bocado violento e eu senti-me violentado. Desculpem lá. Não deixo de ser Socialista, serei sempre Socialista, mas isto hoje foi de mais. Boa noite a todos. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. =====

===== Eu não queria falar mais sobre isso, porque acho que já se falou de mais. Agora, o que eu queria de alguma forma para tranquilizar a questão que foi colocada pelo Senhor Deputado Ricardo Bastos, tem a ver com o seguinte: essa situação foi ponderada por toda a equipa técnica que acompanhou este processo, este processo não tem nada de político tem tudo técnico. Eu sei, mas é só para dar esta explicação, Ricardo: que é tudo que está a ser feito, está a ser acompanhado do ponto de vista jurídico, do ponto de vista contabilístico, do ponto de vista económico do ponto de vista financeiro, do ponto de vista dos registos patrimoniais. Como sabem, para além dessa variante que acabou de dizer o Senhor Deputado Ricardo Bastos, há aqui uma outra perspectiva que é, para a candidatura a fundos comunitários a Junta de Freguesia já no processo de candidatura teve que ceder os espaços, os terrenos à Câmara Municipal, à Fundação La-Salette, porquê? A partir do momento que a Câmara Municipal assume a posição contratual de todas as candidaturas, parte-se do pressuposto também que a questão do património se mantém, até porque isto foi trabalhado do ponto de vista, está aqui gente que pode se calhar até tecnicamente e não estar tão pressionado como eu estou, reconheço, depois do que ouvi reconheço isso, mas essa situação foi acautelada e a preocupação de a ratificação da ata do conselho de fundadores de 04/10 era a ordem de trabalhos da Assembleia de Freguesia e é a ordem de trabalhos que também está aqui - propõe-se: a ratificação da ata do conselho de fundadores de 04/10/12. Eu já percebi qual é que é o ponto e queria aqui dizer que aquilo toda a gente que está a trabalhar neste processo me diz, está acautelado desta forma. Também se não estiver, lá teremos de voltar à mesma coisa esperando que seja só naquele ponto e naquela situação. Eu neste momento, é como digo, eu

estou-vos a transmitir aquilo que me foi dito e que foi perguntado até exaustão a todas as pessoas que trabalharam neste processo e eram quase 10 e portanto tinha advogados e tinha contabilistas, tinha economistas, tinha gestores e eles dizem que esta situação está acautelada. É só isso. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número treze à votação, tendo sido deliberado por maioria, aprovar a dissolução da Fundação La-Salette, ratificando a ata do Conselho de Fundadores, de 04/10/2012, com a seguinte votação: votos a favor - vinte e cinco do PSD, dois do CDS/PP, nove do PS e um Presidente da Junta da Freguesia de Cesar; votos contra - um do PS. O Sr. Bernardo Amaro Moreira Simões (Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque) e o Sr. Ilídio Barbosa Lopes (Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho da Gândara) não participaram na votação por se considerarem impedidos. =====

===== Pelo Senhor Ricardo Bastos foi apresentada a seguinte declaração de voto: “ A minha declaração de voto vai apenas no sentido de que eu também consultei algumas pessoas (advogados) e eles dizem-me que esta situação não é assim. Com estas reservas, eu voto contra porque estive na tal Assembleia de Freguesia e se calhar sou a única pessoa aqui está que participou nesse processo desde o início. Espero bem, estar engando e o meu voto contra também não valer nada e estar tudo bem.” =====

*===== **Ponto catorze:** Adenda ao protocolo de delegação de competências celebrado com a Freguesia de Ul, para a gestão, conservação, manutenção e dinamização do Parque Temático Molinológico – Aprovação; =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que em 10 de Janeiro de 2011, foi celebrado Protocolo de Delegação de Competências entre o Município de Oliveira de Azeméis e a Freguesia de Ul, para a gestão, conservação, manutenção e dinamização do Parque Temático Molinológico, da freguesia de Ul; - Para concretização do seu objetivo há necessidade de proceder à alteração alínea a) da cláusula segunda do referido protocolo; - O teor do ofício enviado pela Junta de Freguesia de Ul, datado de 27 de Novembro de 2012; - Os princípios gerais de descentralização de poderes, e da cooperação instituída com as Juntas de Freguesia, com o objetivo da melhor e mais rápida satisfação dos interesses das populações, propõe-se: - A aprovação da minuta de adenda ao referido Protocolo de Delegação de Competências, a celebrar com Freguesia de Ul, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas; O valor referente ao ano de 2012, possui o número de compromisso de fundo disponível 5344/2012, conforme estabelece a Lei 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho; - Que a mesma seja remetida à Assembleia Municipal, para efeitos do estabelecido na alínea s) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro.” =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Isto tem a ver com a questão do ano 2012. Portanto nós aprovamos há pouco a APTM, Associação do Parque Temático Molinológico para o futuro, mas esta situação é uma adenda que tem que ser aprovada também em sede de Assembleia Municipal para fazer face aos compromissos de 2012 porque era Junta de Freguesia de Ul que fazia a gestão do Parque.* ===

===== *Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores Manuel José Soares, Hugo Pereira e Bruno Aragão.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Manuel José Soares, do PS.* =====

===== *Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros colegas, público, comunicação social, um cumprimento especial para o Senhor Presidente da Junta de Macinhata da Seixa, também para o Grupo Musical Macinhatense. É óbvio que todos concordamos que o Parque Temático Molinológico constitui um equipamento turístico importante para o Município de Oliveira de Azeméis, tendo sido alvo no passado de uma intervenção de requalificação com apoio do QREN. O Partido Socialista não entende é a coexistência de uma associação por um lado e de um protocolo com a freguesia por outro que perseguem os mesmos objetivos de gestão e de dinamização do Parque. Algumas questões se impõem: porquê limitar o pendor estratégico deste equipamento turístico à fronteira da freguesia de Ul? Porque não ampliar os benefícios deste tipo de protocolos à freguesia de Travanca, por exemplo? Porque não recuperar moinhos inativos de outras freguesias, Fajões por exemplo, dando um cunho mais estratégico e amplo a este projeto? E porque não apostar numa forma mais concreta na Associação? Finalmente refira-se que este Parque deve ser gerido com dinamismo, com serviços de qualidade e que esse deverá ser um objetivo a ter em conta. O PS votará contra, enfim, este ponto. Muito obrigado.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Hugo Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Ul.* =====

===== *Muito boa tarde. Senhores Presidentes, Senhores Vereadores, caros colegas, Senhor Presidente da Junta de Macinhata da Seixa, restantes pessoas cá presentes. Ul tem sido alvo de muita atenção e hoje já foi cá citado por muitas vezes e isso faz às vezes baralhar as pessoas. Eu quero dizer de uma vez por todas de que na Bancada do PSD existe uma clarificação muito grande sobre o Parque, mas no PS parece que não. E vou passar a explicar porquê: porque a APTM não existe de ontem, a APTM existe de 2009. Os Senhores têm na vossa*

bancada o Rui Luzes Cabral que está por dentro desta situação, é pena não estar cá presente neste momento, e sabe qual é o esforço que Ul, Travanca e Loureiro têm feito nestes últimos meses, pelo menos neste último meio ano, para em janeiro do próximo ano, que estamos a poucos dias, a APTM começar a trabalhar na gestão do Parque Temático Molinológico e só existe o protocolo de delegação de competências com a Junta de Freguesia de Ul por mais poucos dias, mesmo até ao final do ano. Daí que para clarificar de uma vez por todas, a partir de janeiro a APTM vai começar a trabalhar com o trabalho de Ul, Loureiro, Travanca e outras associações e espero que desta vez esteja clarificado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Bruno Aragão, do PS. =====

===== Obrigado Senhor Presidente. Naturalmente que o Partido Socialista é que não está clarificado. Exatamente porque também tem um Presidente da Junta de Freguesia de Loureiro, mas não por isso, obviamente, é que nós já quando votamos pela primeira vez este protocolo dissemos: Bom, meus senhores se criaram uma associação para este fim, se nós aprovamos já numa Assembleia um protocolo de 18 mil euros, para a gestão daquele parque, para o apoio ao parque, porque é que então a gestão não passa por aí? - Ponto 1, isto foi o que dissemos já na altura. Naturalmente mantendo a coerência, a questão hoje coloca-se novamente, se ainda por cima, tal como aprovamos anteriormente, reforçamos aquela associação porque é que não se coloca novamente a questão. Esta é a questão. A questão não é o Parque, não venham já dizer que é o Parque e o Partido Socialista contra o Parque, contra este e contra o Parque da La-salette e contra a Área Empresarial, é contra a forma de gestão meus senhores entendam-se. É contra a forma de gestão, é sempre sobre isto que falamos, é sempre esta a nossa tônica e aqui mantendo a coerência tal como votamos contra a primeira vez que isto aconteceu, o que dissemos de uma forma muito simples foi: se há uma Associação para isto, se reforçamos as competências dessa Associação, se achamos que ela é fulcral, nós, poderemos muito bem como fizemos daquela primeira vez, transferir essa verba para essa associação e mais, como disse até, se bem me recordo, o Senhor Deputado António Rosa - este Parque estende-se para além daquela geografia, exatamente por isso é que este protocolo não fazia sentido com a Junta de Ul mas com essa Associação que poderia olhar para isto de uma forma global, foi isso que nós dissemos e é isso que é preciso clarificar. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado, Senhor Presidente. Não querendo naturalmente contribuir para a polémica, não o vou fazer. Já ficou claro o sentido de voto, portanto, não vamos estar aqui, não vamos convencer nem vamos alterar o sentido de voto, fica claro, registamos a coerência

naturalmente. Mas eu só queria e isso tenho que enaltecer porque já tive conversações, só espero que estes pequenos percalços não perturbem nada a ambição que une neste momento os três Presidentes de Junta (Ul, Travanca e Loureiro) e outras Associações para o Parque Temático Molinológico. E a prova-lo, por exemplo, não posso deixar de fazer aqui esta referência, isso é que conta, isso é que conta, é que a provar esse mesmo dinamismo, ainda noutro dia, numa noite de grande frio, no salão da junta de freguesia de Ul estavam mais 100 pessoas interessadas em perceber como é que isto ia funcionar, isso é que conta, é o povo, o povo a querer trabalhar, isso é que conta e é isso que nós temos de continuar a fazer e por isso acho que podemos votar. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número catorze à votação, tendo sido deliberado por maioria, autorizar a celebração da adenda ao protocolo de delegação de competências celebrado com a Freguesia de Ul, para a gestão, conservação, manutenção e dinamização do Parque Temático Molinológico, com a seguinte votação: a favor - vinte e seis votos do PSD, dois votos do CDS/PP e um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Cesar; contra - nove votos do PS; Duas abstenções dos Presidentes da Junta de Freguesia de Pinheiro da Bemposta e de S. Roque. =====

*===== **Ponto quinze:** Desafetação do domínio público de uma parcela de terreno, sita na Rua Soares de Basto, freguesia de Oliveira de Azeméis – Aprovação; =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: ““Considerando: - Que é da competência da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal deliberar sobre a desafetação de bens do domínio público municipal, ao abrigo da alínea a) nº 6 do artigo 64º, conjugado com a alínea b) nº 4 artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 Setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro; - que foi adquirida área para integrar o domínio público para a execução da obra designada por “Vias estruturantes da Cidade – Troço 2” no total de 1.388,20 m²; - desta área resultam 94 m² que não vão ser necessários para a execução da referida via, de acordo com o delimitado na planta, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, propõe-se: Ao abrigo do disposto na alínea a) nº 6 do artigo 64º e para efeitos do determinado na alínea b) nº 4 artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, seja deliberado pelo Executivo Municipal a intenção de desafetar do domínio público a seguinte parcela de terreno, para integração no domínio privado municipal: - Parcela de terreno com a área de 94,00 m², sita na Rua Soares de Basto, freguesia e concelho de Oliveira de Azeméis, confrontando do Norte em ponta agúda, do Sul com o Município de Oliveira de Azeméis e outros, do Nascente com o lote 7, 8 e outros e do Poente com Município de Oliveira de Azeméis e novo arruamento, conforme a planta atrás referida.” =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Senhor Presidente, esta resulta de um conjunto de situações que estão algumas delas por resolver do ponto de vista logístico e portanto, tem a ver com a Via Estruturante, com o processo da Via Estruturante nº 2 e havia aqui uma parcela de terreno que não estava ainda de acordo com aquilo que devia estar e por isso a proposta que fazemos é portanto nesse sentido.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor Dr. Carlos Afonso.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Carlos Afonso, do PS.* =====

===== *Sobre a questão deste ponto estamos a tratar de uma questão simbólica, para resolver uma questão lateral dos troços das Vias Estruturantes da cidade. Importa contudo é perceber que se trata de resolver uma questão maior que é da inutilidade do pavilhão e terreno adquirido para edificar mais um troço da Via Estruturante - Troço 2 e que permitiria ligar a zona industrial através da via que termina na rotunda, nas imediações do cemitério e que não liga a lado nenhum ao centro da cidade. A urgência da altura levou a que a gestão do PSD de 2005, se fizesse o seguinte negócio, depois de negociado por um especialista da Câmara Municipal, permuta do prédio atrás referido, pelos prédios do Município inscritos na matriz rústica sob o artigo 713 e P1975, da freguesia de Oliveira de Azeméis, acrescida de uma indemnização no valor de seiscentos mil euros (600.000,00€), pela demolição da construção existente e transferência da unidade para outro local. Ora, em 2005 o PSD gasta mais de seiscentos mil euros (600.000,00€) acrescido das custas de construção de parte do troço, para que este troço não tenha qualquer utilidade. A pressa em resolver questões de negócios de terrenos, dos quais hoje ainda não retiramos qualquer utilidade, é uma marca do PSD que os oliveirenses estão a pagar caro, pelo que se exige a um Executivo Municipal é capacidade para encontrar respostas para estes problemas que oneraram o défice municipal, resolveram os problemas a uns sem que resolvessem problema algum dos oliveirenses. Esta obra estruturante tem já 7 anos de execução, tendo já sido gasto cinco milhões e meio de euros (5.500.000,00€) e ainda não se vê qualquer benefício para os oliveirenses, nem qualquer luz ao fim do túnel. Para quando benefício para os oliveirenses desta Via Estruturante? Mais grave é a imprevisibilidade da conclusão da obra estruturante, por este andar será mais uma obra inacabada das muitas outras que o PSD nos vai deixar por aí. A necessidade dos negócios rápidos e precipitados com a ideia da urgência de aquisição dos terrenos, provoca grande dispêndio de dinheiro público e a não feita das obras. Isto é delapidar o erário público em prejuízo do bem-estar e melhor*

qualidade de vida dos oliveirenses, esta é a gestão do PSD, este é o adiar do desenvolvimento de Oliveira de Azeméis. No fim desta obra Estruturante, mas que de estruturante nada tem uma vez que de ano para ano vai sendo adiada e sem fim à vista, vai custar aos oliveirenses milhões de euros sem qualquer benefício para eles, é meter dinheiro em saco roto. Esta é a marca da gestão do PSD, que promete e não faz, que gasta fazendo crer que faz, é o ilusionismo do PSD de Oliveira de Azeméis. O Partido Socialista não partilha nem defende este modelo de gestão. ===

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. =====

===== Muito obrigado. Senhor Presidente só para tentar recolocar a questão, nós estamos a falar de desafetar do domínio público para o domínio privado do Município, é só isso que estamos a fazer neste ponto. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número quinze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a desafetação do domínio público de uma parcela de terreno, sita na Rua Soares de Basto, freguesia de Oliveira de Azeméis. =====

*===== **Ponto dezasseis:** Proposta de postura de trânsito no Largo Abílio Henriques Martins, freguesia de Pinheiro da Bemposta – Aprovação; =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Que, nos termos da Lei 169/99, com as alterações introduzidas posteriormente, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art.º 64.º, n.º 2, alínea a); Que, bem assim, também lhe compete “administrar o domínio público municipal, nos termos da lei”, bem como “exercer as demais competências legalmente conferidas, tendo em vista o prosseguimento normal das atribuições do município” (art.º 64.º, n.º7, alíneas a) e d), respetivamente); Tendo em conta que é necessário ordenar o trânsito de forma mais correta no Largo Abílio Henriques Martins na freguesia de Pinheiro da Bemposta, deforma a melhorar os níveis de segurança da circulação rodoviária, propõe-se: Que seja implementada a sinalização vertical e sinalização horizontal indicada na planta, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, a construção de dois ilhéus de orientação nos locais indicados, assim como a retificação/construção de passeios na zona do largo respeitando a marcação horizontal proposta. Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de Março.” =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Muito obrigado, Senhor Presidente. Isto é uma zona com muito fluxo de tráfego e que necessita de ordenamento para evitar situações desagradáveis e portanto é isso que nós propomos ser aprovado em Assembleia Municipal para depois podermos fazer a implementação do mesmo.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor Armindo Nunes.* =====

===== *O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Armindo Nunes, Presidente da Junta de Freguesia do Pinheiro da Bemposta.*

===== *Boa tarde. Cumprimento a Mesa, Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, caros colegas Membros das Assembleia e caro público. Trata-se de uma melhoria na minha freguesia e por conseguinte penso que é minha obrigação vir aqui manifestar a minha satisfação por se ter considerado esta necessidade de ordenar o trânsito no Largo Jaime Ladeira Martins, porque na verdade é uma zona de confluência de 5 arruamentos e a ausência de sinalização e ordenamento capaz, tem sido origem de alguns sinistros e portanto penso que é uma boa medida que eu acolho com satisfação. Muito obrigado.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dezasseis à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto dezassete:** *Arranjo viário no entroncamento da Rua de Santo André com a Rua Grupo Musical Macinhatense, freguesia de Macinhata da Seixa – Aprovação;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Que, nos termos da Lei 169/99, com as alterações introduzidas posteriormente, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art.º 64.º, n.º 2, alínea a); Que, bem assim, também lhe compete “administrar o domínio público municipal, nos termos da lei”, bem como “exercer as demais competências legalmente conferidas, tendo em vista o prosseguimento normal das atribuições do município” (art.º 64.º, n.º7, alíneas a) e d), respetivamente); Tendo em conta que atualmente a rua de Santo André só tem o sentido de circulação ascendente, torna-se necessário efetuar algumas retificações na configuração do entroncamento da rua de Santo André com a rua do Grupo Musical Macinhatense, deforma a tornar este mais intuitivo e seguro, propõe-se: Que*

seja eliminado o ilhéu central e implementada uma marca rodoviária M8 (linha de paragem “STOP”), dois sinais verticais C1 (sentido proibido), um sinal vertical B2 (paragem obrigatória), um sinal vertical C11a) (proibição de virar à direita) e C11b) (proibição de virar à esquerda). A sinalização deve ser implementada nos locais indicados na planta, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de Março.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado, Senhor Presidente. Estamos aqui ao lado, desta melhoria, desta benfeitoria também é uma situação que o Senhor Presidente da Junta de Macinhata da Seixa tem recorrentemente solicitado aos serviços da Câmara Municipal para fazer e é importante fazê-la até porque houve alterações de sentido de trânsito e mobilidade dentro da freguesia e o estar como está pode gerar alguma confusão e portanto é preciso fazer esta intervenção. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dezassete à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

*===== **Ponto dezoito:** Plano Municipal da Promoção da acessibilidade de Oliveira de Azeméis – Aprovação; =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - a importância das ações para resolução de problemas relacionados com a Acessibilidade junto dos cidadãos; - que a acessibilidade não traduz apenas a necessidade de resolução de problemas específicos de cidadãos portadores de deficiências, mas se destina a facilitar a mobilidade e o acesso a bens, serviços e informação a todos; - as atribuições municipais no âmbito da promoção da acessibilidade; - o percurso de ações já desenvolvidas neste concelho desde 2003, neste âmbito; - o conteúdo do Plano Municipal de Promoção da Acessibilidade de Oliveira de Azeméis apresentado pela Divisão Municipal de Planeamento e Projetos - I/97463/2012, propõe-se: Ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a aprovação do Plano Municipal de Promoção da Acessibilidade, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, e sua adoção como documento orientador das medidas de ação municipal a promover nos próximos anos em matéria Acessibilidade para Todos.” =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *O Senhor Presidente da Câmara delegou no Senhor Vice-Presidente o uso da palavra, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Muito boa noite a todos. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, colegas, Senhores Deputados, Macinhatenses um cumprimento especial na pessoa do Senhor Presidente da Junta de Freguesia e dos demais Membros da Junta de Freguesia aqui presentes. Relativamente a este ponto dezoito dizer-vos o seguinte, isto é um trabalho extenso, um trabalho bem elaborado na minha óptica, que reflete a sensibilidade de vários serviços da Câmara Municipal para uma temática que vai para além, ou deve de ir para além da vontade dos Autarcas e do Executivo e de quem tem o poder de decidir sobre o espaço público e no fundo sobre todo o espaço que nós percorremos e queremos ver bem tratado e com qualidade. Reflete uma sensibilidade que não é recente da Câmara Municipal, quem viu isto pode verificar que há mais de 8 anos que se tem realizado uma série de projetos e mesmo tem havido uma preocupação em termos de obra pública que reflete esta sensibilidade para a acessibilidade, para esta problemática da acessibilidade e que este executivo com a elaboração deste plano pretende aprofundar. É um Plano estratégico, que visa definir princípios, objetivos, medidas prioritárias de implementação para a Câmara Municipal, para as entidades públicas, mas também para os privados, com vista à eliminação de barreiras arquitetónicas à produção e à utilização de um espaço público cuidado, tratado e acessível para todos. É um documento orientado para a operatividade, com identificação de medidas muito concretas enquadradas na atuação municipal. Propõe uma hierarquização para a implementação destas medidas e fundamenta essas opções. Prevê a intervenção em todos os âmbitos e domínios de abrangência da acessibilidade para todos: desde a eliminação das barreiras arquitetónicas, à formação, à fiscalização e até à avaliação dos serviços prestados on line, a qualidade dos serviços prestados online também, como poderão depois de uma leitura atenta aqui ao plano, também contribui para uma melhoria das condições de acessibilidade, a acessibilidade também não é só física. Ma se me permitem, um bocadinho do vosso tempo, falar-vos que isto também vem de encontro a uma reflexão sobre o estado hoje da demografia que existe em Oliveira de Azeméis e no país. De acordo com o último censo 2011, só a população idosa com mais de 65 anos cresceu de 13,18% para 17,64% na última década. É neste contexto de profunda alteração da estrutura demográfica e da assunção por parte dos atuais e futuros municípios de viver num território adaptado para todos é um direito básico e sinónimo de qualidade que também se pretende fazer isto. Na página 4, fala, desde 97 que houve uma preocupação nacional no sentido da implementação ou numa obrigação de os municípios e de todas as entidades públicas adotarem Planos para a melhoria das acessibilidades, esse Decreto-Lei n.º 123/97, contudo isentou do cumprimento das normas de acessibilidade os privados, cerca de 90% do parque edificado*

português não foi contemplado por via dessa legislação. Em 2004, o município aderiu à Rede de Cidades e Vilas para Todos e começou por essa via e através da pedonização das Ruas António Alegria, Bento Carqueja e Largo da República realizar uma série de pequenas intervenções com vista à melhoria da acessibilidade. Ainda hoje há muitas pessoas que não concordam com esta medida, mas é uma medida para nós fulcral e outras medidas irão ser tomadas no sentido deste objetivo da melhoria da acessibilidade. Com a publicação de um Decreto-Lei em 2006, foi introduzido a obrigatoriedade de os particulares, no âmbito dos respetivos pedidos de licenciamento das operações urbanísticas, serem obrigados também a apresentar o respetivo plano de acessibilidades. Durante o ano de 2009 os serviços da Câmara Municipal elaboraram um estudo sobre acessibilidade para as 19 freguesias do nosso concelho, para as áreas centrais das freguesias. Em 2010 foi elaborado o Manual de Boas Práticas em Espaço Público, é um documento que indica uma série de comportamentos e posturas que o cidadão deve ter em respeito pelas regras da acessibilidade, mas também pelos outros, para além de informação sobre obrigações legais. Houve um projeto que foi desenvolvido pela Associação de Municípios de Terras de Santa Maria, um projeto para a Promoção da Acessibilidade do Entre Douro e Vouga, que infelizmente foi um insucesso porque no fundo definia uma série de princípios e regras para uma região mas que eram idênticas, no fundo, a todas as regiões do nosso país, porque foi elaborado por uma empresa, por uma sociedade que acabou por ganhar concursos em todo o país e que não, para a região concretamente Entre Douro e Vouga não definiu normas específicas e não teve em conta a realidade do próprio Entre Douro e Vouga e foi por isso que em 2011 a Câmara Municipal decidiu elaborar o seu Plano de Acessibilidade, que é este que está aqui presente para aprovação e que no fundo visa definir uma série de medidas, constata que efetivamente há muita coisa para fazer em sede de acessibilidade que as zonas centrais das freguesias em quase todas elas não existem percursos acessíveis entre os diversos equipamentos das freguesias e pretende implementar uma série de medidas para que ao longo dos anos e a médio prazo, sempre numa perspectiva de médio prazo, possam ser tomadas. Em anexo a este Plano está o diagnóstico e o que se propõem em termos de acessibilidade para os próximos anos para as áreas centrais das 19 freguesias. Temos também aqui principalmente no âmbito da parceria que temos com a Comissão Municipal da Deficiência, temos promovido algumas ações de sensibilização e de motivação para todas as empresas e entidades que têm colocado nos seus quadros pessoas com deficiência física, temos motivado essas ações, temos premiado todas as empresas e todas as instituições que de alguma forma têm realizado obras de melhoria em termos de acessibilidade, através da aposição do selo “Azeméis Integra”. São tudo uma série de iniciativas, muitas delas que partem pela necessidade de sensibilização de toda a população, porque só também por esta via da ação em concreto de cada um na utilização do espaço público e no respeito que tem que ter pelos outros, com isso pode-se melhorar e muito a acessibilidade em Oliveira de Azeméis. =====

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição da Senhora Dr.^a Helena Santos e do Senhor Filipe Carvalho. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra à Senhora Dr.^a Helena Santos, do PS. =====

===== Mais uma vez boa noite a todos. Este é um tema que me é especialmente caro porque realmente a questão da acessibilidade é para muitas pessoas. Acessibilidade tem a ver com: rampa de acessos para deficientes; estradas; requalificação, ou enfim, vias públicas e etc., e pensa-se muito nas questões motoras mas tal como o Vereador Ricardo Tavares aqui referiu, este é um assunto que é muito mais transversal e que diz respeito não à deficiência, nem aos deficientes, mas a todas as pessoas. E portanto, quando se fala nestas questões da acessibilidade e nesta iniciativa que eu acho muito interessante, falamos, digamos que podemos perspectivar aquela cidade e aquele concelho e aqueles lugares que nós até poderíamos idilizar e sonhar. Este documento, eu também concordo, é um documento que mostra muito trabalho, é um documento que me parece estar muito bem feito, claro que nós vamos votar a favor deste Plano como não poderia deixar de ser. Agora, há aqui três ou quatro aspetos que eu gostaria de frisar. O Dr. Ricardo já fez aqui a apresentação, enfim, mais ou menos resumida da primeira parte do documento, que eu convidaria toda a gente a ler, aliás eu acho que este documento deveria ser divulgado, incentivado, para que todos os cidadãos conhecessem porque ele tem aqui princípios que são extremamente importantes, muito modernos e que sobretudo visam e promovem a qualidade de vida dos cidadãos que é um conceito que é extremamente importante. Pensarmos e trabalharmos para uma comunidade com qualidade para todos, crianças, mulheres, idosos e todas as pessoas. Passo então a parte do documento que já resumido em relação sobretudo ao conceito que implica, ao histórico desta legislação e ao conceito que implicam estas coisas, mas frisava aqui uma questão que eu acho que é muito interessante e muito importante, que é a questão dos princípios e os princípios e objetivos deste Plano são princípios que as pessoas devem ler: porque falamos dos princípios da (pagina 12) Igualdade de Oportunidades – todos os cidadãos devem ter acesso aos serviços da sociedade, nomeadamente habitação, transporte, cultura, recreio, saúde, educação e emprego; falamos de princípios de Vida Independente – todos os cidadãos devem poder exercer livremente as tomadas de decisão sobre a sua vida e participar ativamente da vida da comunidade; falamos de Participação; falamos de Integração e depois vêm então definidos no documento os objetivos. Estes objetivos que são todos interessantíssimos também já foram aqui referidos alguns, vou só ler os tópicos porque são muito importantes: Sensibilizar, informar e formar, penso que o trabalho que tem sido feito até agora que é muito mais, é muito, é muito e muito mais, mas que na minha opinião tal como também disse o Ricardo tem-se centralizado muito mais nesta primeira parte - Sensibilizar informar e formar, isso é importante porque implica realmente sensibilizar as pessoas, implica os particulares; Fomentar a participação; Assegurar a acessibilidade no espaço público e no

meio edificado e aqui já temos muitos pontos e quando falamos nos espaços públicos já estamos a implicar a parte do executivo; Garantir a aplicação e o controlo, isto também é extremamente importante; Promover a acessibilidade nos transportes, outro tema que temos falado e é necessário desenvolver. Portanto, como vêem, falamos de todas as situações que estão implicadas na melhoria da qualidade dos cidadãos. Portanto um documentíssimo que no fundo reúne tudo aquilo que nós idealizávamos se calhar para uma cidade, para uma comunidade onde gostaríamos de viver, onde certamente quando entramos e dizemos está é a cidade que eu idealizava e onde gostaria de estar. Não é com certeza nada da cidade que nós temos tido. O documento vai depois entrando então aqui nas prioridades e numa série e faz aqui também a resenha histórica que o Ricardo já fez. Eu prendia-me agora aqui um parágrafo, em que documento chama à atenção, que ao longo, portanto depois destes levantamentos diagnósticos, percebe-se ao longo do tempo muitas foram as dificuldades para a implementação das normas ou orientações, é preciso ver que historicamente já se tem vindo a desenvolver esta ideia ao longo de vários anos eu até nem tinha ideia que era há tantos, mas parece haver uma certa resistência política ou uma falta de sensibilidade para estas questões. E o que é certo, é que, nós sugerimos, os cidadãos, que muito já tivesse sido feito mas na realidade ainda se tem feito muito pouco. Esperemos que com este plano e nos futuros, todos fiquem mais sensibilizados e o Executivo também para que os próximos poderes executivos, as próximas Câmaras, no futuro tenham bem presente este diploma, este Plano e que o tenham bem presente e que o considerem prioritário. Porque tendo apenas por base os dados preliminares dos Censos 2011, é possível inferir que mais de 80% do parque edificado não dá resposta às normas de acessibilidade, portanto, já vêem que realmente isto é, podemos dizer, de muito má qualidade. Por último, penso que era importante, analisarmos, prendermo-nos um bocado com o anexo C (página 31) e que tem uma lista dos edifícios municipais a intervir e aqui, apresentam-nos 88 edifícios, 56 são escolas e centros escolares, em que vem a descrição do edifício a localização e depois a aferição face à acessibilidade. Ora, na linha da aferição face à acessibilidade deparamos que, não há dados nenhuns nem estudos nenhuns sobre a maior parte das escolas, só em 11 é que existe um projeto de adaptação, dos outros não há dados, portanto há aqui muito trabalho realmente a fazer e muita atenção. Depois temos aqui um conjunto de 32 edifícios e se calhar podíamos pormenorizar aqui algumas situações e valeria a pena, mas eu aconselho-vos a ler realmente o documento porque ele é interessantíssimo e depois façam a vossa avaliação também daquilo que aqui existe. Mas, por exemplo o edifício dos Paços do Concelho já tem um diagnóstico mas não está adaptado, até vos posso dizer dos 32 edifícios que aqui estão só 3 é que têm aferição face à acessibilidade, isto é, estão adaptados e quais são? O Arquivo Municipal, são os novos, aqueles que foram construídos muito recentemente, mas não todos, a Biblioteca Ferreira de Castro e o Centro Lúdico, não está aqui mais nenhum. E só 4 é que existe um diagnóstico, existe um projeto de adaptação. Por exemplo já agora, o Parque Molinológico de Ul não tem dados e já foi aqui tão falado, uma coisa recente, importantíssima, porque é que não há dados? Um sítio onde se pretende que haja mobilização, que atraia pessoas de fora,

como é que isto, portanto há aqui uma série de coisas que não têm dados e já nem vou dizer-las todas porque estão aqui algumas que francamente, ou isto está incompleto, mas eu não me acredito porque os técnicos, eu tenho a melhor impressão dos técnicos que trabalharam este documento e tenho a certeza absoluta que eles não erraram nos dados. Agora, o que talvez haja é isso que nos temos a sensação e que este documento agora nos mostra, é que realmente não tem havido grande sensibilidade para estas matérias. É esse apelo que eu deixo, é que passe a haver a máxima sensibilidade, porque não tenho dúvida nenhuma que as políticas do futuro são políticas que se centram em medidas para a felicidade das pessoas e para mim, como também médica, isso é muito importante porque estas questões sem dúvida nenhuma promovem a saúde de todas as populações e tornam as pessoas mais felizes e portanto também com menos doença mental. Eu não queria terminar sem dizer que, há uma questão que há muito tempo eu falo e outras pessoas falam e para a qual eu sou muito sensível e que se enquadra aqui perfeitamente, temos uma cidade com dois rios, a cidade continua de costas voltadas para os rios, era importantíssimo pensar num projeto, existem outros projetos noutros sítios, estas coisas nem sempre são caras é uma questão de as pensar de uma forma criativa, sensível implicando toda a comunidade e já que estamos a falar de um Plano de Acessibilidade que implica todos os cidadãos isto era possível de se fazer, era importante pensar num projeto que ligasse os dois rios e os cidadãos passariam a ficar virados para os rios, a água é uma riqueza natural importantíssima e que nós não podemos estar de costas voltadas para ela. Fica aqui essa proposta e desejo a todos um Bom Ano e bom trabalho. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Eng. Filipe Carvalho, do PSD. =====

===== Boa noite a todos. Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Vereadores, caros colegas e um agradecimento especial aos Macinhatenses. Senhor Presidente as marcas da gestão PSD ficam demonstradas por este documento. Uma das marcas. Pois, as alterações demográficas das populações e a qualidade de vida que tanto se procura nos dias de hoje são fatores que obrigam os Municípios a criarem acessibilidades para todos. Se antes só pensávamos nas acessibilidades para pessoas com deficiência física ou visual, hoje queremos ter melhores acessibilidades a todos os locais sejam eles públicos ou privados pois é um direito de todos os cidadãos. Ou seja, neste momento quando pensamos em acessibilidades, pensamos nas pessoas com deficiências físicas ou visuais, nos idosos, nas crianças, nas pessoas temporariamente limitadas nos seus movimentos para que possam usufruir da melhor qualidade de vida. Oliveira de Azeméis aderiu à Rede de Cidades e Vilas com Mobilidade para Todos, em junho de 2004, o que significou o ponto de viragem pois com a pedonização das Ruas António Alegria e Bento Carqueja permitiu que o nosso concelho receba-se a bandeira de Prata em 2008, pois eliminou 70% das barreiras arquitetónicas identificadas à data. Em 2010, foi elaborado o Manual de Boas Práticas em Espaço Público,

que servirá de orientação aos decisores, este manual, deriva da candidatura da Associação de Terras de Santa Maria ao POPH, em 2008, designada por “Projeto Integrado para a Promoção da Acessibilidade do Entre Douro e Vouga” que foi aprovado no valor de cerca de 640 mil euros e que abrange os 5 municípios, no entanto só incide nas áreas centrais das freguesias sede. Foi então que Câmara Municipal decidiu elaborar o Plano em discussão que abrangesse as áreas centrais das 19 freguesias e que visa a eliminação das barreiras arquitetónicas nessas áreas. Muito já foi feito, mas temos a consciência que também existe ainda muito a fazer. Senão vejamos, em termos de obras, foram rebaixados inúmeros passeios, os acessos ao Caracas, à Ludoteca, à Biblioteca, ao Arquivo, o Edifício da Câmara Municipal a Praça da Cidade entre outras. Mas também no que diz respeito aos incentivos para que seja eliminadas as barreiras, com a criação do Prémio Mérito Municipal de Integração de Pessoas Portadoras de Deficiência, para o qual já foram apresentadas 13 candidaturas. Em 2011 foi também criado o selo “Azeméis Integra,” que visa classificar os edifícios relativamente às suas acessibilidades e em 2012 já foram atribuídos 10 selos. Obviamente que existem prioridades identificadas, mas o mais importante é a consciência da necessidade da eliminação das barreiras pois é mais um sinal de modernidade e competitividade de Oliveira de Azeméis. Muito obrigado. =====

===== Para dar resposta às intervenções anteriores, o Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. =====

===== Obrigado Senhor Presidente. Só para agradecer os contributos que a Senhora Dr.ª Helena Santos deu. Dar nota que o espírito deste Plano, é esse, é um documento orientador e que naturalmente merece receber contributos das pessoas que, como a Senhora Dr.ª disse e bem, há pessoas que se interessam mais por estas temáticas do que outras, acho que devíamos ser cada vez mais a ter este tipo de preocupação. Naturalmente que estes planos têm sempre que se perceber do ponto de vista das prioridades a implementar e da disponibilidade financeira para fazer face a essa situação e depois há uma outra matéria que é, deixe-me dar-lhe esta nota: por muito que se faça, temos sempre a sensação que fica muito por fazer. Porque realmente o trabalho é enorme nesta matéria e portanto, temos de começar por algum lado. Julgo que começamos bem, fazendo um Plano e agora é naturalmente ir concretizando o Plano e é ir hierarquizando as prioridades tendo em conta a disponibilidades financeiras, mas aquilo que nós queremos todos é um concelho mais acessível e também as pessoas mais sensibilizadas para esta temática. Hoje, como disse e bem, um equipamento novo, uma casa nova, já obriga, necessariamente para ser aprovado, tem que ter estas coisas todas. Agora há aqui um trabalho de adaptação que não é fácil de fazer, mas sem estar identificado então é que é impossível e portanto este trabalho julgo que é interessante e agradeço as suas sugestões e de todos aqueles que queiram fazer chegar sugestões para este Plano. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dezoito à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar o Plano Municipal de Promoção da Acessibilidade e a sua adoção como documento orientador das medidas de ação municipal a promover nos próximos anos em matéria de acessibilidade para todos. =====

=== **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 21º DO REGIMENTO)** ===

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores Jorge Paiva e Manuel Junqueira. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor ao Senhor Jorge Paiva, residente na freguesia de Fajões. =====

===== Boa noite. Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhor Presidente da Junta de Macinhata da Seixa e anfitrião, caros colegas, minhas Senhoras e meus Senhores. Nesta quadra natalícia, não quero ser muito maçador, mas chamaram-me à atenção para um assunto extremamente grave e do qual me enviaram cópia de um abaixo-assinado, que penso já estar cópia em poder do Senhor Presidente da Câmara municipal desde à uns meses. Trata-se de um licenciamento de um carreiro centenário que a Excelentíssima Câmara Municipal está a licenciar através do pedido nº 30983/12, a pedido de um munícipe. Até aqui tudo parece normal. O que não é normal é o informador do pedido ter responsabilidades na Assembleia de Freguesia de Fajões e com a agravante de o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fajões ter passado uma declaração a informar que o carreiro era particular. Falso, pois o carreiro de ligação do lugar da Baganha ao Lugar do Tapado, já tem umas centenas de anos e sempre serviu o domínio público quer para as pessoas se servirem da fonte da Baganha e do tanque público com o mesmo nome. A confirma-lo, está a indignação por parte dos moradores que se juntaram e repudiaram essa prepotente atitude de passar uma declaração, quando deveria ter efetuado “In loco” junto dos seus moradores a veracidade do domínio ser público ou privado. Recordo que um dos moradores ainda vivo tem 96 anos, o qual nasceu, cresceu e viu agora o carreiro por onde lhes saíram as unhas, quem sabe, acabar como se tivesse havido um terramoto. Mais, quero aqui recordar ao Senhor Presidente da Câmara e aos Senhores Membros desta Assembleia de que já há cerca de 40 anos o mesmo morador tentou apoderar-se desse mesmo carreiro, só que o Presidente da Junta de então não foi em ondas e não autorizou em conjunto com os seus colegas de executivo como deve ser. Perante este cenário, Senhor Presidente, em meu nome e dos moradores dos lugares da Baganha e do Tapado, solicito que a Excelentíssima Câmara reanalise e revogue este ato administrativo por forma a permitir que os moradores possam fazer o seu trajeto de 80 metros em vez de ter que fazer quase 1 km. Porque o bom censo pode e deve ponderar, para repor o que a história fez, quando um ato avulso desfez em pouco tempo. O povo

é ordeiro e pede justiça à Excelentíssima Câmara Municipal, na pessoa do Senhor Presidente. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor ao Senhor Manuel Junqueira, residente na freguesia de Macinhata da Seixa. =====

===== Só duas palavrinhas. Queria cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia e o Senhor Presidente da Câmara Municipal e que se considerassem já todos cumprimentados. E só quero, me orgulhar como Macinhatense, pela “casa da democracia” do nosso concelho ter vindo a Macinhata da Seixa. Para mim como Macinhatense nascido nado e criado é um grande orgulho, uma grande satisfação, vocês terem vindo cá a Macinhata. Penso que os Macinhatenses ficarão honrados com mais vezes vocês venham cá. Era só isso e desejar-vos a todos vós um Bom Natal. Bom Natal, não, Bom Ano, uma boa entrada, um bom 2013 e que a nossa Câmara continue a trabalhara para o bem comum do nosso concelho. Muito obrigado. =

===== Antes de terminar o Senhor Presidente da Mesa propôs a aprovação por minuta da ata relativa à presente Sessão, sendo a mesma aprovada por unanimidade. =====

===== Para terminar a Sessão o Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse: =====

===== O Senhor Presidente da Junta quer também depois fazer aqui uma surpresa. Antes disso eu quero agradecer a todos a presença, desejar um ótimo Ano Novo e que no dia 31 e agora com uma pitada de humor, no dia 31 se lembrem de mim e bebam uma gotinha de champanhe à minha saúde que é para eu vos tratar da saúde depois em 2013. Muito obrigado.

===== E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a Sessão, eram vinte e duas horas e trinta minutos, da qual para constar se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos elementos constituintes da Mesa. =====